

FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA MINEIRA

***O SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA***  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO.  
SÉCULOS XVIII E XIX

Cézar Moreno Conceição Tavares

Pedro Leopoldo – Agosto – 2006

CÉZAR MORENO CONCEIÇÃO TAVARES

***O SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA***  
**HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO**  
**SÉCULOS XVIII E XIX**

Trabalho apresentado ao Centro de Pós Graduação das Faculdades Integradas Pedro Leopoldo como requisito final – monografia - de avaliação do Curso de Especialização em História e Cultura Mineira.

Professor Orientador: Marcos Lobato Martins

Pedro Leopoldo

Faculdades Integradas Pedro Leopoldo

Agosto – 2006

## **RESUMO**

Este trabalho é um estudo sobre o processo de ocupação territorial do Sertão ou Matas do Jequitinhonha, área do interior da Capitania de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Naquele momento o contexto nesta região estava condicionado a necessidade de se combater o extravio e contrabando de ouro e diamantes, guarnecendo militarmente o rio e a procura de novas terras para aumentar as extrações de ouro, aumentar a agricultura e conseqüentemente, incrementar a arrecadação dos impostos devidos à Metrópole. Para tanto, era necessário buscar a incorporação dessa região. Em função deste objetivo foi criado um Projeto Civilizacional de apropriação provada dos territórios indígenas do nordeste mineiro.

O objetivo destas eram civilizar e povoar o Jequitinhonha. Era necessário “limpar” este Sertão de seus moradores considerados indesejados, ou seja, índios tidos como bravios. Para justificar estas expedições foram criadas inúmeras imagens negativas a respeito dos povos indígenas que ali habitavam. Para tanto, foi declarada uma “Guerra Justa”. Todavia, negavam o direito a estas terras por estes povos indígenas..

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	05
1 – O SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA.....	08
2 – O INÍCIO DA OCUPAÇÃO E PENETRAÇÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA.....	13
3 – A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA.....	19
3.1 – A REGIÃO DO ALTO JEQUITINHONHA.....	19
3.2 – A REGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA.....	21
4 – OS LUGARES E OS HABITANTES DO SERTÃO.....	28
4.1 – OS POVOS INDÍGENAS.....	28
4.2 – A GUERRA E POLÍTICA INDIGENISTA.....	29
4.3 – O ARRAIAL DE ARAÇUAÍ E OS QUARTÉIS MILITARES DO SERTÃO.....	39
5 – A APROPRIAÇÃO PRIVADA DOS TERRITÓRIOS INDIGENAS .....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao optar pelo objeto de pesquisa, o "*Sertão do Jequitinhonha*", um conjunto de fatores mobiliza o pesquisador, pois todo o conhecimento humano é produto de um processo cumulativo de reflexões, experiências e condicionamentos sociais a que todos estão submetidos. Essas são, portanto, as bases a partir das quais estabelece uma relação dialética ou um diálogo com a realidade ou os dados com que se trabalha, pois a produção histórica é social e historicamente condicionada.

A consciência humana é um reflexo social do homem e a existência social determina a consciência, numa relação dialética. O sujeito é o termo principal da relação, que é resultado do condicionamento social do sujeito.

A importância e o significado do fato histórico, objeto de um trabalho, resulta de uma qualificação valorizante que necessita do sujeito e do objeto para existir, sendo a valoração é um ato subjetivo, decorrente do contexto social vivido pelo historiador, onde as suas preocupações e interesses motivam a reinterpretação do passado, em busca de respostas para as questões que lhe são postas na sua atuação cotidiana como cientista e como cidadão.

Toda nossa formação e atuação profissional e política estiveram e estão associadas a compreensão dos processos históricos vividos por populações indígenas do nordeste de Minas Gerais, particularmente aquelas que iniciavam suas lutas reivindicando o reconhecimento de sua identidade étnica diferenciada e também dos seus direitos aos antigos territórios que ocupavam até ser decretada a extinção dos aldeamentos pelos governos provinciais de Minas Gerais no século XIX.

As constantes solicitações e demandas de grupos indígenas têm tornado a temática da reconstituição histórica das relações interétnicas e dos mecanismos de expropriação e apropriação privada dos seus territórios, um assunto relevante em termos sociais. A necessidade de compreender os mecanismos gerais orientadores das relações entre índios e colonizadores e as estruturas de dominação implantadas pelo Estado português e brasileiro, torna-se um novo desafio a ser superado.

O objeto deste estudo é o Sertão do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX, situado no nordeste de Minas Gerais, com o objetivo de formação do território. Para tanto, busca-se relacionar o processo de colonização e povoamento com a decadência da mineração, a expansão da fronteira colonial, a militarização, a devastação da mata e a política indigenista agressiva. Tal estudo é feito a partir da política oficial de ocupação - que visava o extermínio dos índios e sua transformação em trabalhadores rurais - indo até a formação social das cidades nos arredores dos quartéis, através do processo de destribalização e desculturação feita pela chamada "*Guerra Justa*", que acarretou a exclusão e marginalização dos índios.

A delimitação espacial baseou-se em critérios que identificam a lógica da implantação de um modelo social numa determinada área, a qual foi denominada de "*sertão*". Essa denominação decorreu da necessidade de configurar um espaço que, em decorrência de um conjunto de medidas político-administrativas adotadas pela Coroa portuguesa permaneceu interdita por mais de cem anos, constituindo-se, em uma barreira de acesso a zona de mineração e refúgio de vários povos indígenas.

Ao estabelecer os limites do Sertão do Jequitinhonha, fez-se necessário cruzar o tempo recortado com o espaço demarcado para compreender o conjunto das relações sociais historicamente estabelecidas a partir das lutas étnicas decorrentes da reação dos povos indígenas ao projeto de ocupação/civilização dessa área de fronteira à economia de mercado. As lutas são definidas como resultantes de projetos de interesses distintos. De um lado os colonos, onde esse

espaço poderia realizar seus desejos de superação das dificuldades econômicas vividas, do outro lado, os povos indígenas que ali estavam os seus territórios ou refúgios dos que haviam optado por manterem sua autonomia através da recusa ao contato com os colonos instalados no litoral e a área de mineração do alto Jequitinhonha. Para ambos,, esse território era elemento essencial para a garantia de sua reprodução física e social. A grande motivação para a resistência ao avanço dos conquistadores.

Para atingir o objetivo proposto, fez-se necessário identificar o caráter peculiar e geral das relações sociais analisadas e definir o processo histórico a partir da reconstrução do conjunto de conflitos entre os colonos e os povos indígenas, cristalizados em forças antagônicas e complementares na luta pela hegemonia e controle desse território.

A delimitação do espaço, objeto de estudo, foi definida a partir da consideração de vários elementos que o caracterizam como uma unidade física, cultural e histórica. O espaço definido foi área conhecida como Sertão ou Mata do Jequitinhonha, tendo como marco o médio curso do rio Jequitinhonha e como referência o Calhau, Lorena de Tocoíós, e a instalação da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha na localidade de São Miguel. Esta região é também como marco de deslocamento dos povos indígenas conhecidos como Maxakali e Borum, estes popularmente conhecidos como Botocudo. Há que se destacar que essa é uma área limite entre dois processos de ocupação histórica: impulso da exploração dos diamantes ou da pecuária, e a conquista da região, como alternativa para a decadência da produção de minerais e pedras preciosas em Minas Gerais, através da declaração de uma "*Guerra Justa*".

Os dados históricos investigados são bastante problemáticos, inicialmente porque são produzidos, quase que em sua totalidade, a partir do momento em que se estabeleceu o contato com representantes da etnia dominante. Esses registros podem ser considerados imprecisos, em razão do desconhecimento ou despreocupação em definir com clareza as diferenças culturais entre os povos indígenas registrados, sendo as categorias de identificação estabelecidas a partir dos interesses da política de dominação a ser imposta. Complexo, também é, identificar, com clareza, a localização do povo indígena devido a imprecisão e à mudança dos locais indicados. Outra questão a ser considerada é a confusão entre as auto e hetero-denominações, o que leva a tratar um povo como se fosse dois ou mais. Estas denominações eram intencionalmente confundidas para justificar a política de colonização implementada através da "*Guerra Justa*".

A análise do processo de contato interétnico indica a existência de uma diversidade cultural, onde as trajetórias históricas tenderam a se reduzir a partir do contato entre índios e colonizadores e da imposição de padrões comportamentais estabelecidos como adequados às expectativas e interesses da etnia ou elite dominante. Traçar essa trajetória de homogeneização e verificar até que ponto dela resultou a diluição das especificidades dos povos indígenas registrados é uma questão instigante, cujas respostas dadas pelos pesquisadores, ainda, não são satisfatórias.

O momento definido é o devassamento, que foi estabelecido a partir de 1808 e às determinações legais que tornaram a área uma região indevassável, esse sertão transformou-se em uma barreira natural ao acesso a zona de mineração, como refúgio de vários povos indígenas. A presença desses indígenas, referidos como bravios, funcionava como elemento do controle exercido pelo Estado sobre as minas. A manutenção dessa barreira natural começou a ser questionada já no fim do século XVIII.

Este trabalho está dividido em seis. O primeiro, "*O Sertão das Matas do Jequitinhonha*", traz a definição de "*Sertão*", conhecido como áreas proibidas do território mineiro e sua importância para o processo de colonização e interiorização das fronteiras coloniais.

No Capítulo Segundo, "*O início da ocupação e da penetração do território do Vale do Jequitinhonha*", é estudada o processo de exploração do Vale do Jequitinhonha, relacionando as

expedições que ajudaram a desbravar o sertão, quando do achamento do ouro e das pedras preciosas. Identificar as divisões administrativas das terras do Vale, e seu conseqüentemente, o penetração e exploração econômica do: Alto, Médio e Baixo, procurando-se mostrar também a imagem da região com as primeiras expedições que ali penetraram à procura de riquezas, terras e índios para prear, ou seja, a expansão da fronteira colonial.

No Capítulo Terceiro, "*A Colonização do Sertão das Matas do Jequitinhonha*", dividido em dois sub-título: Alto e Médio Jequitinhonha, no território mineiro, onde procuramos analisar o processo de ocupação das regiões do Alto e Médio, seguindo o curso do rio Jequitinhonha em Minas Gerais no processo de ocupação e formação do território.

No Capítulo Quarto, "*Os lugares e os habitantes do Sertão*", dividido em três sub-título: Os Povos Indígenas; A Guerra e a Política Indigenista e O Arraial de Araçuaí e os Quartéis Militares do Sertão do Jequitinhonha. Para tanto, procurou-se analisar a os povos indígenas registrados no sertão, a decretação da Guerra Justa, a devastação das matas do sertão, a transfiguração dos povos indígenas através da política de colonização, e por fim o surgimento do arraial de Araçuaí, entreposto comercial do século XIX, os quartéis de sua área de interferência e da Sétima divisão Militar, bem como, a resistência indígena á civilização.

O Capítulo Quinto, "*A Apropriação Privada dos Territórios Indígenas*". Esse capítulo traz a análise do processo de expropriação e apropriação das terras dos povos indígenas, através do projeto de colonização e conquista do sertão.

No último capítulo ou Considerações Finais, é realizada a conclusão deste estudo, mostrando o processo de exclusão e marginalização dos índios do Sertão do Jequitinhonha, analisando o projeto global de colonização, civilização e conquista, através da transformação do espaço em território, da representação cultural e das imagens criadas para os personagens do sertão. A ocupação do Sertão do Jequitinhonha ligava-se diretamente a um processo de expansão das fronteiras coloniais e formação do território mineiro.

Assim, observamos que o início do processo de colonização e conquista, com a decisão do governo mineiro de ocupar esse sertão e criar uma rota de escoamento dos produtos mineiros para o litoral e daí para o Rio de Janeiro, usando o curso do rio como via preferencial, bem como guarnecer este rio, coibindo o contrabando de pedras preciosas..

Considerando os aspectos históricos do processo de conquista, dominação e colonização impostos ao território e povos indígenas que habitavam o Sertão do Jequitinhonha e do caráter dialético das relações interétnicas estabelecidas, os questionamentos levantados neste trabalho centraram-se na identificação de quando e como as políticas indigenistas e as práticas sociais oscilaram entre dois eixos: excluir ou incluir esses povos ao todo nacional, e por parte desses indígenas, as situações e razões que os fizeram optar pela aceitação ou recusa de sua inserção na civilização proposta pelo Estado Nação.

Os marcos escolhidos são a conquista do sertão, a partir do momento em que foi estabelecida como projeto governamental, passando pelo período de colonização ou estabilização da conquista e encerrando-se quando a região deixa de ser objeto da intervenção estatal, por considerar que a conquista do território foi efetivada. O período estabelecido entre 1780 e 1897, como referência a decretação da "*Guerra Justa*" e quando os últimos aldeamentos indígenas foram extintos por medidas administrativas, várias práticas e políticas indigenistas foram efetivadas, variando entre a adoção de medidas repressivas e excludentes e a criação de mecanismos menos violentos em termos físicos, no que se refere à incorporação dos povos indígenas á nação. Interpretadas como estratégias e variações nos interesses dos segmentos dominantes, que se alternam no controle do Estado, porém nunca como ruptura do projeto global de efetivar a incorporação do território e da força de trabalho indígena ao Estado Nacional.

## CAPITULO PRIMEIRO

### O SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA

A colonização foi, antes de tudo, a aventura da conquista e ocupação do sertão. Para os colonizadores, as terras cobertas de matas atlânticas do Médio Jequitinhonha significavam um imenso vazio a ser preenchido com seus interesses, concepções e valores. Um grande deserto, um sertão como as representavam. Daí a origem do nome sertão. Um sertão que, como o Mar Oceano, exercia atração e gerava medos.

Medos de seres reais e imaginários, de animais e plantas fantásticos, dos índios considerados bárbaros e selvagens, dos caminhos e grotões. Atração provocada pelas riquezas do sertão: valiosas madeiras, plantas miraculosas, aves e animais desconhecidos e metais preciosos.

A região do sertão nordeste mineiro estava compreendida numa estrutura que remete ao ecossistema do Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, possuindo, portanto, características específicas de cada tipo de vegetação. Entretanto, determinadas sub-áreas, devido à formação do solo e a presença maior de reservas de água, tiveram facilitada a formação de ilhas de matas mais ou menos fechadas.

Gandavo (1980) tratou dos perigos reinantes no Sertão com relação aos índios, vistos por ele como perigosos, posto que não eram humanos, porque ninguém pode pelo Sertão caminhar seguro nem passar por terra onde não ache indígenas armados contra as nações humanas. O próprio Sertão era para ele um local onde os homens precisavam ter todo o cuidado para que não perecessem.

Não era apenas Gandavo que o identificava desta maneira. Além dele, os demais cronistas que trataram sobre os períodos iniciais da colonização como Pero Lopes de Souza, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador e outros, associaram o Sertão a um local do vazio, de perigo e do desconhecido. Era uma área oposta à região colonial, já colonizada e controlada. Mas o Sertão era, contraditoriamente, uma região de riquezas, ou seja o Eldorado.

Entretanto, a crença em mitos, lendas ou monstros não foi privilégio apenas dos séculos iniciais de nossa colonização. As regiões consideradas como Sertões eram tão pouco exploradas ainda no século XVIII que as imagens associadas ao maravilhoso permaneciam com bastante força.

O que se percebe nas definições para o termo “*Sertão*” é que em todas, ainda que haja entre elas um distanciamento no tempo, aparece muito claramente a oposição entre costa e interior, assim como entre povoado e despovoado. Este último par de idéias remete a um outro ponto de discussão. A noção de que existiria uma área povoada, civilizada e controlada, contrária a uma outra, selvagem, bárbara e despovoada de cristãos – uma preocupação também para os religiosos que, em diversos momentos, para cá vieram com o objetivo de catequizar os habitantes do Brasil. Para eles, os Sertões eram povoados apenas por índios muito próximos às feras. Se, os índios do litoral que já haviam recebido os ensinamentos da fé, eram muitas vezes, identificados como bestas, o que não dizer dos que viviam no interior, sem contatos com a civilização? Estes eram para os portugueses, religiosos ou não, os piores moradores do país, os que precisavam ser conduzidos à religião, ou então exterminados.

O termo “*Sertão*” ou deserto não designa uma divisão política do território; não indica seção de espécie alguma; é uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e principalmente pela escassez da população. O Sertão compreende nas Minas Gerais, as bacias do São Francisco, Rio Doce e Jequitinhonha e dos seus afluentes, cerca de

mais metade da província de Minas Gerais Assim Saint-Hilaire (1975:20) explicava o que era o Sertão poderia ser identificado, principalmente, pela escassez de sua população.

Couto (1904: 111) chama de sertão as terras que ficavam no interior desviadas das povoações de Minas e onde não existe mineração. Cascudo (1969: 620) definiu sertão como sinônimo de interior. Com uma definição mais precisa, Carrara (1997:47-49) definiu o termo sertão como região pouco povoada, passando, portanto, a questão demográfica a determinar o uso da terminologia originalmente utilizada pelos paulistas como área perigosa e povoada exclusivamente por índios.

Os dicionários antigos ou os atuais registram uma oposição clara entre Costa e Sertão, e este aparece sempre como área interiorana. A utilização destes dicionários permite a percepção da permanência dos significados para o termo Sertão. Assim, o dicionário do Padre Bluteau, publicado em oito volumes entre os anos de 1712 a 1721, descreve-o como sendo uma região apartada do mar e por todas as partes, metida entre terras. (BLUTEAU, 1713). O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de 1899, define o Sertão como um lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cultivados; floresta, no interior de um continente, ao longe da costa. (FIGUEIREDO, 1899) Já no Dicionário Aurélio, esta área é uma região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. (HOLANDA, 1998)

Percebe-se nestas definições que Sertão não é entendido apenas como uma região geográfica. Os conceitos apresentados trazem em si elementos que o associam à falta de traços culturais, como por exemplo, a não existência de plantações e afastadas de povoações. Para os portugueses da época das Grandes Navegações, os Sertões eram identificados em quase todas as partes do mundo. Já na Carta de Pero Vaz de Caminha a idéia está presente. No dia 1 de maio de 1500, ele escrevia que parecia, vista do mar, muito grande, porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. E que as arvores são muitas e grandes e de infinitas maneiras. Para Caminha, posicionado no litoral, o restante da terra, ou seja, aquele que eles não percorreram, era o Sertão, região oposta à Costa. Portanto, a primeira definição do termo Sertão para estes homens era toda a porção de terra que estivesse longe do litoral, única área conhecida, explorada e quase sempre controlada. O Sertão era a região do desconhecido, do descontrolado e, portanto, de perigos para os civilizados (MADER, 1995).

Os Sertões foram definidos pelos primeiros cronistas da época colonial em relação ao seu afastamento dos núcleos populacionais, sua escassa população, pela dificuldade em transitar pelos seus caminhos, quase sempre trilhas dentro de matas, e pelo perigo constante de ataques de feras e de índios.

Etimologicamente, Sertão é um local inculto, distante de povoações ou de terras cultivadas e longe da costa. É oriundo do radical latino "*desertanu*" que se traduz como uma idéia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio. Em fontes de procedências variadas, o fato do Sertão ser identificado enquanto um deserto remete sempre à noção de que era vazio de elementos civilizados.

As definições para o termo "*Sertão*" são vastas e sofreram, desde o século XVI, processos que buscaram incorporar concepções diversas aos significados primários do termo. Entretanto, algumas características intrínsecas a este conceito podem ser identificadas, ainda que em momentos históricos diferentes. Uma delas remete ao aspecto geográfico, associando Sertão à região oposta ao litoral. Todavia, esta definição não delimita onde começaria o Sertão, apenas o relaciona com o interior do continente. A segunda identifica-o como sendo um lugar onde a civilização ainda não teria chegado, ou o processo civilizatório não estaria totalmente efetuado. Esta região, portanto, não seria nem uma área civilizada e nem impossível de ser conquistada e trazida à civilização.

O sertão tem, além de uma série de determinações que serão vistas posteriormente, uma característica: a de ser uma área de fronteira, assim definida por Amado (1995: 51) como região em processo de conquista e de integração à nação, onde foi comum duas ou mais culturas se encontrarem ou confrontarem.

Assim, o Sertão é também uma fronteira interétnica, isto é, área que é transformada, por excelência, em local de trocas ou de imposições culturais de um grupo sobre o outro, e de estratégias diversas de resistências culturais e avanços desta mesma fronteira. Seja como for, o Sertão, enquanto um espaço de conflitos e disputas era, conseqüentemente, uma área de mortes, mas era também uma região que propiciava sobrevivências físicas e culturais quase sempre dos mais aptos tecnologicamente.

Foi justamente nesta zona de fronteira que os contatos entre brancos, mestiços e índios se deu em Minas Gerais durante o século XIX. O Sertão do Jequitinhonha em Minas Gerais pode ser identificado como uma área coberta de matas e povoada por indígenas. Aqui se buscou analisar o Sertão Nordeste, ou seja, a região que parte de Minas Novas em direção à Bahia.

A área do Sertão mineiro que será prioritariamente analisada é a região nordeste de Minas Gerais, englobando o Vale do Jequitinhonha, área pertencente, parte da Comarca do Serro e do Termo de Minas Novas, conhecida como Vale Médio do Jequitinhonha.

Esta região era sempre associada à idéia de ser um território vazio onde reinava a desordem, a barbárie e a selvageria, graças ao fato de ser um lugar habitado por índios. Há nesta colocação uma contradição latente: trata-se segundo as fontes, de um território vazio.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de que a pequena presença do elemento branco na região, apontada por alguns autores como justificativa para considerar a área despovoada, não se sustenta, uma vez que, como mencionou Dias (2002: 49), nas Minas Setecentistas, durante as primeiras décadas do século XVIII, a população branca estimada era menor que a população indígena e negra.

A inserção ativa do homem em uma paisagem provoca, segundo Santos (2004: 103), a transformação dos objetos pertencentes àquela paisagem; essa transformação não se constitui apenas em uma mudança de lugar, mas em uma mudança no valor simbólico do objeto, caracterizando, portanto, uma mudança de valor sistêmico. Essa transformação, apesar de lenta, é contumaz.

Em outras palavras, a ação do homem sobre a região do Vale do Médio Jequitinhonha provocou uma alteração significativa da mesma. É incontestável que a área já era habitada por povos nativos, contudo, a ação colonizadora provocou uma redefinição dos significados, uma vez que há claras diferenças nas duas formas de agir sobre a paisagem.

Após a delimitação da área compreendida como sendo formadora do Vale do Jequitinhonha, ou seja, do Sertão, busquemos as imagens elaboradas para esta região. Ela era descrita sempre com palavras que procuravam demonstrar sua grandiosidade: enormes extensões de terras por todos os lados, suas muitas serras sempre elevadas, e seus incontáveis rios caudalosos que fugiam sempre do controle quando em épocas de chuvas, tornando a região um grande pântano de difícil controle e permanência em função das doenças.

Estas áreas eram assim, os locais escolhidos pelos povos indígenas para viverem, não somente em função de servirem de esconderijos, mas também porque era ali que estavam os solos mais férteis para a agricultura e era maior a concentração de animais próprios à caça. Esta região se caracteriza também por ter sofrido transformações bruscas em suas paisagens. No século XIX ainda havia matas e, portanto, condições de esconderijos e de vida para os indígenas. A situação mudou

completamente no decorrer deste século e os viajantes que por lá passaram, perceberam e deixaram suas impressões registradas.

O Sertão do Jequitinhonha era também uma região que, para os colonos, seria pautada pelo descontrole e pelo excesso. Tudo era visto como excessivamente grande e difícil. Desbravá-lo significava reunir forças, pessoal e dinheiro tidos como desconhecidos. Para conquistá-lo era necessário pacificar hordas intermináveis de índios; alguns poucos eram identificados como mansos, mas a maioria era tida como bravia e nem um pouco disposta a aceitar catequização e aldeamento ainda que disfarçada dos brancos.

A existência de inúmeros povos indígenas na região demonstrava todo o tempo, os limites que poderia colocar a segurança do sistema em risco quando não se tinha o controle. Os índios passaram a ser associados a empecilhos à expansão e, por que não, à civilidade apregoada pelas autoridades. Eram vistos declaradamente como inimigos públicos.

O Sertão do Jequitinhonha era tudo o que foi exposto acima, mas havia mais do que isto. A documentação deixa entrever que inúmeras nuances permeavam os conceitos e os sentidos do que viria a ser esta área, sendo os valores e os seus significados bastante claros, ultrapassando sempre a noção espacial. Este conceito carregava consigo concepções de uma época e de imagens próprias àquela sociedade.

Era um local que para ser trazido à civilidade precisava ser conquistado, ou seja, para aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, necessitavam conviver com a região, ela precisava ser desinfestada dos elementos que simbolizavam a sua barbárie: índios.

As expedições de conquistas visavam povoar e civilizar estas áreas trazendo-as para o sistema. Elas eram importantes porque o aumento da arrecadação de impostos e novas terras para a agricultura e à pecuária eram essenciais para diminuir os efeitos da crise econômica que se vivia. A idéia era levar a regiões longínquas o sentido de pertencimento a uma estrutura maior, qual seja, a da Coroa.

Contudo, as mesmas fontes indicam que a região era habitada por índios. Na realidade, para as autoridades, era uma região vazia de elementos civilizados e civilizadores e que precisava ser ordenado e controlado, o que só se conseguiria no momento em que a ocupação efetiva da região fosse possível através de uma população civilizada.

A ocupação do vasto território – o sertão das matas do Jequitinhonha - tinha como ponto de partida a criação de núcleos urbanos: vilas e cidades coloniais. Cidades e vilas coloniais eram o ponto de partida da colonização portuguesa na América. Pela porta que se abria para o sertão passavam todos que iam conquistar e ocupar aquele vasto território, transformando-o em uma região colonial. Eram leigos e religiosos, guerreiros e missionários, comerciantes e funcionários régios. Estes personagens recebiam sesmarias, escravizaram e exterminaram os povos indígenas, derrubaram a mata para implementar a pecuária. Estavam se transformando em colonos.

Empreender a colonização significava, então, impor a ordem e a dominação sobre um território e sobre as pessoas que ali viviam, para transformá-las em súditos do Rei de Portugal, em cristãos e trabalhadores forçados. Pessoas sempre apresentadas como portadoras de falhas, faltas e ausências. Daí a permanente desordem em que viviam. Não por outras razões, tais pessoas e as terras que habitavam deveriam ser dominadas e ordenadas pelos colonizadores.

Os colonizadores conquistaram o sertão: exterminando os povos indígenas, formando cidades e vilas, derrubaram a mata, extraindo metais preciosos ou criando gado. Impunham a autoridade do rei, difundiam a fé cristã e transformavam índios e negros africanos em escravos. Buscavam construir o Novo Mundo à semelhança do Velho Mundo, de onde vieram. Quase sempre

a imposição da ordem e da dominação dos colonizadores significou o desaparecimento de parte considerável das populações indígenas e africanas, além de muitos dos seus conhecimentos.

É bem verdade que a atividade agrícola e a atividade mercantil eram ainda muito insipientes se comparadas à região mineradora. Contudo, foi em torno desses pequenos núcleos que se desenvolveram, no século XIX, cidades como Araçuaí e Jequitinhonha. Logo, ignorar a presença daquele tipo de atividade econômica assim como a relevância destas para o povoamento e a conseqüente colonização da área é, em nosso entendimento, ignorar as raízes que caracterizam essencialmente qualquer tipo de povoamento e de colonização.

Finalizando, pode-se afirmar que no âmbito da historiografia colonial brasileira, Sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. O Sertão continuou sendo, na visão das autoridades, o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu.

Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o Sertão no século XIX tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para as Minas Gerais e para o Brasil.

No caso de Minas Gerais, este Sertão era ao mesmo tempo um estoque de índios aptos ao trabalho desde que aldeados e civilizados, e um esconderijo perfeito para povos indígenas considerados inimigos, provável fonte de ouro e espaço destinado à agricultura ou à pecuária. Todos estes motivos fizeram com que as autoridades coloniais e mineiras tentassem de diversos modos tê-la sob controle.

Assim, transformar esta região em área colonial era um dos maiores anseios das autoridades coloniais. Mas para isso era preciso conhecê-la, e foi com este intuito que as elites mineiras empreenderam várias frentes de colonizações ao Sertão ou Mata do Jequitinhonha.

Enfim, com colonizadores, colonos e colonizados. A colonização ia transformando o sertão em região colonial, um território dominado e submetido aos interesses da elite mineira.

## CAPITULO SEGUNDO

### O INÍCIO DA OCUPAÇÃO E DA PENETRAÇÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA

A história da ocupação do território compreendido atualmente como Vale do Jequitinhonha, começou a se efetivar, a partir da segunda metade do século XVII, no Brasil colônia, com os primeiros achados de ouro e pedras preciosas, principalmente de diamantes, no Alto Jequitinhonha.

Este processo exploratório iniciado a partir do nordeste da colônia, especificamente dos territórios baianos, propiciou o reconhecimento de boa parte do norte mineiro, sem, contudo traduzir a ocupação efetiva destas terras.

Com o anúncio dessas riquezas pelos índios, através de lendas e relatos, iniciou-se um longo período de processo de ocupação. Antes da chegada dos primeiros homens brancos, a região era habitada por vários povos indígenas: maxakali, nakarene, makuni, naminikim, tupinikim, tocoiós, comanoxó, monaxó, aranã, imburú, katiguçú, xa e outras (CEDEFES, 1987). Entre os povos indígenas da região, muitas tribos e sub-tribos de origem "gê" foram agrupados na denominação genérica de botocudos, que ficaram conhecidos pelo uso de batoques que deformavam seu lábio inferior e pela sua resistência à colonização portuguesa (JOSÉ, 1965).

Alcançando o Serro, quer do lado paulista, quer do baiano, atingiram Pedra Redonda, na Serra do Espinhaço, tomaram conta da terra à força, aprisionando e matando os índios que resistiram em defesa da terra. Senna, assim relata sobre o Vale do Jequitinhonha:

*"(...) Desde o século XVI, quando das primeiras entradas, vindas da Bahia para os sertões do território, este mesmo território já era ocupado por milhares de nações indígenas, tidas algumas como bárbaras e selvagens, como os botocudos, que viviam em suas matas virgens (...). Depois vieram as bandeiras dos sertanistas paulistas, e dos fins do século XVII em diante, os primitivos habitantes das Minas Gerais sofreram uma guerra constante e exterminadora, enquanto algumas nações ainda resistiram de dentro das matas virgens e nos recantos mais afastados do território, fora do contato dos civilizados até o século XIX (...)." (SENNA, 1926. Tomo II: 47/48.)*

No Serro Frio aconteceu a primeira descoberta em quantidade de ouro e diamantes, a notícia foi longe, espalhando por toda parte. De todas as partes do mundo vieram pessoas para a região. Eram pessoas de variadas condições sociais e idade, que vieram em busca de riquezas. Eram homens, mulheres, moços, velhos, pobres e ricos, plebeus e fidalgos, seculares e clérigos, religiosos de diferentes congregações. Estes migrantes e imigrantes fundaram diversos arraiais e povoados da noite para dia, que originaram as primeiras cidades da região: Serro, Diamantina, Minas Novas, Francisco Badaró (Sucuriú), dentre outras.

Com os achados do ouro e diamantes, abriram a "temporada de caça ao índio", uma das fases mais violentas da história de Minas e do Brasil, quando se buscou a interiorização da fronteira colonial, que refletiu em muito na formação cultural e social do Vale do Jequitinhonha.

A colonização propriamente dita foi desenvolvida de forma gradual, sendo os índios conduzidos para o interior a partir do avanço aleatório das boiadas que subiam o rio São Francisco e seus afluentes. A conquista do interior traduziu-se em um deslocamento não só de efetivos indígenas, fugindo à ganância dos colonizadores, como também de seguimentos menos favorecidos na busca de terras livres da tutela da metrópole.

O Vale do Rio Jequitinhonha começou a ser explorado, em meados do século XVI. Dentre as expedições mais importantes, devido aos resultados alcançados ou pelo volume de informações registradas sobre a região, destacaram-se as comandadas por Francisco Bruza Espinosa, Sebastião Fernandes Tourinho, Antônio Dias Adorno, Marcos de Azevedo e Fernão Dias Paes. (VIANNA, 1935; VASCONCELOS, 1974a)

Espinosa (1554) embrenhou-se pelo sertão com doze brancos, incluindo dentre eles o padre Jesuíta João de Aspilcueta Navarro. Segundo este religioso, o grupo sertanista entrou naquele território à procura de pedras preciosas e de ouro. Partiu de Porto Seguro dirigindo-se para o Jequitinhonha, de onde seguiu rumo noroeste para a Serra Geral, atual Grão Mogol, chegando finalmente às margens do rio São Francisco onde assentaram uma aldeia "*junto da qual passa um rio por nome Monail*". (VASCONCELOS, 1974: 51/55).

Espinosa penetrou o interior, acompanhando o Rio Jequitinhonha, chegou à Serra do Espinhaço, na região do Serro, Diamantina e Minas Novas. Pela primeira vez, penetrou no Vale do Jequitinhonha, alcançando a foz do rio, onde ficaram marcos importantes para as expedições que vieram depois. A expedição de Espinosa fundou os primeiros núcleos de povoamento que se espalharam pelos séculos seguintes. Sobre ela, Rocha Pombo escreve: "*(...) Influenciado, provavelmente, pelo aparecimento de ouro e pedras preciosas nos domínios americanos da Espanha, recomendou D. João III a Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, (...) aqui mandasse procurar minas (...)*". (ROCHA POMBO, 1965: 55)

Em 1553, o Provedor-Mor da Fazenda, Antônio Carlos de Barros, determinou que o feitor da Capitania de Porto Seguro entregasse a Espinosa o material e os recursos necessários para a expedição ao sertão, e mais doze homens, incluindo o jesuíta João Aspícueta Navarro.

Desta forma, penetraram mais de duzentas léguas pelo Rio Grande ou Jequitinhonha, até atingir uma região de serras, e depois chegar ao Rio das Velhas, ou ao próprio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Essa expedição abriu o ciclo das grandes bandeiras. Vinte anos depois, no ano de 1573, a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, para a infelicidade dos habitantes das matas, foi a que teve mais sorte em seus intentos, como narra Pereira:

*"(...) Tourinho partiu da costa do Espírito Santo, subindo pelas margens do rio Doce, atravessou matas extensas (...), desabitadas e infestadas de ferozes selvagens; tomando depois direção para o norte, até ganhar a região das serras, (...) o primeiro que dá notícia do formoso pico do Itambê. Achando o Jequitinhonha, seguiu por ele até a costa da Bahia, passando pela região, onde está situada Arassuahy, onde encontrou as procuradas esmeraldas e safiras (...)".* (PEREIRA, 1969: 8/9).

A expedição de Sebastião Fernandes Tourinho (1573) partiu em canoas de Porto Seguro alcançando o rio Doce, de onde retornou com notícias sobre pedras verdes. Tais descobertas iniciaram a lenda das esmeraldas que incentivou sertanistas ao longo das décadas que se seguiram a buscar o interior do país. (CALMON, 1971: 313).

O Governador Luiz de Brito, influenciado pelo resultado da expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, estimulou novas expedições aos sertões, principalmente, em direção aos rios Jequitinhonha, Doce, Pardo e Mucuri, escolhendo Antônio Dias Adorno para penetrar e desvendar esses sertões, que desafiavam a coragem e a ambição de todos.

Antônio Dias Adorno (1574), contando com cento e cinquenta portugueses e quatrocentos índios, subiu pelo rio Caravelas descobrindo amostras de pedras verdes que, analisadas em Portugal, não interessaram à Coroa. (CALMON, 1971: 313/314). Parte desta expedição teria regressado pelo Jequitinhonha, sendo que um grupo chegou ao Jequiriçá.

Esta expedição seguindo a mesma rota de Tourinho penetrou no Vale, em várias direções, abrindo roteiros e cavando o chão em busca das pedras verdes e azuis, à procura da Serra Resplandecente, tão apregoada pelos índios. Pereira afirma:

*"(...) Foi certamente o nordeste de Minas a primeira região deste Estado a ser calcada por pés civilizados. Os aventureiros do último quartel do século XVI, fascinados pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos no sertão, tentaram em diversas expedições fazer o descobrimento e a exploração dessas sonhadas minas. (...) essas expedições eram mal aparelhadas para as dificuldades e fadigas, partiam do litoral e internavam-se pelo deserto a lutar contra os traçoeiros selvagens, com os rios inavergáveis, com as feras, com o cansaço, a doença e a falta de viveres (...)"*.(PEREIRA, 1969: 7)

Vasconcelos relata:

*"(...) a região das esmeraldas caiu no esquecimento, no Médio Jequitinhonha, além das Minas Novas do Fanado, aquela vasta, fértil e rica região, com apenas alguns poucos lavradores estabelecidos às margens do rio Grande e seus afluentes próximos (...)"*.(VASCONCELOS, 1974: 65).

Marcos de Azevedo, já no século XVII, seguindo o itinerário de Fernandes Tourinho, partiu do Espírito Santo, chegando ao rio Doce e a Barra do Suassuí. Depois de atravessar uma lagoa, penetrou finalmente na região das esmeraldas de onde retirou as pedras que enviou ao Rei. (VASCONCELOS, 1974: 66/67).

De todas as expedições que percorreram o território mineiro, a mais importante foi, sem dúvida alguma, a de Fernão Dias Paes. Entusiasmado com as informações sobre os sertões das esmeraldas, o velho sertanista paulista organizou uma bandeira com o intuito de descobrir as riquezas do sertão de Sabarabuçu. Para esse fim, recebeu do Governador Geral a patente de Governador das Esmeraldas em 30 de outubro de 1672. Contando com a participação de vários familiares, dentre eles o filho Garcia Paes e o genro Borba Gato, além da presença do experiente sertanista Matias Cardoso de Almeida, a bandeira partiu de São Paulo em 21 de julho de 1674.

Por sete anos Fernão Dias percorreu os sertões, estabelecendo postos e plantando roças em diversos pontos, descobrindo finalmente as pedras que julgou serem as esmeraldas. Com esta certeza, morreu de peste o velho sertanista com grande parte de seus índios, às margens do rio das Velhas, quando se recolhia para Sumidouro. (FRANCO, 1940, V. 181, Cap. 12/13)

Influenciadas pelas lendas e narrações desses primeiros aventureiros, as expedições se multiplicaram, acarretando depredações ambientais, correrias e chacinas contra os índios. Muitas dessas expedições fracassaram, como a de Gabriel Soares, que seguiu o roteiro de Adorno, e a de Julião da Costa, que não chegou a alcançar o Vale. A resistência indígena era um dos grandes obstáculos a essas expedições, pois os índios levantaram-se em armas contra os portugueses, preferindo lutar até a morte a se entregarem à prisão e escravidão. Era a Guerra dos Gueren, onde índios e negros lutaram contra os invasores brancos, os portugueses.

A região começa a ser ocupada, nos séculos seguintes, a partir de três frentes distintas: a baiana (sertaneja) dirigindo para o sertão do Jequitinhonha, a paulista (extrativo-mineradora) penetrando a região das minas e a militar ocupando(-se da colonização do médio Jequitinhonha). (MOURA, 1980; RUBINGER, 1963b).

A frente de ocupação sertaneja, iniciou-se no final do século XVII, a partir dos sertões da Bahia, através do rio São Francisco, vai se dar pela expansão das fazendas de gado, na parte noroeste da região do Jequitinhonha, primeiro atingindo o vale do Rio Pardo. A região foi entregue ao Mestre de Campo e Regente do rio São Francisco, Antônio Guedes de Brito, recebeu a doação de cento e sessenta léguas, que mediam do Morro do Chapéu até as nascentes do Rio das Velhas (VASCONCELOS, 1974b: 22). Para povoar a sua concessão, mandaram seus escravos e colonos

estabelecer na região fazendas de lavoura e de criação, acompanhados de padres encarregados da catequização dos índios que habitavam a região. (NEVES, 1908: 9)

No final do século XVI, Antônio Luís dos Passos estabelece próximo à confluência dos rios Preto e Pardo. E no início do século XVII (1734), o capitão Ignácio de Souza Ferreira ocupa a região do sertão do rio Pardo, situada entre os rios Vacaria e Salinas até o Jequitinhonha. (VIANA, 1935:145).

A frente extrativo-mineradora do Jequitinhonha, veio do sul, promovido pelas entradas e bandeiras dos paulistas, que penetraram o território mineiro em busca de metais e pedras preciosas e do aprisionamento de indígenas.

No final do século XVII, com os achados de ouro do Serro Frio e de Itacambira, cuja exploração marcou o início da mineração na região do Jequitinhonha, e mais tarde, em 1727, Sebastião Leme do Prado, encontrou ouro na confluência do ribeirão Bom Sucesso, com o rio Fanado, no termo de Minas Novas do Araçuaí (1730), que abrangia toda a região norte e nordeste da província de Minas. Também, no início deste século foi descoberto diamantes na região do Jequitinhonha, tendo como centro o arraial do Tejuco, hoje Diamantina. Em meio a tanta riqueza, a população teve que se dividir entre o trabalho na mineração e as atividades agropecuárias voltadas para o abastecimento local. (POHL, 1976).

Com a escassez das áreas de fácil extração, a mineração entra em decadência, e a agricultura começa absorver parte da mão-de-obra que se concentrou na região. A partir do final do século XVIII, a lavoura do algodão se expande, favorecida pelas condições do solo e do clima, afamando a qualidade do algodão de Minas Novas e incrementando a sua exportação para a Inglaterra. (SPIX, 1981). Busca-se a expansão das fronteiras agrícolas e o cenário de combate aos botocudos que se deslocam para o Médio Jequitinhonha.

A frente de ocupação militar se desenvolve em dois sentidos: partindo de Porto Seguro, subindo o rio Jequitinhonha e da região das minas descendo o rio, onde se instalam os quartéis da região: Itinga, São Miguel (Jequitinhonha), Vigia (Almenara), Água Branca (Joáma) e Salto Grande (Salto da Divisa), sob o comando do alferes Julião Fernandes Leão, visando não só "domesticar" os botocudos, como impedir o garimpo no rio Jequitinhonha ou o contrabando de ouro e pedras do Distrito Diamantino.

Após a ocupação militar, aconteceu uma apropriação privada das terras na margem do rio, pelos colonos oriundos do Termo de Minas Novas, que recebiam áreas de meia légua quadrada, isentas de impostos por dez anos (POHL, 1976 e SAINT-HILAIRE, 1975), com a produção da lavoura de algodão estendendo-se desde Minas Novas até próximo ao quartel de São Miguel, tendo como centro comercial São Domingos (Virgem da Lapa) (SAINT-HILAIRE, 1975).

Além da lavoura de algodão, os colonos criavam algumas cabeças de gado e porcos, praticavam uma agricultura de subsistência, cujas sobras permitia o abastecimento das vizinhanças. Somente as grandes fazendas empregavam um significativo número de escravos, mas a grande maioria contava apenas com um ou outro. A mão-de-obra empregada quase sempre era familiar, ou com o trabalho de alguns índios, inclusive botocudos, que se ofereciam em troca de víveres ou pequenos presentes, ou pegos na guerra com armas na mão.

Os historiadores Urbino Vianna (1935) e Simeão Ribeiro Pires (1979) reivindicam da historiografia regional a atribuição de uma maior importância ao papel dos sertanistas baianos no desbravamento da região, o que tem motivado os estudos regionais e a constituição de uma memória histórica sobre a localidade são os fatores ligados à mineração. A pecuária sempre aparece como uma atividade subsidiária, importante, é verdade, mas apenas um apoio à atividade principal, que era a mineração. Vianna descreve muito bem a atividade desses sertanistas que, através da

criação de gado em grandes fazendas ao longo dos séculos XVII e XVIII, desbravaram o sertão bravo do sul da Bahia e norte de Minas.

Com as frentes de ocupações, a região foi dividida: a primeira região foi denominada de Alto Jequitinhonha, indo da nascente até o encontro dos rios Araçuaí e Jequitinhonha - uma região de cerrado; a segunda região é o Médio Jequitinhonha e situada a partir da confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha até o arraial do Salto Grande, que por sua vez foi dividido em Médio Alto e Médio Baixo - região de caatinga e mata atlântica; e a terceira é o Baixo Jequitinhonha, região entre Salto Grande e Belmonte, já na Capitania de Porto Seguro. Freitas definiu uma outra divisão do Vale do Jequitinhonha, que seguiu o curso do rio:

*"(...) I - das nascentes, na Pedra Redonda, à foz do Rio Borba (...) II - da foz do Rio Borba à junção do Rio Jequitinhonha do Campo (...) III - da embocadura do Jequitinhonha do Campo à Cachoeira do Salto Grande, hoje Salto da Divisa, na fronteira de Minas e Bahia (...) IV - finalmente, da Cachoeira do Salto Grande à Belmonte(...)". (FREITAS, 1960, 15 maio: 14)*

Nos fins do século XVIII, a decadência da mineração acarretou o despovoamento do Alto Jequitinhonha, na região das minas, o que levou os moradores a se dedicarem, cada vez mais, à lavoura de subsistência e à exportação de produtos agrícolas como o algodão e o cacau, o que tornou Minas Novas e Belmonte, respectivamente, afamadas mundialmente.

A política interna se relacionava com a proposta de estimular a expansão e a colonização de novas áreas, como forma de assegurar o pleno direito de domínio das terras conquistadas. Para efetivar tal política, torna-se necessário garantir a existência de mão-de-obra abundante, pretendida através da efetiva integração da população que vivia dentro das fronteiras, mediante um processo de descaracterização das etnias e da imposição dos padrões da sociedade dominante. As mudanças introduzidas pela legislação Pombalina em relação à liberdade dos índios - inclusive a permissão dada para venderem livremente a própria força de trabalho em troca de salário - e a aceleração dos processos integrativos e de incorporação territorial e administrativa das áreas indígenas geraram, porém, alterações econômicas e políticas que se refletiram diretamente sobre as relações entre os indígenas e a sociedade envolvida. A expansão das fronteiras internas no Brasil e os impulsos provocados pelos novos fatores estruturais determinaram novos choques com os índios, que resistiram a essa expansão.

Para Pimenta, amplas perspectivas se abriram para o Vale do Jequitinhonha, no sentido de promover a sua ocupação e o seu povoamento, livrando-o da ação dos ferozes índios Botocudos, que, até então, resistiam a invasão dos colonos, que ali se estabeleciam construindo suas propriedades agrícolas. (PIMENTA)

A política portuguesa de desbravamento da colônia não era diferente da espanhola; era, sim, mais ampla, por conceder favores ao aventureiro que desbravasse as terras brasileiras. Assim, tal política aproveitava da vaidade e ambição dos invasores para levar adiante o processo de colonização.

Para este governo, o que interessava era o desbravamento, a ocupação da terra, a colonização e o povoamento, em benefício da classe dominante; por isso, não se pensaram as conseqüências das medidas tomadas para assegurar a tranqüilidade, a paz e a segurança dos colonos, ou seja, das medidas para assegurar a expansão da fronteira colonial. Marcatto refere-se à política de ocupação fundamentada em dois pontos principais e vitais para a dominação:

*"(...) 1 - conceder aos colonos todas as facilidades e privilégios no seu deslocamento e fixação ao longo dos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, incluindo-se até mesmo a isenção de impostos durante determinado período, desde que as sesmarias fossem cultivadas, conforme determinação legal; 2 - afastar de todos os modos possíveis a ameaça representada pelos índios bárbaros e hostis, melhor dizendo, Botocudos (...)". (MARCATTO, 1979:7).*

Com a decadência da mineração, parte de sua população – formada de mineradores, garimpeiros, faiscautores, fazendeiros e colonos – começaram a descer em direção à confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, onde estavam localizados os arraiais de São Domingos, Calhao (Araçuaí) e o aldeamento de Lorena dos Tocoyó. Até então, habitados pelos povos indígenas. No início do século XIX, começou a ocupação e colonização do Médio Jequitinhonha.

## CAPITULO TERCEIRO

### A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO DAS MATAS DO JEQUITINHONHA

Relatos registram que este Vale era tão rico, que diamantes afluíam no solo, no leito do Grande Rio, e nos seus afluentes. Tanto, que a corte proibiu o ingresso desautorizado e abertura de estradas na região. Autores afirmam que metade do ouro e mais da metade dos brilhantes que circulavam no Velho Mundo, provinham do Vale do Jequitinhonha, mais precisamente do Distrito Diamantino e do termo de Minas Novas, alto Jequitinhonha.

Após o declínio da mineração, quando esgotadas as minas, garimpeiros e descendentes desceram o rio Jequitinhonha abaixo, à procura de novas alternativas. A nova opção seria a prática extrativista nas densas matas do baixo Jequitinhonha, desbravada a ferro e a fogo. Assim que a clareira fosse aberta na mata, estava declarada a posse. Então, fazia-se o roçado. Quando aquela gleba cansava, semeava-se semente de capim e queimava-se outra adiante. O extenso e fértil território do Vale do Jequitinhonha eram cobertos por uma verdejante e espessas florestas tropicais, heterogêneas, abundantes em madeiras-de-lei, repleta de palmeiras indaiá, que se estendia ao litoral baiano, cuja fauna e flora eram das mais diversificadas do país.

O Sertão do Jequitinhonha despertou a cobiça e o interesse do civilizado, a partir da decadência da mineração, no final do século XVIII, quando teve início o processo de colonização. Para esta região, se dirigiram militares, mineradores, faiscadores e outros aventureiros, à cata de pedras preciosas e ouro de aluvião; e colonos, à procura de novas terras para a agricultura, o que levou à devastação da mata habitada pelos povos indígenas. Estes tentaram resistir; em vão, pois não conseguiram impedir a invasão e ainda acabaram por perder o seu território, frente ao poderio dos invasores e à escala de violência utilizada contra eles na ocupação e apropriação privada de seus territórios.

#### A REGIÃO DO ALTO JEQUITINHONHA

Antes de aprofundar na investigação histórica da colonização do Médio Jequitinhonha, necessário se faz relatar presença dos povos indígenas no Alto Jequitinhonha, região ocupada pela frente extrativa-mineradora. Sua ocupação foi motivada por atrativos econômicos especiais (ouro e diamantes) que oferecia aos colonizadores portugueses. Os povos indígenas que viveram nesta região passaram por inúmeros processos de descida, destribalização, massacres e aldeamentos. (RUBINGER, 1963b)

O Alto Jequitinhonha era a região mais densamente povoada devido à exploração das minas de ouro e diamantes, que deu início ao seu povoamento, pois a mineração exigia mão-de-obra para arrancar das entranhas da terra as riquezas minerais. Muitas cidades do Alto Jequitinhonha surgiram em torno de um núcleo de mineração: Serro, Diamantina, Minas Novas.

Esta região é bastante estudada pelo fato de ter sido ocupada desde o século XVI, período no qual surgiram as tão conhecidas "entradas" - expedições à busca de índios para escravização, de terras para ocupação, e dos cobiçados metais preciosos. Deram-se, assim, o início da mineração, e o nascimento do território das Minas Gerais.

No início da ocupação, o Alto Jequitinhonha tinha o seu território representado pela Comarca de Serro Frio, Distrito Diamantino, Sede e arredores do Termo de Minas Novas, contendo os Destacamentos Militares em 1778: Guarda de Intendência da Vila do Príncipe; Destacamento do

Tijuco; Registros de: Galheiros, Rebelo, Caeté Mirim, Inhacica, Pé do Morro; Guardas de: Milho Verde, Paraúna, Gouveia, Picada; Destacamento de Minas Novas, Registro de Itacambira e Jequitinhonha, dentre outros. Todos eles utilizados para combater o contrabando de ouro e diamantes e aos povos indígenas. (ROCHA, 1995)

Os povos indígenas que habitavam esta região eram na sua maioria Botocudo, que chamavam a si próprios de Engerackumung, mas também existiam outros menores. Todos com seus territórios delimitados com os Aranã, nas margens do Surubim e Suassuí; ao sul da serra Mapmapcrak, na divisa dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, inimigos dos Naknenucks. (HARTT, 1941), Timmers relata alguns aldeamentos indígenas no Alto Jequitinhonha:

*"(...) Entre Minas Novas e a borda da mata, na chapada limitada pelas águas do Capivari e do Fanado, chamada Alto dos Bois ou das Trovoadas, no século XVIII ainda, o capitão Pequeninho Ou Capitão dos Bois, introduziu a criação de gado. Nas cachoeiras do Fanadinho morava o fazendeiro Antônio Gomes Leal com seus filhos Antônio, Camilo, Cassimiro, Manuel, Domingos e João, aos quais as tribos dos Macunis e Malalis se encostaram, a fim de ampararem-se dos seus inimigos, os Botocudos. (...) Em 1814 o governo colocou lá um destacamento militar para proteção dos índios e portugueses. Outros fazendeiros, saindo de Chapada e Água Suja (Berilo), abriram a mata situada à margem direita do Arassuaí, progredindo até o Gravatá e Piauí. Foram estes os postos mais avançados no princípio do século XIX. (...)" (TIMMERS, 1969b).*

O alto Jequitinhonha era onde estava localizado o Termo de Minas Novas, uma região mais povoada por aventureiros que lá foram em busca de fortuna baseada nas riquezas naturais. Com os habitantes vivendo de lavras de agricultura, e que depois, de muita exploração, começam a minguar a fonte, esgotando as lavras do ouro fácil, e ao mesmo tempo a agricultura nos capões ia diminuindo os rendimentos, devido à devastação das terras pela mineração. Entra em decadência, como nos mostra os viajantes estrangeiros que passaram pela região: Pohl, Mawe, Saint-Hilaire, Spix e Martius, e outros, e que em seus escritos, nos deixaram clara amostras .

Desde o princípio do século XVIII, o Alto Jequitinhonha articula-se com o centro de Minas e daí com o Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar da precariedade dos caminhos e das inúmeras proibições para abertura de estradas, promulgadas pela Coroa, o Alto Jequitinhonha estava conectado a alguns dos espaços mais dinâmicos da economia nacional do período: ao Recôncavo baiano e a cidade de Salvador; ao Rio de Janeiro; e a São Paulo. O surgimento de uma rede de lugares urbanos na região vinculou-se, de uma parte, à necessidade de um combate mais efetivo aos povos indígenas.(FERREIRA, 1999)

Nos séculos XVI e XVII, os dados referentes às populações indígenas podem ser avaliados a partir de duas grandes vertentes: uma de caráter positivo, quanto a terra como seus habitantes, e outra de caráter negativo, surgidas a partir da intensificação da conquista e das tentativas de colonização. (PARAISO, 1998).

Entre os séculos XVIII e XIX, o Alto Jequitinhonha apresentava uma subordinação militar e jurisdicional ao Alto Vale do Rio Doce, onde estava localizada a Diretoria Geral dos Índios. Esta Diretoria com uma intervenção protecionista levou os povos indígenas a desaparecerem e ao extermínio. Neste período, registrou-se na região, um grande surto de penetrações. Os colonos vinham desejosos de encontrar ouro e pedras preciosas, fugidos da justiça ou desejosos de dominar novas terras, prear as mulheres indígenas para com as mesmas praticarem sexo. (JOSÉ, 1958).

Com a redução dos territórios indígenas, começa-se a generalizar os conflitos inter-étnicos, Theophilo Ottoni escreveu:

*"(...) À medida que se foi estreitando a zona que ocupavam, a fome atirou a guerra fratricida que é eterna entre as diversas tribos. Matam-se por um pequeno terreno onde cacem, e apanhem algumas raízes tuberosas (...)" (OTONI, 1858: 194)*

No ano de 1820, Marliere foi nomeado Inspetor de todas as Divisões de Minas Gerais em terras indígenas, e em 1824, Diretor Geral dos Índios, para coibir tais abusos. Marliere com seus processos de civilização conseguiu atrair a simpatia de alguns povos indígenas: croató, crópo, puri e outros. O Alto Jequitinhonha era uma região de propriedade dividida, com economia extrativa e mineral, uma população densa e heterogênea, que criava dificuldades no seu controle.

No Alto Jequitinhonha, os índios foram destruídos, caçados e aldeados, colocados diante de uma economia extrativa mineral, onde existia uma densidade populacional e uma grande aglomeração de pequenas propriedades que constituíam uma maior número de núcleos urbanos, bastante heterogêneo, depredatório e agressivo em face às ambições de riqueza; ou eram destruídos, caçados ou aldeados para fins de trabalho escravo; no Médio Jequitinhonha, os índios conseguiram refúgio por mais um tempo, através de condições geográficas e pastoris favoráveis, que facilitavam a sua resistência contra as agressões dos aventureiros e caçadores. Por algum tempo, os diversos grupos indígenas que se refugiaram na Mata do Jequitinhonha acabaram por encontrar ali meios para subsistência e sobrevivência na sua luta desigual contra os brancos invasores.

### A REGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA

A colonização do Médio Jequitinhonha teve dois momentos, com sentidos diferentes e primordiais para a ocupação da região. O primeiro, em 1804, com a expedição do capitão-mor de Porto Seguro, João da Silva Santos, que subiu o Rio Grande, de Belmonte 400 quilômetros até Tocoyó, quando encontrou velhos conhecidos seus de Caravelas - os índios Maxakali, e ficou sabendo que o famoso e diamantífero rio Grande de Belmonte não era outro senão o Jequitinhonha. Em 1806, o governador da Bahia, o Conde Arcos, ordenou ao Ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, que viajasse pelo Jequitinhonha, quando lhe fosse possível, para apresentar, ao final da viagem um relatório minucioso, que pudesse servir de subsídio ao projeto do governo de ocupação e o povoamento da região. Para isso, Marcelino da Cunha instalou os quartéis do Salto Grande e dos Arcos. Após ter viajado 86 léguas, o Ouvidor encontrou com José Pereira Freire de Moura e alguns parentes deste em Tocoyó - os primeiros colonizadores e povoadores da região do médio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

O Príncipe Regente D. João, instigado pelos seus Ministros - entre eles o Conde de Linhares que tinha como interesse particular o controle da navegação dos rios da região - declararam guerras atrozes aos índios, adotando uma atitude extremada no sentido de aniquilar e destribilizar os povos indígenas, que povoavam o Sertão do Leste e a Mata do Jequitinhonha. Isso aconteceu após D. João haver recebido denúncias de que os índios praticavam os mais terríveis, violentos e atrozes atos antropofágicos, matando portugueses e índios já aldeados e "civilizados", bebendo deles o sangue e dilacerando seus corpos. Através da Carta Régia de 13 de maio de 1808, endereçada ao governador da Capitania das Minas Gerais, o Capitão-General Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo, verificando a inutilidade da guerra defensiva praticada antes, o Príncipe ordenou que, a partir do momento em que este recebesse a Carta Régia, considerasse declarada uma "guerra ofensiva e justa". Esta guerra não deveria acabar, enquanto não fosse ocupada toda a região pretendida e fosse mostrada superioridade dos brancos "civilizados" em relação aos selvagens antropófagos. Ou se conseguia que os índios, movidos por pavor, pedissem a paz e se submetessem às leis oficiais, transformando-se em vassallos úteis da Coroa ou se mataria até o último índio que ali encontrasse.

*"(...) Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, do meu Conselho Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais. Amigo. Eu o Príncipe Regente voz envio muito saudar. Sendo-me presentes as graves queixas que da Capitania de Minas Gerais têm subido à minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os índios Botocudos, antropophagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, (...) passam a praticar as mais horríveis e atrozes scenas da mais barbara antropophagia, (...)*

(...) tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldear-se e a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas Leis que regem os meus povos; e até havendo se demonstrado, quão pouco útil era o systema de guerra defensivo que contra elles tenho mandado seguir, visto que os pontos de defeza em uma tão grande e extensa tinha não podiam bastar a cobrir o paiz: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos, em primeiro logar.

(...) Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes Índios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jogo das Leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já são as immensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social (...)

(...) Em segundo logar sou servido ordenar-vos que formeis logo um Corpo de Soldados pedestres escolhidos e commandados pelos mesmos hábéis Commandantes que vós em parte propuzestes e que vão nomeados nesta mesma Carta Régia, os quaes terão o mesmo soldo que os dos Soldados Infantes; e sendo Índios domesticados, poderá diminuir-se o soldo a 40 réis (...) a quem ficará encarregada pela maneira que lhes parecer mais proficua, a guerra offensiva que convém fazer aos Índios Botocudos (...)

(...) A estes Commandantes ficará livre o poderem escolher os soldados que julgarem próprios para essa qualidade de duro e áspero serviço, e em numero sufficiente para formarem diversas Bandeiras, com que hajam constantemente todos os annos na estação secca de entrar nos matos; ajudando-se reciprocamente não só as Bandeiras de cada Commandante, mas todos os seis Commandantes com as suas respectivas forças, e concertando entre si o plano mais proficuo para a total redução de uma semelhante e atroz raça antropophaga. Os mesmos confiados à sua guarda, logo que contra elles se prove omissão, ou descuido:

(...) Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os Índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que seja entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo elle empregal-os em seu serviço particular durante esse tempo e conserval-os com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropophagia (...)

(...) Em quarto logar, ordeno-vos que estes Commandantes se lhes confira anualmente um aumento de soldo proporcional ao bom serviço que fizerem, regulado este pelo principio que terá mais meio soldo aquelle Commandante que no decurso de um anno mostrar, não somente que no seu districto não houve invasão alguma de Índios Botocudos, morte de outros quaesquer Índios bravos, de que resultasse morte de Portugueses, ou destruição de suas plantações; mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior numero, do que qualquer outro Commandante (...)

(...) Em quinto ordeno-vos que em cada três mezes convoqueis uma Junta que será por vós presidida (...) na qual fareis conhecer do resultado de tão importante serviço; e me dará conta pela Secretaria do Estado de Guerra e Negócios Estrangeiros, de tudo o que tiver acontecido, de tudo o que tiver acontecido e for concernente a este objecto, para que se consiga a redução e civilização dos Índios Botocudos, si possível for, e a das outras raças de Índios que muito vos recommendo e podendo também a Junta propor-me tudo o que julgar conveniente para tão saudáveis e grandes fins, particularmente tudo o que tocar à pacificação, civilização e aldeação dos Índios (...)

(...) Propondo-me igualmente por motivo destas saudáveis providências contra os Índios Botocudos, preparar os meios convenientes para o futuro a navegação do Rio Doce, que faça a felicidade dessa Capitania, e desejando igualmente procurar, com a maior economia da minha Real Fazenda, meios para tão saudável empreza; assim como favorecer os que quizerem ir povoar aquelles preciosos terrenos auríferos, abandonados hoje pelo susto que causam os Índios Botocudos (...)

(...) que finalmente fique decretado, que concedo a todos os devedores da minha Real Fazenda que forem fazer semelhantes estabelecimentos de cultura e de trabalhos auríferos, a especial graça, de uma moratória, que haja de durar seis annos da data desta minha Carta Régia, em cujo periodo não poderão ser inquietados por dívidas que tenham contrahido com minha Real Fazenda, (...) Datado no Palácio do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808. Príncipe D. João VI (...)" (RAPM, 1896, IV: 315-317)

Esta Carta Régia criou, a princípio, seis divisões militares ao longo do Rio Doce sob o comando de alferes, que gozava de plenos poderes para escolher os soldados próprios para este fim. De acordo com Sol, o segundo momento da colonização do Médio Jequitinhonha aconteceu em

1811, no sentido do interior para o litoral, do Alto para Médio, numa tentativa de ocupar a terra, reprimir a extração ilegal de diamantes e combater os índios Botocudos, habitantes das matas dessa região.(SOL, 1981: 10) A coroa determinou que se guarnecessem o rio Jequitinhonha e seus afluentes. Mandou tropas de dragões.

Assim, a região do Sertão Médio Jequitinhonha, começa a ser explorada e ocupada a partir do aldeamento de Lorena dos Tocoyó, localizado entre São Domingos e Araçuaí, na confluência dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, sob o comando de José Pereira Freire de Moura.

A região que compreende o Médio Jequitinhonha foi o ponto de encontro entre duas grandes frentes de ocupação do território nacional, a saber, a mineração e a pecuária. Essa região é parte da área remanescente do antigo termo de Minas Novas da comarca do Serro Frio, criada em 1720, época de grandes descobertas provocadas pela corrida do ouro.

Entende-se como Médio Jequitinhonha, a região que vai de Araçuaí ao Salto da Divisa. Imemorialmente habitada pelos povos indígenas: Botocudo e Maxakali. A região teve iniciado a sua ocupação com a frente militar. A memória do desmatamento, da matança dos índios, da implantação do latifúndio e da violência praticada contra os pobres está muito viva.

A região do Médio Jequitinhonha, trilhada pelas primeiras expedições, ficou esquecida a partir das descobertas auríferas e diamantíferas na região metalúrgica e no Alto Jequitinhonha, em parte pela falta de ouro ou diamante a explorar. Outro fator determinante deste abandono foi a proibição da Coroa, que preocupada com o descaminho das riquezas, contrabando e a grande migração para as minas, vedou a região utilizando-se da barreira natural das matas densas. A ligação com o litoral ficou restrita ao caminho novo que pelo sul levava ao Rio de Janeiro. Assim, as populações nativas do Médio Jequitinhonha reinaram absolutas nas matas até as primeiras décadas do século XIX. (PRADO JR., 1981: 76)

Em fins do século XVIII a decadência da mineração forçou a diversificação econômica. Garimpeiros e mineradores voltaram-se para a pecuária, para a lavoura de subsistência e de algodão ou simplesmente abandonaram a região do Alto Jequitinhonha, deslocando-se para a confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, região até então esquecida, aproveitando a amenização da intolerância administrativa.

Até o início do século XIX, os únicos núcleos urbanos existentes estavam situados nos centros mineradores. Em decorrência da fiscalização, foram mandados estabelecer, ao longo do curso do rio Jequitinhonha, vários destacamentos militares, em torno dos quais começaram a se estabelecer novas rotas de ocupação regional. Estes destacamentos tinham por tarefa defender a propriedade real e garantir aos colonos alguma segurança no enfrentamento com os indígenas. As atuais cidades de Itinga, Jequitinhonha, Joáima, Almenara e Salto da Divisa são exemplos de postos de destacamento militar em torno dos quais emergiram aldeamentos urbanos. Essa ocupação começou a se realizar efetivamente a partir de 1804, quando Dom João VI ordenou que fosse aberto o caminho pluvial do rio Jequitinhonha, ligando Belmonte a Araçuaí. Isso teria incrementado sobremaneira o comércio entre a região central do termo de Minas Novas, o norte de Minas e o sudeste da Bahia. (MAIA; 1936; PEREIRA, 1969; SAINT HILAIRE, 1975; SANTIAGO & SOUZA, 1996)

A corrente migratória para o Médio Jequitinhonha à procura de riquezas ou terras para a agricultura iniciou a destruição das matas ocupadas pelos Botocudos. Ainda no século XVIII, o inconfidente José Pereira Freire de Moura, fugindo à prisão, refugiou-se na confluência do rio Araçuaí e Jequitinhonha, fundando o aldeamento de Lorena dos Tocoios. (TAVARES, 2001)

No início do século XIX, em 1804, o Capitão-mor de Porto Seguro, João da Silva Santos com uma expedição composta de 66 pessoas, subiu o Rio Grande de Belmonte, de Belmonte

a Tocoíós, distante 400 quilômetros, encontrando os índios Maxakali. Diogo Pereira R. de Vasconcelos assim descreveu a expedição do Capitão-mor Santos :

*"(...) Do diário que tenho à mão de João da Silva Santos, Capitão-mor da Vila marítima de Belmonte, aos 15 graus e 5 minutos de latitude e aos 344 graus e 45 minutos de longitude, me informo da facilidade com que se pode navegar o rio grande de Belmonte, como ele lhe chama, ou Jequitinhonha, nome que se lhe dá na capitania de Minas. Começando sua derrota em o 1º de outubro de 1804 na foz daquele rio, chegou a 10 de novembro à barra do Araçuaí com 41 dias de viagem, incluídos neste número o das falhas que teve, já em razão de aproveitar seus mantimentos, já por outros motivos. Descrevendo circunstanciadamente sua derrota, assegura que da foz à serra de São Bruno, 66 milhas e meia, se pode navegar à vela; de São Bruno ao Salto Grande, 96 e meia milhas de barra, bem que trabalhosa, diz ele, não é insuperável a navegação, faz-se apenas preciso atravessar no Salto três quartos de léguas por terra, sem maiores dificuldades. Neste lugar ( entre o Salto e a barra de São Bruno), descobriram os antigos paulistas as minas de ouro da lagoa dourada, segundo as observações do hábil regente dos Tocoíós, José Pereira Freire. Todo o país, entre a serra de São Bruno e outra que corre ao norte, é habitado por patachós ou catachós, que em toda a costa de Porto Seguro e dos Ilhéus nos têm feito hostilidades. Também pela parte de oeste sustentam estes índios contínua guerra contra o botocudo. Vencem-se igualmente os riscos da navegação no lugar em que o ribeirão de São Miguel desemboca no rio Grande, ou Jequitinhonha, a 186 milhas da barra, até onde têm já penetrado as patrulhas da guarda dos tocoíós. Deste ponto à barra do Araçuaí não achou maiores estorvos, sendo assim que afirma que, desde Belmonte até a aldeia de Lorena dos tocoíós, um espaço de 271 e meia milhas, puderam ir 20 dias de viagem, logo se facilitem alguns passos mais perigosos; não menos assegura que as margens em geral prometem vantagens à agricultura e são aptas para criação dos gados. Avança, enfim, que a margem do sul admite uma estrada de carro de 80 léguas, contanto que se removam algumas dificuldades e que sempre se vão seguindo as picadas dos índios que atalham as voltas e rodeios do rio, especialmente da barra de São João para baixo. O maior perigo que considera nas hostilidades dos catachós, ao mesmo tempo que deixa a temer por esta parte, uma vez que vista sua relação da qual nos consta que, sendo por eles acometida sua bandeira com uma descarga de pólvora aos ares, os pôs em retirada. Menos temíveis inculta os botocudos, que sempre achou de paz nos encontros que com eles teve (...)." (VASCONCELOS, 1994: 150/151).*

O relatório do Capitão-mor de Porto Seguro determinou a construção do caminho pelo rio, que passou a ser utilizado para transporte de mercadorias e produtos entre Minas Novas e Belmonte. Dois anos depois, em 1806, o Ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, seguindo ordens do Governador da Bahia, Conde dos Arcos, viajou pelo Jequitinhonha visando o reconhecimento do território para um futuro projeto de ocupação e povoamento. Com esse intuito o Ouvidor instalou o quartel de Salto Grande e de Arcos com o objetivo de garantir a navegação no rio e a defesa contra ataques indígenas. O primeiro, nas proximidades das corredeiras do Salto da Fumaça, o segundo em território baiano.

Subindo o rio Jequitinhonha, a expedição do Ouvidor José Marcelino chegou a Tocoíós onde encontrou com José Pereira Freire de Moura e parentes. Um importante fator que contribuiu para a efetiva ocupação da região foi o envolvimento da Coroa instigada pelos ministros interessados no controle da navegação dos rios do Sertão do Leste e motivada pelas constantes denúncias das "atrocidades" cometidas pelos Botocudos nos povoados e aldeamentos de índios aliados.

O Príncipe D. João, em Carta Régia de 13 de maio de 1808, enviada ao Capitão-General Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo, então governador da Capitania de Minas Gerais, declarou "guerra ofensiva e justa", visando a destruição e destribalização dos índios. Para concretização deste intuito a própria Carta Régia determinou a instalação de seis divisões militares ao longo do rio Doce. (TAVARES, 2001)

Mesmo acautelado pela assertiva de que "não se pode fotografar como se faz com uma paisagem" (VEYNE, 1989)<sup>1</sup>, ousou tentar fazer um elementar inventário dos acontecimentos da

<sup>1</sup> VEYNE, Paul. O inventário da diferença. Lisboa. Gradiva. 1989

colonização do Médio Jequitinhonha. Assumo o risco, apontado por Foucault em seus ensaios de história, caindo no ele define como ideologia: "(...) *estilo nobre e vago, próprio a se idealizar as práticas sob pretexto de descrever-las (...)*." (VEYNE, 1990)<sup>2</sup>

O Médio Jequitinhonha é um lugar comum nos relatos dos viajantes do século XIX, como região "*infestada*" por Botocudos que faziam audaciosos ataques a qualquer incursão de estranhos, da viabilidade de navegação do rio Jequitinhonha.

Em 1808, com a chegada da Corte Real, fugindo das tropas de Napoleão, D. João VI elabora três decretos que incentivaram e legitimaram quaisquer ataques aos povos indígenas, genericamente denominados Botocudos nos documentos oficiais. Os decretos orientavam para a militarização da região, a captura e a escravização de indígenas, a implantação de aldeamentos para catequese religiosa dos que não oferecessem resistência e a doação dos territórios indígenas a particulares. Listaram ainda, justificativas para ações violentas contra os indígenas. Os quartéis eram construções simples, próximos às cachoeiras dos rios, serviam de entrepostos comerciais de mercadorias, ofereciam serviços religiosos. No entanto, a abertura do Médio Jequitinhonha se dá durante a crise da mineração.

Era uma região próspera, animada pelo imenso comércio com o Alto e o Jequitinhonha baiano. No porto de embarque e desembarque, situado em Araçuaí, as tropas de todo o norte de Minas despejavam os seus produtos agrícolas, que, a partir daí, eram conduzidos por centenas de canoas às cidades de Belmonte e Canavieiras, na costa da Bahia, de onde voltavam - as canoas - carregadas de sal e outros produtos. No século XIX, o porto Calhao (Araçuaí) era um grande entreposto comercial, entre Minas Gerais e Bahia.

Os relatórios de inspeção das divisões indicam que, durante o século XIX, há deserção de soldados e o abandono das terras recebidas pelos colonos. Saint-Hilaire considerou tais terras uma isca oferecida pelo governo real, para que massas humanas abandonassem os centros urbanos. Lamentou a destruição das matas e a barbárie da ausência de leis.

Após a formação, por decreto real, da Junta Militar de Civilização, a única voz dissonante, no massacre dos indígenas, foi a de Marliere, que ganhou certo reconhecimento por sua disciplina e seus princípios de defesa da civilização contra a brutalidade dos militares. Responsável pela catequese dos povos indígenas em Minas Gerais, até meados dos anos 30, do século XIX, uma catequese civil, de integração dos indígenas na sociedade nacional.

Os viajantes estrangeiros denunciaram na Europa os maus-tratos afligidos aos povos indígenas, e tanto Wied quanto Saint-Hilaire coincidem na denúncia da guerra bacteriológica: os colonos doavam aos indígenas, roupas com vírus da varíola e outras doenças. Em carta a Saint Hilaire, Marliere agradece a defesa que ele fazia dos povos indígenas, e outra, escreve que em 13 (treze) anos de reclamos a sucessivos governos, só recebeu evasivas e que nenhum matador de índios tinha sido punido; não se castigava a opressão e nenhum palmo de terra tinha sido restituído aos povos indígenas.

A colonização do rio Jequitinhonha teve um tratamento diferenciado devido às suas riquezas diamantíferas. Visando a preservação dos direitos sobre os descobrimentos, a Coroa, a partir de 1811 designou companhias de Dragões para guarnecerem a região. A Sétima Divisão Militar, comandada pelo Alferes Julião Fernandes Leão se instalou na região em 29 de setembro de 1811 com sessenta soldados e alguns índios Maxakali do aldeamento de Lorena dos Tocoios, fundando nas margens do rio Jequitinhonha o povoado de São Miguel (atual Jequitinhonha).

A Companhia da Sétima Divisão imediatamente iniciou o trabalho de construção de uma estrada rente à margem direita do rio, que partia do recém fundado povoado de São Miguel até

<sup>2</sup> VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. Brasília. UnB. 1990.

a Vila de Belmonte na província baiana de Porto Seguro. A partir da construção da estrada, o Alferes Julião foi instalando quartéis ao longo do rio Jequitinhonha, embriões de futuros povoados e cidades como Itinga, Almenara, Salto da Divisa e Joáima. Conforme sugestão do capitão-mor de Porto Seguro, o rio passou a ser utilizado para transporte de mercadorias entre Minas Novas e Belmonte. (TAVARES, 2001)

Subiam o rio Jequitinhonha, transportado em canoas, sal e produtos raros. Belmonte recebia as produções mineiras: milho, algodão, toucinho, carne seca, dentre outros. O mencionado Quartel do Salto, instalado nas imediações da Cachoeira do Salto, assegurava esse comércio, impedindo o contrabando de ouro e diamante e os ataques dos índios. (GUIMARÃES, 1960: 92). Abandonado pelos baianos em 1808, o Quartel do Salto foi ocupado pelo Alferes Julião cinco anos depois.

*"(...) A então denominada oficialmente Guerra Justa teve início efetivamente com a instalação da Sétima Divisão Militar, e teve também um aspecto fratricida, pois, como já foi mencionado, os Maxakali, além de empregados em obras públicas, na abertura de estradas, e como "interpretes ou línguas", foram utilizados no combate aos Botocudos (...)." (TAVARES, 2001)27/28)*

Sob a proteção dos quartéis iniciou-se a ocupação das matas da região. Por outro lado o governo provincial incentivou a instalação de grandes proprietários, permitindo que tivessem o monopólio na construção de estradas.

A instalação dos quartéis resultou no início do processo de devastação da mata atlântica, objetivando a utilização das terras para o plantio das lavouras e a destruição dos refúgios indígenas. Bastou menos de um século de ocupação para reduzir a cobertura vegetal a um décimo. O passo seguinte foi à completa extinção dos Botocudos e dos grupos como os Macuni, Panhame, Puri, Koropó e outros, através da destruição cultural, doenças e massacres. Acossados devido à destruição do seu "*habitat*", os índios foram pouco a pouco se entregando à proteção dos colonos. O resultado desta submissão foi o abandono das antigas atividades como a caça e a pesca e a adoção da agricultura nos moldes impostos pelos colonos. Paralelamente, a diminuição do território aumentou as rivalidades tribais provocando guerras entre os índios, que só favoreceram aos colonos.

Apoiada nos quartéis, a colonização da região se deu inicialmente por duas vias: do litoral, a partir de Belmonte subiram o rio colonos comerciantes que se instalaram pelas povoações ribeirinhas. Da nascente do rio desceram garimpeiros em busca de novas minas de diamante e lavradores em busca de terra.

No fim do século XIX o Médio Baixo Jequitinhonha recebeu uma segunda leva de migrantes provenientes da Bahia e das cidades mineiras do Alto Norte: Espinosa, Taiobeiras e Salinas. Considerado por muito tempo como região de grande riqueza, fartura e belezas naturais, o Vale do Jequitinhonha apresenta-se atualmente empobrecido devido à exploração desenfreada do passado.

Todos os viajantes que ali passaram no início do século XIX dão vastas informações sobre as condições de vida dos indígenas, ainda que fossem unânimes em destacar seus caracteres bárbaros, uns "*(...) desgraçados, vivendo no presente, unicamente ocupados de suas necessidades materiais, muito inferiores a nós, e dignos, por isso mesmo, de toda nossa compaixão (...)*". Saint-Hilaire se refere a Julião como um grande pacificador e protetor de índios, sempre vistos como indolentes, preguiçosos e pouco afeitos aos hábitos da civilização, cabendo aos civilizadores "*(...) torná-los homens úteis (...)*". Sabe-se que em pouco tempo todos esses índios foram exterminados pelas doenças ou massacrados pelos novos ocupantes das terras. (SAINT HILAIRE, 1975: 250/257). Os que ainda sobreviveram por mais algum tempo foram os que se refugiaram nos "sertões do leste", onde predominavam imensas áreas de florestas fechadas. A partir da segunda

metade do século XIX, a colonização do vale do Mucuri, como ainda se verá, dizimou o restante da diversificada população indígena da região. (SOARES, 1992)

Ainda predominam como atividades econômicas do Vale do Jequitinhonha, a pecuária, lavoura de subsistência e a mineração. Os índios desapareceram violentamente no processo colonizatório imposto à região. Das tribos guerreiras que povoavam os Sertões do Leste, sobrevivem alguns remanescentes das tribos Maxakali, Pataxó e Krenak, nos vales do rio Doce e Mucuri, e os Aranã ressurgidos no final do século XX.

Em um século, a região se povoou e se “civilizou” até o ponto em que se encontra, entregue a seus próprios recursos (quando estes não lhe são expropriados), quase sem auxílio e proteção dos poderes públicos. Agora, no início do século XXI, agourada vai ficando esquecida, depois de ter dado riqueza e glória à Coroa. Seu passado é curto, e sua história de resistência tem brilho e grandeza.

## CAPITULO QUARTO

### OS LUGARES E OS HABITANTES DO SERTÃO

#### OS POVOS INDÍGENAS

Os primeiros habitantes dos sertões de Araçuaí e Jequitinhonha foram os índios Tupinaqui, expulsos para o litoral pelos Aimorés. Estes, oriundos do ocidente, dominaram a região do Mucuri, Jequitinhonha e Araçuaí, chegando a descer ao litoral de Porto Seguro e Ilhéus para saquear as colônias portuguesas. Combatidos por Mém de Sá e em seguida pelos Tapajós, dispersaram pelos sertões em pequenos grupos, sendo mais tarde denominados genericamente como Botocudos devido ao círculo de pau que usavam no lábio inferior. (VASCONCELOS, 1974: 124, 131/132)

*"(...) A primeira denominação que os Botocudos receberam foi de Tapuio, em oposição aos Tupi que habitavam o litoral da Bahia, e com os quais os primeiros colonizadores tiveram contato. Mais tarde, vieram Aimoré, Gueren, Cren, kren, Ambaré, Guaimoré, Embaré, Kraknum, Endrejerecnum, Engrekmun, Botocudo. No final do século XIX, predominaram as auto denominações derivadas dos nomes dos "capitães" (chefes de tribos ou grupos indígenas, assim chamados pelos portugueses), de acidentes geográficos ou dialetos: Nakenuk, Karkmun, Nakrehé, Etwet, Takruk-Krak, Gut-Krak, Nep-Nep, Jiporok, Pojixá, Minajirum e Borun (homens verdadeiros). Wied registrou o termo Engerecknung ou Endjerkmun (povos corretores) no Baixo Jequitinhonha (...)." (TAVARES, 2001: 34)*

Esses índios ocupavam as florestas de mata atlântica dos Sertões do Leste formados pelos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do rio Doce e se autodenominavam Borun. Possuía estatura mediana, cor de bronze e pintavam o corpo de preto e vermelho. Os cabelos e sobrancelhas eram raspados, mantendo ao redor da cabeça apenas uma espécie de penacho.

Das florestas do Mucuri e Jequitinhonha, de tempos em tempos, desciam ao litoral para destroçar as povoações. Caio Prado Júnior sugere que estas "incurções intermitentes" que permitiam um certo descanso aos estabelecimentos coloniais do litoral sul da Bahia e do Espírito Santo se deviam ao crescimento vegetativo das nações indígenas que, com a falta de recursos do seu habitat, debandavam para o litoral. O morticínio advindo das incurções restabelecia o equilíbrio. (PRADO JR, 1981: 49).

A região pertenceu a Bahia e Minas Gerais e a sua formação política foi assentada nas guerras feitas aos índios pelos vice-reis e governadores gerais do Brasil, desde o século da "descoberta". Era uma região proibida e guardada por destacamentos militares, situados em locais estratégicos, e próximos às estradas de penetração em Minas Gerais, para inibir e combater o contrabando de ouro e diamantes.

A política de colonização implantada foi bárbara e arrasadora. A devastação das matas foi a maneira mais eficaz encontrada para desalojar o "inimigo" da Coroa. No início do século XX, Pereira (1969: 56) nos lembra muito bem de que toda a mata estava reduzida a um décimo: "(...) o mato que não cai sob o machado (...) arrasa-o o fogo das queimadas(...)".

A partir de meados do século XVIII, começaram a ser conhecidos nominalmente os vários grupos de índios Botocudo que tiveram paulatinamente alcançados e invadidos os seus domínios pela expansão das frentes extrativas, pastoris e agrícolas da sociedade brasileira em formação. Segundo Pimenta, a Mata do Jequitinhonha estava:

*"(...) incluída nos Sertões do Leste Mineiro, ficaram conhecidas como áreas proibidas para abertura de estradas de penetração e exploração, em direção ao litoral. Além disso, em todos os caminhos*

*autorizados, deveriam existir nos pontos estratégicos, registros para a cobrança de impostos, quintos e casa para a guarda de linha que guardava essas barreiras alfandegárias, sendo estradas sempre feitas à custa de particulares, como foi o caso de primeiro colono Antônio Pereira dos Santos que veio para a região de São Domingos por volta de 1728 (...)*. (PIMENTA, 34)

Os povos indígenas de Minas Gerais ocupavam uma faixa territorial específica dos chamados Sertões do Leste, que compreendia os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. Um território coberto de mata atlântica, proibida para todos, começando a ser devastado, no final do século XVIII. Reagiram contra a invasão dos colonizadores portugueses, usando emboscadas e táticas de guerrilhas desconhecidas dos europeus, que se opunham às espingardas chumbeiras dos soldados e civilizadores. Os invasores infestavam as aldeias de doenças contagiosas. Aldeias inteiras eram contaminadas com o vírus da varíola e do sarampo; também capturavam as mulheres e crianças índias para forçarem as tribos resistentes à civilização e ao aldeamento.

Os Botocudos formavam a maior nação indígena que habitava o Jequitinhonha e implementaram uma resistência à ocupação dos colonizadores que queriam escravizá-los e exterminá-los. Existiam também outras nações indígenas dentro da mata, porém menores e de costumes e línguas próprias, que viviam em constante guerra fratricida com os Botocudos. Eram os Macuni, Maxakali, Panhame e outras tribos ou nações diferentes, cada uma com sua própria cultura, seus costumes e território demarcado.

As melhores descrições dos índios foram feitas pelos viajantes estrangeiros. Os índios se protegiam uns aos outros, menos entre os grupos conflitantes. Com a entrada dos primeiros colonizadores, deu-se início à devastação e ao desmatamento em grande escala, e o espaço vital dos índios foi diminuindo cada vez mais. Diversos cronistas, etnólogos, historiadores e viajantes, constata-se a grande mobilidade dos povos indígenas nos tempos da colonização. Esta mobilidade foi devida em grande parte às pressões do processo colonizador, e em parte menor ao fato de eles serem nômades.

No final do século XIX, a mata quase toda estava destruída e devastada, devido à penetração de levas de migrantes. Nas diversas fontes consultadas no decorrer desta pesquisa, foram encontrados relatos de índios famintos e submissos, procurando contato e proteção, com a redução dos territórios indígenas. A imagem que ficou dos índios, no século XIX, foi a de pobres; os grupos foram saindo da mata derrotados. Indo ao encontro do desconhecido, da "civilização", um destino triste os esperava. Os colonos chegaram e, logo, começaram a pressionar, abrindo roças, lavrando e devastando a terra, reduzindo o território indígena. A colonização e a migração geraram o aumento da população na área e fizeram chegar a fome para os índios, aumentando suas queixas.

Os primeiros resultados negativos da colonização para os índios - ou seja, foram transformados destribalizados, desprovidos de suas técnicas, e isolados de sua cultura milenar, era a primeira grande vitória dos grandes proprietários rurais, da classe dominante e da sociedade civilizada. Dos numerosos índios de diferentes tribos ou grupos, com suas línguas também diferentes, alguns traços ainda podem ser encontrados na região hoje.

## **A GUERRA E A POLÍTICA INDIGENISTA**

Como já foi mencionada, a guerra contra os índios que habitavam Minas Gerais iniciou-se com as Entradas e Bandeiras, através dos primeiros "civilizadores" brancos que penetraram no território da província, a procura de metais preciosos e índios para a escravizar. Vários povos indígenas foram exterminados, destribalizados ou "civilizados".

A guerra tomou um rumo sem precedentes de selvageria, de ambas as partes. Os "civilizadores" brancos utilizaram inúmeros recursos, artimanhas e crueldades para acabar com os índios e apropriar de seu território. À medida que os brancos penetravam o território a ser

dominado, a violência aumentava, pois os índios resistiam à invasão com todas as suas forças, numa tentativa de garantir os seus domínios territoriais.

O clima de guerra instalou-se nas novas fronteiras, refletindo-se em pressões desencadeadas junto ao governo português, visando alterações na legislação. E que segundo Paraíso,

*"(...) O principal questionamento deve-se ao fato de considerarem a lei com 'frouxa' e incapaz de promover a exploração efetiva do enorme potencial de riquezas disponíveis no Brasil. Outra justificativa era assertiva de que a legislação permitia o desperdício de tanta mão-de-obra existente, inaproveitada pelo 'estado de rudeza'. Propunha-se, então, um endurecimento no trato das populações indígenas visando transformá-las em trabalhadores aplicados e eficazes a serviço da expansão de novas áreas (...)" (PARAÍSO, 1986: 39)*

A região do Médio Jequitinhonha passou, então, a ser observada e analisada em função do seu potencial produtivista, sendo delimitados os obstáculos para a futura colonização. Otoni, concluiu que:

*"(...) a Coroa deveria fomentar a mineração, promovendo a agricultura, construindo estradas em direção ao litoral, ou pela navegação para o comércio com o exterior, desse jeito promoveria a colonização e integração da mata a Minas Gerais (...)" (OTONI, 1908: 311)*

Nessas alturas, o cenário de combate aos Povos indígenas tinha-se deslocado para o nordeste de Minas e sertão do Espírito Santo, ficando concentrados os combates nos rios Jequitinhonha e Pardo, com extensão aos rios Doce, São Mateus e Mucuri. Estes rios foram escolhidos, estrategicamente porque tinham a peculiaridade de nascerem em território mineiro e desaguarem nos litorais baianos ou capixabas, posição esta que no momento de crise, serviria a formar novas rotas comerciais para o escoamento da produção de Minas Gerais. O desenvolvimento destes portos comerciais dos litorais exigia a superação de algumas dificuldades e obstáculos, ainda que aproveitando as rotas naturais pelos cursos dos grandes rios, haviam carência de pontos de abastecimento, falta de segurança, ausência de estradas e os índios que habitavam as matas da província mineira.

A solução desses problemas motivou uma série de investimentos: a abertura de rotas, construções de quartéis e destacamentos militares ao longo dos cursos dos rios e o aldeamento forçado dos povos indígenas. Com a crise da mineração, o eixo econômico se deslocou para a agricultura, conforme observou Prado Jr., quando disse que o movimento migratório se afastou do centro, orientando-se para o litoral a expansão colonizadora da região, que era domínio dos Povos indígenas, uma área proibida no século XVII (PRADO JR, 1983). A Coroa visando a expansão da fronteira colonial e centralização administrativa, implantou uma política de colonização para as regiões "despovoadas" da província, procurando fiscalizar o contrabando e reelaborando uma nova imagem para a região, que serviu de isca para os colonizadores, na ganância do governo de alimentar o desejo de homens animados em buscarem as tendências que viriam a alimentar e aumentar as riquezas. A tentativa de colonização foi a negação deste espaço vital e aumento dos conflitos entre colonizadores e índios.

Na segunda metade do século XVIII, observou-se um deslocamento do foco das hostilidades para a Capitania de Minas Gerais. Para Martius e Ehrenreich (Apud CARVALHO: 10), o maior empecilho à colonização estava na oposição dos Povos indígenas, *"(...) selvagens tão primitivos que não conheciam a rede, nem os tecidos e vasilhas de barro e que viviam exclusivamente da caça, da pesca e da apanha dos frutos e raízes silvestres (...)"*. Para esta empreitada de colonizar a região, a Coroa fomentou no espírito dos pretendentes, acenando com altas honrarias e pingues mercês, além de ouro e das pedras encontradas na terra.

Com a retomada dos conflitos entre índios e colonizadores, que na documentação oficial aparecem como ataques e hostilidades dos índios aos brancos colonizadores, intensificados a partir

dos anos 80 do século XVIII, delimitando a fronteira da colonização expressa na nação que ia se constituindo em linha de defesa.

O Estado forjou-se no imaginário político da sociedade como fundador e responsável pela sobrevivência do corpo social. Ao tomar para si a tarefa de fundador do corpo social e recebendo deste o aval para esta ação, passava a açambarcar todo o imaginário político e social da população e da sociedade, passando a partir daí a ocupar um papel primordial em sua história, onde a tutela, o paternalismo em relação às classes dominantes e o arbítrio e a violência em relação aos dominados definiam sua ação. O Estado era o construtor, o idealizador e o principal responsável pela elaboração e execução da política de colonização (FURTADO, 1993/1994: 71, 89).

A Carta Régia de 5 de maio de 1801 decretou "*guerra ofensiva aos índios antropófagos*" e ordenou a distribuição de destacamentos por todo o território ocupado pelos Botocudo, e, ao mesmo tempo, criou condições para que se efetivassem as medidas sugeridas pelo Edital de 6 de março de 1801, pelo qual passava a ser permitida a distribuição de sesmarias às margens dos rios, iniciando-se, desta forma, a colonização e a "*civilização*" dos índios.

Reinstalou-se a escravidão indígena, com os índios perdendo sua liberdade e seus territórios para uma classe dominante e agrária, restaurando a dominação direta, estimulando e impondo trabalhos compulsórios fora das aldeias, em propriedades privadas e nas obras públicas. Os conflitos no litoral e no interior reacenderam, forçando os colonos a abandonar suas fazendas e mineração, devido à "*braveza dos Botocudos*" e a falta de recursos para resistir às invasões.

Sá Vedra Relata que a colonização da região traria vantagens com a navegação, construção de estradas e incremento da produção para o comércio, sem deixar de passar despercebido o obstáculo real que eram os índios, pois, para ele, só expulsando o índio e descortinando o rio, com povoações resistentes e com uma política indigenista agressiva. (SÁ VEDRA, in. RAPM, 1897, II: 672-683).

Em 1807, o Governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde Melo, em carta ao Príncipe Regente, colocou que a solução dos problemas da capitania se baseava numa visão positiva da região, na exportação como saída e nos incentivos necessários à colonização, isentando os colonos de taxas, e na distribuição das "*novas terras*", reservando um lugar especial aos excluídos da capitania, os povos indígenas.

A construção da região estava relacionada à domesticação dos índios com o "*atrativo da civilização*", através da introdução do comércio na região "*deserta e selvagem*" promovendo a "*felicidade dos povos*". Com esse raciocínio e na busca de alternativas de ocupação, implantou-se uma política de cunho altamente militarista, violenta e expropriadora das terras e de exploração da força de trabalho dos índios.

Em 1808, D. João, declarou guerra aberta, ofensiva e exterminadora aos Botocudos, mandando criar um corpo militar especialmente para resolver a questão indígena que se incumbiria de escolher os soldados que ajudariam nesta "*(...) qualidade de duro, e áspero serviço, e em número suficiente para formarem diversas bandeiras (...)*" (RAPM, 1899, IV: 784).

A política de colonização contida na Carta Régia era bastante clara em seus interesses de fixação e prosperidade dos colonos, que trariam lucros maiores para a Coroa, com o desenvolvimento da agricultura e do comércio, numa região até então marginalizada, em detrimento da propriedade e da vida dos indígenas. A política oficial era anti-indigenista e deixava de lado a guerra defensiva decretada anteriormente, passando a uma "*guerra ofensiva e justa*", que só acabaria quando fossem apossadas as terras e as aldeias indígenas e fossem certificados a superioridade e o terror das armas do "*civilizados*", pedindo os índios "*paz*" e se sujeitando ao estado de vida agricultora ou sedentária.

Para promover a “civilização” e a “catequese” dos índios, foi criada uma Junta composta pelo governador e Capitão-General, como presidente, e por seis vogais: quatro militares; o ouvidor da comarca de Ouro Preto, na qualidade de auditor do Regimento de Cavalaria de Linha; e o escrivão deputado da Junta da Fazenda. A guerra feita pelo governo e colonos massacrou as nações indígenas envolvidas, deixando-as quase em aniquilamento e extinção total. Os Povos indígenas foram massacrados de forma brutal pelos colonizadores e povoadores. Outras batalhas aconteceram, mas ficaram ocultas pelo terror da violência utilizada que tiravam o foco de outro combate que não foi travado com armas, mas com chicotes, enxada e troncos, e que acontecia nas lavouras e nas casas colonos, ou seja, a transformação dos índios em lavradores e brasileiros, e, antes de tudo, em “civilizados”.

No final do ano de 1808, outra Carta Régia foi expedida ao governador da Província de Minas Gerais, complementando a primeira e implementando uma política de terras, ao redefinir as condições estabelecidas na primeira no que diz respeito ao trabalho dos indígenas, que poderiam ser repartidos entre fazendeiros e agricultores, na montagem de aldeamentos. Assim, se ampliavam ainda mais, os poderes desses homens, que passaram a ter funções tanto civis quanto militares, no cuidado com a guerra e defesa, e ao mesmo tempo avançando a fronteira colonial. A carta dispunha sobre a utilização dos índios aprisionados como mão-de-obra para os colonos e determinava que fossem aldeados os mesmos que se apresentassem, cuja catequese seria encarregada a eclesiásticos, para que estes cuidassem da educação e civilização dos índios. Acrescentava que as áreas tomadas dos índios seriam consideradas terras devolutas e que caberia aos comandantes das divisões a demarcação e a distribuição destas terras em regime de sesmarias.

As Cartas Régias promoveram uma modificação na política indigenista, com medidas militares para a implantação da colonização e integração da região, mostrando com clareza a intenção da metrópole pela colonização da capitania.

O processo de colonização instalado pela Coroa visava tomar a terra dos índios à força militar e às custas de muitas vidas inocentes, e, mesmo que fosse necessário o extermínio dos reais donos da terra, os índios, pois eles já se encontravam ali a milhares de anos, e assim achar uma saída honrosa e econômica para a Coroa, que daria as terras aos colonos, para a implementação da nova fase da economia, que era a agricultura, através de formas variadas de incentivos materiais e morais para a expansão da fronteira colonial e desestruturação das comunidades indígenas, principalmente nas regiões compreendidas entre as bacias dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. As medidas tomadas pela Coroa em relação ao problema indígena nas Minas Gerais levavam ao extermínio e escravização dos rebeldes, desculturação e destribalização dos dóceis ou não-violentos e reprimiram quaisquer atos de provocação ou de defesa dos povos indígenas.

A guerra, de determinada forma, já estava em desenvolvimento, com a Coroa procurando interiorizar, penetrar a região para desbravá-la e colonizá-la, com a “civilização” ou o extermínio dos índios habitantes dessas regiões, mas o estopim para sua decretação oficial foi, como relatou Paraíso:

*“(...) a concessão de uma sesmaria à família de João Gonçalves da Costa, na área hoje compreendida pelo município de Vitória da Conquista, e a reação dos índios à ação da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha, responsável pela construção da estrada entre Vila do Fanado de Minas Novas e Belmonte (...)”.* (PARAÍSO, 1990: 8)

A guerra começou em Lorena dos Tocoyó com José Pereira Freire de Moura e terminou com o Frei Serafim de Gorizia, em Itambacuri, usando de métodos diferentes, mas de iguais propósitos, com os massacres acontecendo contra os habitantes da mata, que agonizaram juntamente com a floresta. (RIBEIRO, 1996)

Decretada a guerra, as ordens foram cumpridas à risca, sendo os índios transformados em alvo fáceis dos soldados. O resultado foi desastroso para os invasores e para os índios, pois uns e outros tombavam pela mata, levando o Erário Público a despendar avultosas quantias para instalar os colonos nas margens do rio, onde sofriam a ação da resistência indígena.

No Vale do Jequitinhonha, a política definida nas Cartas Régias foi coordenada pelo Conde da Palma e executada pelo Ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, e propunha promover a ocupação do território e, ao mesmo tempo, deslocar as populações indígenas, instalar colonos nos territórios conquistados e abrir estradas que permitissem o comércio da região.

As orientações das cartas podem ser sintetizadas nos seguintes princípios, segundo Paraíso (1990) e Soares (1992): resolução do problema pela força das armas pela decretação da “Guerra Justa”: militarização na construção de quartéis e destacamentos em toda a região; implantação de aldeamentos, próximos aos quartéis e destacamentos, para os índios mansos perante às autoridades e administrados por religiosos; concessão de direito de obtenção de mão-de-obra dos indígenas capturados durante os combates; e a transformação dos antigos territórios indígenas em sesmarias.

A violência da guerra estava justificada na prática da antropofagia, na contumaz rebeldia; na agressividade; no fato de serem os Botocudos “incivilizáveis”; na ausência de desenvolvimento na região; nos ataques às roças e minas; e na ineficácia de meios brandos no trato com o problema. Os quartéis militares foram os recursos mais conhecidos que, durante algum tempo, serviram à “Guerra Justa”, violenta e incerta. Segundo Paraíso,

*“(…) pode ser sintetizada nos seguintes pontos: a) determinação de que o problema fosse resolvido pela força das armas; b) garantia do direito de obtenção de trabalhadores indígenas mediante o aprisionamento bem como seu uso em empreendimentos particulares; c) transformação dos antigos territórios ocupados pelos índios em lotes, sesmarias distribuídos a novos colonos (...)” (PARAÍSO, 1986: 18)*

Para incentivar os interessados, a Coroa oferecia:

*“(…) Isenção de dízimos por dez anos aos que explorassem a sesmaria recebida; permissão para a venda de madeiras, excetuando-se o pau-brasil, peroba e tapinhoano e concessão de registro gratuito de sesmarias (...)”.(CUNHA, 1993: 79)*

Num primeiro momento, o que se viu na região do Médio Jequitinhonha foi a destruição da mata e a matança de índios. A ação dos colonialistas era encarada como uma interferência benéfica e em estímulo para o desenvolvimento dos grupos envolvidos no processo de dominação, levando a reproduzir os mecanismos colonialistas europeus e a considerar as populações indígenas sob a mesma ótica, ou seja, como alienígenas a serem dominadas e forçadas a adotarem os padrões da sociedade dominante.

A guerra teve como obstáculo a resistência indígena. Para acabar com essa resistência, os militares implementaram um combate que mostrasse a superioridade branca. Ressurgiu a figura do “caçador de índios” – como observou Soares –, que acelerou o processo de desapropriação das terras e a desarticulação das sociedades indígenas que se mantinham em áreas marginais a atividade mineradora. A garantia para o sucesso de tamanha empreitada estava sustentada na construção de quartéis e destacamentos militares, com sedes sempre localizadas próximas das cachoeiras, onde se estrangulava a navegação e o principal local de ataque dos índios. (SOARES, 1992).

Por algum tempo, os diversos grupos indígenas que se refugiaram no Jequitinhonha acabaram por encontrar ali meios para subsistência e resistência na luta desigual contra os brancos invasores, que molestavam em suas incursões pelo novo território tribal, o que mereceu o seguinte comentário de Otoni:

*"(...) Havendo cessado os assaltos dos selvagens contra os colonos da borda da mata, estes cobraram ânimo, e começaram as explorações das bandeiras. Porém nenhuma caravana, por mais numerosa que fosse, tinha podido sustentar-se na mata e em frente dos seus habitantes; nenhuma se retirou sem pagar às flechas o seu tributo de sangue (...)"*.(OTONI, 1858: 198)

A caça de índios era equiparada a das feras, seu extermínio não era praticado, mas defendido e reclamado como remédio indispensável à segurança dos que construíam uma "civilização" no interior. Os "civilizados" caíam em cima dos índios com toda a forma de violência possível.

Os comandantes das divisões exerciam os poderes militar e civil, sendo responsáveis por: operar a violência contra os opositores à política do governo; avançar a invasão dos territórios indígenas; militarizar as aldeias, recrutando índios mansos e civilizados para aumentar o efetivo; capturar, escravizar e distribuir os guerreiros aprisionados entre os fazendeiros e colonos; distribuir as terras conquistadas entre os colonos; controlar e dividir os aldeamentos; controlar os assentamentos de colonos nas terras conquistadas; e facilitar a concessão de terras. Marlière, em 24 de setembro de 1829, mostrou seu descontentamento com os comandantes das divisões e assim relatou:

*"(...) se forem processados os Comandantes das Divisoens por cauza de negocios poucos se acharão innocentes. Hé huma Epidemia que não soube nem pude curar, e dou parabens á minha fortuna de se ver livres deste Commando de traficantes (...)"*.(RAPM, XII: 598)

O comandante instigava os conflitos entre as tribos indígenas que habitavam a região e mantinha aparências de conciliador do conflito, dialogando com ambas as tribos. Na realidade era um engodo porque segundo vários autores, ele matava e castigava os índios, por qualquer coisa considerada errada que fizessem. Os soldados atraíam os índios com a oferta de presentes, tais como ferramentas, roupas, anzóis, machados, foices e outras quinquilharias e principalmente comida; entretanto a relação entre os quartéis e os povos indígenas era caracterizada pela violência. A penetração nos territórios indígenas pelos colonizadores não só provocava desarranjos ecológicos, como também a diminuição destes territórios para os índios, o que limitava sua área de caça, coleta e pesca, o que se refletiu violentamente nos índios, fazendo com que se aproximassem dos quartéis em busca de alimentos ou atacassem as roças dos colonos.

O contato com os índios foi feito à pólvora e à bala, que fez crescer a fama de que o extermínio e a matança foram a glória de soldado como Julião Fernandes, alferes encarregado da Sétima Divisão. A resistência dos índios foi mais no sentido de manter a paz, reprimir o tráfico das crianças indígenas e conter os abusos dos soldados e dos colonos. Oiliam José comentou a carência das divisões:

*"(...) careciam de eficiente organização para atuar com eficiência por entre aventureiros do pio estôfo moral e indígenas desesperados com as expoliações que se lhes faziam. O mal das Divisões começava com o recrutamento de seus integrantes, buscados entre a pior espécie de brancos e indígenas, com o que ingressavam na vida militar indolentes, assassinos, ladrões, traficantes e bêbados costumazes. (...) Através de cinco meios principais o branco varreu de grande parte do território mineiro os primeiros senhores do mesmo: o trucidamento do indígena, a tuberculose, a aguardente, a sífilis e a varíola (...)"*(JOSE, 1958: 204)

A política indigenista no século XIX estava fundamentada nos interesses da classe dominante e fundiária, que se apropriara das terras indígenas, alargando suas propriedades. No tocante às disposições legais, o sistema de "civilização" estava apoiado na religião como instrumento e no isolamento da comunidade, responsável pela destribalização e desculturação. Saint-Hilaire, assim se referiu à política indigenista:

*"(...) Abusando de uma lei que dá dez annos da vida desses selvagens aos que os retirarem da barbárie para civilizal-os, arrieiros dirigiam-se às margens do Jequitinhonha; por um machado, por assucar, por um pouco de cachaça, decidiam os pais a separar-se dos filhos, e prometiam trazel-os de volta instruidos na nossa religião e sabendo trabalhar. Essas infelizes creanças eram levadas de sua pátria por seus bárbaros compradores, e vendidos nas diversas povoações do districto por quinze a vinte mil réis. Repetia-se, então, no Brasil o succede na Costa d'Africa: tentados pelos preços por que os Portuguezes pagavam as creanças, os capitães botocudos guerreavam-se para ter crianças a vender (...)"*.(SAINT HILAIRE, 1975: 127)

Os índios compartilhavam efetivamente o mesmo território, mas artificialmente eram colocados num outro universo e destituídos de qualquer poder de decisão sobre seus próprios destinos ou de participação na gerência das questões indígenas nacionais, ainda quando as deliberações a serem adotadas viessem a atingi-los diretamente. Por isso, as relações estabelecidas pela política indigenista apresentavam como base a impossibilidade da "civilização". As benesses do "progresso" deveriam ser garantidas até mesmo pela violência, e, se fosse preciso, pelo aniquilamento ou extermínio geral.

Os Botocudos tiveram seus territórios reduzidos e ativados pela fome, combatiam entre si e se lançavam sobre as tribos menos numerosas, como os Macuni, Maxakali, Panhame, Puri e Koropó, desalojando-as ou dizimando-as na sua quase totalidade. Aos sobreviventes restava a alternativa de buscarem proteção dos portugueses para sua própria sobrevivência, o que nem sempre era vantajoso. Com a generalização dos conflitos inter-étnicos, as tribos menos numerosas, como os Maxakali foram obrigadas a se sujeitarem às condições pouco desejáveis que a sociedade branca, através do processo de colonização impunha a fim de escapar à destruição no Médio Jequitinhonha, com a submissão e sujeição aos portugueses.

Para escapar dos Botocudos, os Maxakali aliaram-se aos militares na guerra do Jequitinhonha. Essa aliança talvez possa ser vista como fator importante para a sobrevivência desses índios. Contudo, não se explica o porquê de outras diversas tribos também aldeadas e até fornecedoras de soldados terem desaparecido, ao contrário dos Maxakali. Com relação a estas lutas internas entre as nações indígenas, Otoni comentou:

*"(...) A medida que se foi estreitando a zona que ocupavam, a fome atirou a guerra fratricida que é eterna entre as diversas tribos. Matam-se por um pequeno terreno onde cacem, e apanhem algumas raízes tuberosas (...) decênio de 1837 as tribos mais próximas acossada também pelas do interior começavam a apresentar-se aos moradores (...) pedindo socorro contra os tapuios brabos como eles chamavam aos outros, e pedindo paz aos cristãos(...) Foram os nacknenukes que expeliram de seus domínios os infelizes Maxakali. E quando senhores das terras dos Maxakali se aproximaram dos Portuguezes, foi cometendo tropelias e atentados (...)"*.(OTONI, 1858:194, 204, 217)

As razões do sujeição dos índios Maxakali aos portugueses foram, então, o fraco poder de fogo frente aos constantes conflitos com os Botocudos, a redução do território causada pela invasão dos colonos, a fome, as forças militares de extermínio e preação, e também o medo dos índios frente aos clarões produzidos pelas armas de fogo

A visão do extermínio e da matança desumana marcou a história da guerra na mata, quando produziu uma redução assustadora de uma população, quase provocando sua extinção fatal. Para Wied, era tão simples e rústica aquela vida do índio que sua passagem pelo mundo não deixaria rastros, comentando:

*"(...) a memória dos rudes tapuios desaparecerá da terra com o seu corpo desnudo que seus irmãos confiam à cova, pois é indiferente para as futuras gerações, se um botocudo ou uma fera tenham vivido, outrora, nesse ou naquele lugar (...)"*.(WIED, 221)

A guerra surgia, e os povos indígenas lutavam na defesa de seus territórios. Em estado de guerra passaram décadas e décadas. A matança de índios foi enorme e de maneira generalizada em toda a região, no Jequitinhonha como também no Mucuri. Nestas regiões, existem centenas de casos de índios que guiaram soldados das divisões ou colonos para matar outros índios indefesos, como este: de dois índios Cró e Crahy, soldados das divisões, guiaram os colonos do Calhao, hoje Araçuaí, para uma vingança contra os índios, em 1839; ocuparam a aldeia à noite com forças militares. Otoni relatou da seguinte forma a destruição de aldeias:

*"(...) Nos da aldeia fez-se mão baixa em velhos, mulheres e meninos, sendo reservados destes os que serviam para o tráfico, e alguns adultos para carregarem as bagagens e as provisões de alimentos dos assassinos. E em caminho, apenas se podia dispensar uma destas bestas de carga, metia-se-lhe uma bala na testa. Chamava-se a isto de matar uma aldeia, façanha que de tempos em tempos se repete. É uma frase técnica na gíria da caçada dos selvagens. Matavam-se aldeias no Jequitinhonha (...). Os traficantes davam caça aos indígenas como a animais ferozes. (...) para adestrar seus cães nesta caçada dava-se-lhes a comer a carne dos selvagens assassinados (...) em represália destes horrorosos atentados foi que os selvagens se deram à antropofagia, devorando as vítimas que lhes caíam nas mãos. Eu conheci um oficial das Divisões do Rio Doce (...). Ouvi-lhe a medonha declaração de que quando seus cães davam no rastro de algum destes infelizes, sentia ele as mesmas emoções que os outros caçadores quando os cães dão na batida de um veado (...)"(OTONI, 1858: 193)*

No massacre dos índios, os soldados e os colonos se utilizavam de mil atrocidades, inclusive panos vermelhos e roupas infectadas por doenças, como sarampo, gripe, varíola. Estas doenças arrasaram tribos inteiras, como o surto de varíola, ocorridas entre 1892 e 1895, no Jequitinhonha, na aldeia dos Maxakali, em Rio do Prado. Os índios foram massacrados pelo simples prazer e divertimento dos matadores. Na mata, a rotina era o encontro dos soldados e colonos armados contra os índios indefesos, aterrorizados e frágeis.

Segundo Ribeiro (1996), a guerra na mata organizou-se em três passos principais: o primeiro consistia em conhecer a mata. Para isso, os colonos repartiram toda a mata, com os quartéis inaugurando o sistema. Depois os colonos, abrindo estradas, repartindo áreas, cortando picadas e posses na mata contínua comprimiam, assim, o território indígena. O segundo consistia em ensinar a prática da agricultura de uma maneira mais sutil, como os índios precisavam tanto de grandes áreas de caça, pesca e coleta, como dependiam daquilo que a mata fornecia, levaram a processo, inicialmente os quartéis, e depois os colonos passaram a oferecer comida, acompanhada de cachaça, roupas, fumo, acabando por tirar dos índios o hábito da coleta e ensinando a agricultura, esta foi a maior façanha dos colonos. Marlière sempre colocou o ensino da prática da agricultura como sua maior realização, e Saint-Hilaire classificava os índios pelo adiantamento que haviam conseguido no aprendizado da agricultura. Os quartéis gastavam mais com ferramentas agrícolas do que com balas e pólvoras. E a agricultura contribuiu para acabar com o índio fazendo surgir o brasileiro. O terceiro, consistia em civilizar o índio e o método utilizado era a perseguição implacável. Os índios passavam por um processo educativo sistemático. Com a catequização, eram batizados, casados e engajados no exército regular como línguas ou intérpretes, através do alistamento militar, nos quartéis.

Na guerra, a grande luta dos colonos não era apenas para matar os índios fisicamente, mas também matar seus costumes, destribilizando-os, e fazendo com que eles adotassem os costumes dos brancos, tornando-os civilizados ou brasileiros. A política de terras no Brasil era nula, acentuando a inexistência de um regime de apropriação entre 1822 e 1850. A Lei 601, de 18 de setembro de 1850, a "Lei de Terras", facilitava a destribilização sob prerrogativa do estabelecimento do direito de arrendamento das terras dos aldeamentos concedidas pelo Regimento das Missões. Os investimentos feitos pelo Poder Público, como infra-estrutura viária, desmatamento e plantio, valorizando a terra, serviam como forte atrativo para a incorporação das terras do aldeamento. (RIBEIRO, 1996)

Antes mesmo de terminar o século XIX, a nação Botocudo estava quase extinta, devido aos contatos com os brancos civilizados e às caçadas mercenárias. Antecedendo a escravidão, o tráfico indígena era violento, sendo os índios perseguidos como animais, como verdadeiras feras selvagens, escolhendo muitas vezes a morte em lugar do cativo. Aldeias inteiras eram dizimadas e exterminadas na calada da noite, as jovens índias se prostituíam, havia tráfico de crianças que eram vendidas em muitos lugares, como em São José do Porto Alegre, por 100\$00 (cem mil réis).

Os trabalhos desenvolvidos pela administração em nenhum momento previam a demarcação das terras dos aldeamentos, apesar de constar na legislação e eram justificados de variadas formas, principalmente pela sobrecarga de atividades nos momentos iniciais de instalação e da falta de recursos. Superada a fase inicial, alegava que era desnecessária a demarcação, pois os índios aldeados já eram considerados capazes de dispensarem-na e de viverem sem aldeamento, passando a ser considerados como trabalhadores nacionais, como "brasileiros".

O símbolo efetivo do aldeamento era a construção da igreja. O resultado obtido através da força de trabalho indígena era apropriado pela sociedade nacional, pela classe dominante, que ao tomar as terras indígenas, estas acabavam sendo vendidas ou arrendadas. A pacificação e a civilização dos índios ainda não aldeados representavam a garantia da continuidade das atividades produtivas instaladas na região e a liberação de novos espaços a serem ocupados, com a disponibilidade de força de trabalho dos índios aldeados. Isso mudava a imagem da região, transmitindo tranqüilidade aos migrantes, criando um clima de paz que permitiria a fixação de novos colonos e de investimentos de capital na região, que se referia ao uso de mão-de-obra indígena voltada para a valorização das terras da nova fronteira agrícola aberta pelos colonizadores e para a qual escoavam levas de trabalhadores rurais ociosos em decorrência de crises localizadas.

Marcatto afirma que, com a intensificação da expansão das fronteiras agrícolas e da violência contra os povos indígenas, aconteceram no Médio Jequitinhonha, vários massacres. Ehrenreich, em 1887, não hesitou em prever o desaparecimento dos Botocudos no século XX, que, apesar de numerosos, valentes e guerreiros e dominando uma extensa área, não resistiram aos invasores e acabaram quase que riscados do mapa das Minas Gerais. (MARCATTO, 1979: 20/21)

A guerra contra índios tinha como objetivos: incentivar o comércio, estimular a agricultura, promover a colonização, domesticar os índios, viabilizar a navegação dos rios, garantir a segurança dos viajantes e coibir o contrabando de riquezas. Foi uma guerra prolongada, que alguns no passado tentaram ocultar, numa tentativa de retirar parte da história para colocá-la no esquecimento, deixando as sobras oficiais.

Nos textos de Prado Jr. (1967), Viana (1965) e Quadros e Arinos (1967) constam que os índios foram combatidos e subjugados, passando a viver em paz com os colonos que haviam ocupado seu território ao atingir o estágio de civilização adequado, através do processo de aldeamento e destribalização, que introduziu alguns hábitos pouco significativos a cultura indígena.

A ótica do dominador é a de aproveitamento pela incorporação do trabalho e das terras indígenas ao patrimônio. Calçada no raciocínio da afirmativa de Moreira Neto, ao analisar a questão da política indigenista:

*"(...) Toda a atividade indigenista, é, necessariamente, um modo deliberado e consciente de intervenção na vida de povos de tradição cultural indígena, segundo os interesses, modo de organização e valores da sociedade nacional. O sucesso da política indigenista deve ser, (...) estimado em relação aos propósitos da sociedade nacional que se exprimem através da ação dos órgãos intervencionistas e não das necessidades, interesses, direitos ou valores dos grupos assistidos (...)"*. (MOREIRA NETO, XXX :61)

A história da colonização do Médio Jequitinhonha foi construída parcialmente. A figura do índio é apresentada como ameaçadora aos colonos e como um impedimento ao "progresso" de uma classe dominante. Os povos indígenas não recebiam de bom grado a invasão e os "benefícios da

*civilização*”, e se recusavam a aceitar o jogo dos “civilizados”, portanto, tudo justifica a guerra e a repressão se estenderam até o final do século XIX, acarretando a submissão, a “civilização” e o “aldeamento”, e, às vezes, condenando algumas tribos, grupos ou bandos à extinção total.

A guerra contra os povos indígenas e a resistência destes eram conhecidas na Europa. Os interessados em investir na região escreviam cartas, davam queixas, pressionavam e pediam providências às autoridades reais, pois, para estes, só expulsando os índios, descortinando o rio e fazendo as povoações capazes de “resistir a estes selvagens”, mão-de-obra, somente assim se poderia incentivar o comércio e a agricultura.

Os povos indígenas resistiram a esta pretensão de enquadramento como mão-de-obra. A resistência indígena consistia em pequenos ataques guerrilheiros, emboscadas e armadilhas na mata, em aterrorizar os viajantes solitários, em suicídios e fugas. Alguns historiadores brasileiros, assim como os viajantes estrangeiros, subestimaram a resistência indígena à ocupação do território, pois, com a superioridade do armamento português e de sua inteligência, seria fácil desalojar os índios dos seus territórios de caça e coleta. A verdade foi outra: se algumas tribos foram presas fáceis, outras ofereceram tenaz resistência e desbarataram algumas investidas dos brancos que visavam o seu extermínio e aldeamento. Segundo Soares, os povos indígenas:

*“(...) jamais se entregaram, nem renunciaram à sua liberdade, sua independência, nem se submeteram aos que, de forma feroz e impiedosa, os caçaram feito animais, para civilizá-los, e para que eles se transformassem em brasileiros bons, pacíficos e (...) sem, sem identidade (...)”.* (SOARES, 1992 11)

A resistência indígena partiu dos grupos Nakrehé, Gut Krak, Krenak, Krakmun e Pejaurun do Jequitinhonha, Etwet, Nakenuk, Jiropok, Mijariam, Aranã, Potein, krakatã e outros grupos isolados da região, que se refugiaram na mata para resistir a essa guerra desigual contra os brancos, os Krenton. Nessa resistência, os índios faziam os fojos - armadilhas com espetos de bambu - e armavam paus como espadas que faziam as cabeças saltar para longe e usavam outras estratégias guerreiras, conforme os seus costumes e cultura. Segundo Marcatto, os índios resistiram ao avanço dos “civilizados” e da dominação com os seguintes atos de resistência:

*“(...) 1 - auto-destruição individual e grupal - suicídio como etnia, negação de seus próprios valores. A diminuição (...) conflito entre permanecer índio ou ser escravizado, além da opção de morrer resistindo. (...) nasce a perda de individualidade, a falta de perspectivas num futuro (...); 2 - recusa em estabelecer contato com o homem branco, jirum, dele fugindo e evitando a todo custo sua proximidade; 3 - não-violência e aceitação dos padrões impostos para sobreviver fisicamente. Desculturando e integrando-se ao mundo civilizado evitariam o extermínio total, mas a sociedade envolvente passou a estigmatizá-los como fracos e covardes; 4 - resistência armada: desenvolvimento e aperfeiçoamento de táticas de guerrilhas, emboscadas. Resistir até morte (...) lema de muitos bandos de botocudos (...) como escravos teriam destino pior. Constituíram-se nos chamados índios-problema, cuja solução seria a guerra de extermínio, o matar aldeias, a contaminação proposital com germes letais, o espingardeamento puro e simples, a emboscada (...)”.* (MARCATTO, 1963: 27)

Os colonos venceram a guerra. Suas vitórias foram contadas pela quantidade de índios que mataram e pela quantidade de índios que conseguiram “civilizar”, transformando-os em lavradores. Os colonos se apropriaram das terras e da força de trabalho dos índios, pois precisavam de mão-de-obra na lavoura.

No século XIX, os colonos mataram aldeias e alguns povos indígenas recorreram a posseiros mais fortes em busca de proteção contra seus inimigos, dando em troca a prestação de serviços nas roças, colheitas, agrados ou simplesmente amizade. Ribeiro (1996: 181), ao referir-se a essa proteção, citou alguns dos protetores dos índios, “(...) os Pegos de Malacacheta e Poté, os Gomes Leal de Capelinha a Poté, os Costas de Capelinha e Urupuca, os Fagundes de Joaima (...)”.

Os invasores não se contentaram somente em vencer a resistência indígena, com pólvora, bala, e golpes de fâcoes, eles provocaram verdadeiros massacres. Os índios acabaram

sendo vencidos e massacrados, sobretudo em razão da superioridade dos armamentos dos invasores. Diante da penetração dos colonizadores, os índios iam recuando para o interior, concentrando ódio, de quando em quando, atacavam com violência, incendiando roças, paióis, casebres e matando ou ferindo os brancos, que ao se sentirem atingidos, julgando-se vítimas, com o direito de exterminar e massacrar os povos indígenas.

Com o relato acima, a guerra contra os Botocudos, em termo de mobilização de contingentes humanos e, sobretudo, pela amplitude da área atingida pode perfeitamente ser colocada, em termos de importância, ao lado das outras guerras que a coroa praticou no território, como no Rio da Prata ao sul, e na Guiana Francesa ao norte. A guerra não foi uma iniciativa unilateral da coroa, mas uma resposta à intervenção desses índios que apareceram como agentes desse processo, causadores de sérias derrotas às tentativas de colonização e conquista ao longo de três séculos. (MOREL, 1998)

### O ARRAIAL DE ARAÇUAÍ E OS QUARTÉIS MILITARES DO SERTÃO

A história do Médio Jequitinhonha inscreve-se nos primeiros surtos de geração de riquezas. Compreender o processo de evolução político-administrativa da região sem descortinar o seu passado é desprezar o processo de ocupação. Esta região foi a primeira a ser pisada por homens brancos (PEREIRA, 1969).

No fim do século XVIII, abriu-se no Jequitinhonha uma frente de ocupação das terras, no sentido da nascente para a barra do rio Araçuaí, caminhos abertos pela "achamentos" de ouro e pelos rios, até Chapada, Água Suja e São Domingos. Abaixo da barra do Araçuaí, além de chapadas, tudo era mata.

O Rio Jequitinhonha era considerado um rio diamantífero e tendo a Coroa declarado propriedade sua a riqueza do subsolo, mandou o governo da metrópole guarnecer o rio, para impedir que se minerasse em seu leito e nas terras que este abrangia. E por amplas cinquenta léguas foram distribuídas Companhia de Dragões para defender a propriedade real contra a avidez do colono.

Consta-se nos documentos analisados que o rio Jequitinhonha era considerado um rio diamantífero, com a riqueza de seu subsolo de propriedade da Coroa. Manda guarnecer o rio para impedir a mineração, com guardas da Companhia de Dragões distribuídas por cinquenta léguas. Instala-se, em meados do século XVIII, um posto militar para guarnecer a mata proibida e o contrabando de ouro e diamante. Em 1757, com a desanexação do Termo de Minas Novas da Capitania da Bahia, ficando sujeito à Capitania de Minas Gerais, a "guarda de tocaio", da Companhia de Dragões, estava, assim, localizadas: "(...) a Guarda do Tocaio ao nordeste, situada nas margens meridionais do mesmo rio, 16°18' de latitude, é guarnecida por dois soldados, (...)" (ROCHA, 1995)

A instalação do posto militar de Tocoyó, data-se da mesma época da instalação da sede do termo de Minas Novas e achados das minas ao norte do Fanado:

*"(...) foram descobertas ricas minas e aí surgiu o arraial de Santa Cruz da Chapada. Na margem oriental do rio Araçuaí outro arraial se formou e ficou-se chamando Nossa Senhora da Conceição da Água Suja. No ano de 1728, a oeste do rio Araçuaí, à beira do ribeirão de S. Domingos, outro arraial aurífero surgiu, com o nome de S. Domingos. (...)" (BARBOSA, 1981b)*

A devastação da região pensada na política de colonização instalada foi bárbara e arrasadora. Foi a maneira encontrada para desalojar o "inimigo" da Coroa, propiciando o desenvolvimento e interiorização da fronteira colonial. A região tornaria um dos principais centros abastecedores da Capital do Império com a qual mantinha intercâmbio comercial a sede do Termo

de Minas Novas. Abria nova rota comercial com o litoral via navegação do rio. Dermeval Pimenta, alertava:

*"(...) incluída nos Sertões do Leste Mineiro, ficaram conhecidas como áreas proibidas para abertura de estradas de penetração e exploração, em direção ao litoral. Além disso, em todos os caminhos autorizados, deveriam existir nos pontos estratégicos, registros para a cobrança de impostos, quintos e casa para a guarda de linha que guardava essas barreiras alfandegárias, sendo estradas sempre feitas à custa de particulares, como foi o caso de primeiro colono Antônio Pereira dos Santos que veio para a região de São Domingos por volta de 1728 (...)"*. (PIMENTA),

Enquanto que no Alto Jequitinhonha os índios eram destruídos, caçados ou aldeados para fim de trabalho escravo, no Médio Jequitinhonha, os índios conseguiram refúgio por mais um tempo, e através de condições sociológicas, geográficas e pastoris favoráveis, que facilitavam a defesa contra as agressões dos aventureiros e caçadores de índios. Por algum tempo, os povos indígenas que se refugiaram nas matas do Jequitinhonha, acabaram por encontrar ali, meios para subsistência e resistência na sua luta desigual contra as molestadas incursões dos colonizadores. (RUBINGER, 1963a).

Como o declínio da mineração era inevitável, o eixo econômico se desloca para a agricultura, quando nos diz que o movimento migratório se afastou do centro, orientando-se para o litoral a expansão colonizadora da região, que era domínio dos índios Botocudo, considerados *"selvagens e ferozes"*, uma área proibida no século XVII. (PRADO JR.). Os mineiros buscam o desbravamento da mata em busca de novas jazidas de ouro e de diamante. A Coroa visando a expansão da fronteira colonial e centralização administrativa, implanta uma política de colonização para as regiões *"despovoadas"* da província, procurando fiscalizar o contrabando e reelaborando uma nova imagem para a região, que serviu de isca para os colonizadores, na ganância do governo de alimentar o desejo de homens animados em buscarem as tendências que viriam a alimentar e aumentar as riquezas. A tentativa de colonização é a negação deste espaço vital e aumento dos conflitos entre colonizadores e índios através de uma política de ocupação militar.

Entre meados e final do século XVIII, observa-se um deslocamento do foco das hostilidades para a Capitania de Minas Gerais. No Alto Jequitinhonha, em 1760, é fundada a povoação de Peçanha às margens do rio Suaçuí, pouco depois atacada pelos índios Botocudos. É essa, a primeira vez, que faz referência ao termo de Botocudo para designar tribos indígenas de Minas e Espírito Santo. O termo seria usado daí por diante de forma generalizada até o desaparecimento dos povos indígenas Botocudos.

O Médio Jequitinhonha era considerada área proibida, *"infestada por índios antropófagos"*, aos olhos dos reguladores da metrópole, preocupados em garantir o controle e a taxa do ouro, minimizar os descaminhos econômicos. A caça aos índios recomeça. Com a Carta Régia de 1798, pressão dos latifundiários insatisfeitos com a pacificidade no trato com os índios, ressurgem a *"violência"* aos povos indígenas que passam a sofrer as mais cruéis atrocidades para *"liberarem"* a terra e serem engajados como mão-de-obra no processo produtivo.

Nesta área povoada pelos Botocudos, caminhos e picadas não existiam, a principal e única estrada era o rio Jequitinhonha. Na divisa da mata com o cerrado no Vale do Jequitinhonha existia até o início do século XIX, de maior porte, o povoado de São Domingos, onde estava localizado o aldeamento de Lorena dos Tocoyó.

Os indígenas perdem sua liberdade e seus territórios para uma classe dominante e agrária, que restaura a dominação direta, estimulando e impondo trabalhos compulsórios fora das aldeias, em propriedades privadas e nas obras públicas. A Carta Régia de 05 maio de 1801 decreta-se guerra ofensiva aos botocudos, ordenando a distribuição de destacamentos militares pelos territórios habitados pelos povos indígenas. Ao mesmo tempo, criam-se condições para que se

efetivassem as medidas sugeridas pelo Edital de 6 de março de 1801, pelo qual passava a permitir a distribuição de sesmarias às margens dos rios, iniciando a colonização e a civilização dos índios. Em Minas, no início do século XIX, esses conflitos regeneraliza, forçando os colonos a abandonar suas fazendas e mineração, devido à “*braveza dos Botocudos*” e a falta de recursos para resistir às invasões.

Consta-se que a ocupação militar do Médio Jequitinhonha iniciou-se em fins do século XIX. Mas havia muito tempo que a região estava sendo descortinada. Sebastião Leme do Prado e seu grupo haviam chegado ao Bom Sucesso do Fanado em 1727. Indo mais além, alguns desbravadores chegaram a Santa Cruz da Chapada, Água Suja e no mais remoto canto até então explorado na região, São Domingos. Conta Leopoldo Pereira (1969: 145) que um rico português de nome “*Antônio Pereira dos Santos, Capitão-mor, senhor de numerosa escravaria*”, havia se estabelecido em Água Suja, atual Berilo. Obtendo, depois, por Carta Régia a doação de um extenso terreno entre a confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, estabelecendo grande fazenda de lavoura e criação. Teria sido ele o fundador da aldeia de São Domingos e o primeiro colonizador daquela região. De sua numerosa família, uma de suas filhas casou-se com um Dr. José Pereira Freire de Moura, advogado formado pela Universidade de Coimbra.

Urbino Vianna, entretanto, dá uma versão diferente. “*(...) Antônio Lobato Mendes, a 9 de dezembro de 1728, recebe as terras de entre o Jequitinhonha e Arassuahy, ‘fazendo peão o principio do rumo aonde faz barra e união os ditos rios’ (...)*”. Atualmente denomina-se Itiral. Entretanto, apenas identifica a repartição da região em sesmarias, não avançando no detalhamento da ocupação do local. (VIANNA, 1935: 145)

Foram dezenas de aventureiros e aventuras e de todos talvez o mais importante tenha sido José Pereira Freire de Moura, pelo zelo que manteve com os governos, pela qualidade de documentos que deixou e por estabelecer no centro da rota de expansão da fronteira colonial no Jequitinhonha. Havia participado ou fora simpatizante da Inconfidência Mineira, fora dono da Casa que Tiradentes se hospedara em Minas Novas, tinha boas relações com os poetas inconfidentes, colegas na Universidade de Coimbra.

Com a devassa da Inconfidência, fugiu para poucas léguas abaixo da barra do Jequitinhonha, na região da fazenda do “Pêga”, de propriedade do seu sogro. Ficou escondido até a posse de Bernardo José de Lorena, como governador da Capitania, em 1797, sendo discretamente anistiado e nomeado como comandante da “Guarda de Tocaio”, para colonizar o rio e aldear os indígenas.

Esse posto militar foi rebatizado em homenagem ao seu amigo então governador, como “Lorena de Tocoyó”. Ergueu nesse lugar uma capela sob a invocação de São Bernardo. Ficando protegido pelos santos e mandantes, construiu casas, distribuiu lotes de terra aos colonos migrantes, aldeou índios e levou a frente algumas expedições. Sob sua proteção encontrava, um grande número de filhos, parentes e agregados. (TIMMERS, 1969; RIBEIRO, 1997; SAINT-HILAIRE, 1975; PEREIRA, 1969)

A região pertenceu a Bahia e Minas Gerais e a sua formação política foi assentada nas guerras feitas aos índios pelos vice-reis e governadores gerais do Brasil, desde o século da “*descoberta*”. Esta região, desde o encontro dos rios Araçuaí e Jequitinhonha até a Cachoeira do Salto Grande, era ocupada pelos Botocudos.

Com a crise da mineração e o empobrecimento da população, algumas pessoas se aventuravam ir além, entrar na mata, abrir uma roça, penetrar rio abaixo. No Alto Jequitinhonha com a predominância de uma economia extrativa-mineral foram utilizados diversas vezes, ora como mão-de-obra escrava, ora como soldados dos quartéis, acarretando uma perda de identidade cultural e étnica. No Médio Jequitinhonha devido às penetrações episódicas e condições econômicas outras:

extrativa-vegetal e pastoril. Os ajustes tiveram maior elasticidade no contato interétnico. Após cem anos de ocupação do Jequitinhonha, duas causas limitaram o avanço da colonização: a resistência imposta pelos índios Botocudos e a inacessibilidade da mata fechada. A perda do dinamismo econômico do Alto Jequitinhonha permitiu a aceleração desse processo de ocupação. Os povos indígenas operavam como um todo, engendrando uma *"teia política e estratégica"*. (RUBINGER, 1963; POHL, 1976, 332).

No século XVIII, a coroa preocupada com a migração para as regiões auríferas e diamantíferas, decreta que a parte de Minas, no nordeste da província, dentro dos limites dos Sertões do leste, região esta dominada por densas matas virgens e povoadas por índios, resistência natural contra os invasores aventureiros, como área proibida, reservadas para futuras explorações de riqueza.

As aldeias, arraiais e quartéis e outras localidades surgidas com a invasão dos territórios indígenas no Vale do Jequitinhonha, e principalmente na parte baixa da região, no século XIX, onde estava situada a Sede da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha, estão assim localizadas: Aldeamento de São João Batista de Minas Gerais, povo Borun, fundado para combater os borun, Minas Novas; 1811, Aldeamento do Córrego dos Prates, povo Maxakali, o terreno foi doado por D. Pedro aos índios Maxakali, e depois foi invadido e os índios expulsos, cerca de 60 ou 70 índios; meados do século XIX, Aldeamento do Soroby, povo Maxakali, onde os colonos provocaram conflitos que levou o Frei Bernardino do Lago Negro, Frei Capuchinho a abandonar a área, com 150 índios; Aldeia Córrego da Velha, povo Borun, fica próxima a cidade de Jequitinhonha e foi visitada por Saint-Hilaire; Entre 1830 e 1833, Aldeia de São Pedro e Itinga, povo Borun, onde viviam 150 índios; Entre 1830 e 1833, povo Borun, comandada pelo cacique Jaimá os índios fogem para as matas, e foi construída pelo Padre Lidoro; Também entre 1830 e 1833, com 150 índios comandados pelo cacique Mapipé; Americanas, povo Naknenuk, com 48 índios e localizados próximo a Padre Paraíso; entre 1824 e 1828, Córrego do Rubim e do Kram, povo Maxakali, com 80 a 86 índios; 1868, Farrancho, povo Maxakali, era aldeamento, hoje Guaranilândia, próximo a Jequitinhonha, e onde 40 índios sobreviveram de um massacre; Pampam, povo Borun, com 80 índios; Quartel da Água Limpa, povo Borun, na região de Berilo, fundado para combater os borun; Quartel de Boa Vista do Maturí, povo borun, em Coronel Murta, antes Itaporé; 1811, Quartel da Cachoeira, povo Borun, na divisa de Minas Gerais e Bahia; 1811, Quartel do Vigia, povo Borun, atualmente Almenara, com 150 índios; 1823, quartel de Lorena de Tocoyó, povos Maxakali, Malali e Makuni, próximo de Francisco Badaró e Araçuaí. Fala-se dos índios de Tocoyó; A partir da guerra de 1808, Quartel de Nossa Senhora das Graças da Capelinha, povo Borun, fundada para combater os borun, e hoje Capelinha; Quartel de Nossa Senhora do Sucuriú, povo Borun, hoje Francisco Badaró; Quartel de São Domingos, povo Borun, hoje Virgem da Lapa; A partir de 1808, Quartel de São José dos Coimbrãs, povo borun, próximo de Novo Cruzeiro, e hoje se chama São José de Carai do Kraí - o não índio), fundado para conter os ataques dos Borun; 1811, Quartel de São Miguel, povos Naknenuk, Panhame, Maxakali, Malali, Pojixá e Monoxó, Sede da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha, e era responsável pelo combate dos Borun da foz do Araçuaí até Belmonte, hoje cidade de Jequitinhonha; Quartel de Setúbal; a partir de 1808, Quartel do Salto, povo Borun, localizado no antigo arraial de São Sebastião do Salto Grande, hoje Salto da Divisa; A partir de 1808, Quartel dos Arcos, povo Borun, localizado na região próxima a Cachoeirinha na Bahia, e o terreno foi doado por D. Pedro aos índios Maxakali, que depois fora invadido e os índios expulsos.

O século XIX passa-se a ser, um período de articulação, com a consolidação e mudança na estrutura da rede de lugares do Médio Jequitinhonha. (NUNES, 2001: 33). Inicia-se a ocupação do Médio Jequitinhonha. Tudo vinha colaborar: a decretação da guerra justa contra os índios; a ocupação militar; o encurtamento territorial e sua apropriação privada e particular, com incentivos fiscais.

Levas e levadas de moradores do Alto Jequitinhonha, migravam para o Médio, à procura de novas minas e terras mais agricultáveis. Ponto de parada obrigatória em direção ao centro da mata era Lorena dos Tocoyó. Todos os viajantes encontraram com *"(...) um senhor português, José Pereira Freire de Moura, José Muerta, colonizador, comandante do aldeamento, e outros termos e nomes (...)".*

A região era território botocudo. Tinha-se notícia que José Pereira Freire de Moura aldeou alguns indígenas em Tocoyó e iniciará um aldeamento inclusive pedindo soldos para o Quartel Geral da Cavalaria de Dragões. Conseguindo seu intento, foi aclamado Comandante Geral do Aldeamento de Lorena dos Tocoyó e aprofundou-se nos contatos interétnico. Os primeiros contatos foi a pólvora e a bala.

Com o encurtamento e ofensiva da guerra no Alto Jequitinhonha é que conseguiu aldear em Alto dos Bois, entre Capelinha, Água Boa, Angelândia e Minas Novas, vários povos indígenas: malali, monoxó, maxakali, panhame e macuni. Aconteceu nesse aldeamento uma fase do conflito intra-étnico, quando índios Botocudos atacaram o aldeamento, forçando os povos indígenas menores fugirem para o seio da mata, em direção ao Aldeamento de Lorena dos Tocoyó. Esses povos menores passam-se a denominar Maxakali.

Lorena de Tocoyó é o primeiro aldeamento do gênero no Médio Jequitinhonha José Pereira Freire de Moura tinha interesses econômicos na região. Era um rico fazendeiro herdeiro de grande extensão de terras. Até o presente momento não foi quantificada essa extensão. Ele era o comandante do aldeamento, depois nomeado Diretor dos Índios de Tocoyó, pelo governador Bernardo de Lorena, colega de curso de Direito, em Coimbra, seu protetor. O termo Lorena foi acrescido a Tocoyó, em homenagem ao Governador da Província de Minas Gerais.

O Médio Jequitinhonha era povoada por índios divididos em diversas nações, tribos ou povos que falavam línguas diferentes. E dentre eles os denominados: botocudo e maxakali. Os Botocudos eram guerreiros valentes e formava a maior nação indígena que habitava o Jequitinhonha. Não gostavam dos invasores portugueses que queriam escravizá-los e exterminá-los. Existiam também outros povos indígenas no território, aliado dos brancos: os Maxakali.

Os Botocudos de Minas Gerais ocupavam uma faixa territorial específica dos chamados Sertões do leste, que compreendia os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Um território coberto de Mata Atlântica e proibido para todos que começa a ser devastada no final do século XVIII. Aqui, neste estudo, interessa-nos os habitantes do Médio Jequitinhonha.

A primeira denominação que os Botocudos receberam foi de Tapuio, em oposição ao Tupi, que habitava o litoral da Bahia, e com os quais os primeiros colonizadores tiveram contato. Mais tarde, vieram Aimoré, Guerén, Cren, Kren, Ambaré, Guaimoré, Embaré, Kraknun, Endrejerecnum, Engrekmun, Botocudo. No final do século XIX, predominam as autodenominações derivadas dos nomes dos "capitães", de acidentes geográficos ou dialetos: Nakenuk, Karkmun, Nakrehé, Etwet, Takruk-Krak, Gut-Krak, Nep-Nep, Jiporok, Pojixá, Minajirum e Borun (homens verdadeiros). Wied registrou o termo Engerecknung ou Endjerkmun (na língua Borun significa Povos Corredores).

Os Botocudos foram assim descritos pelo comandante do Aldeamento de Lorena dos Tocoyó, localizado no delta formado pelos rios Araçuaí e Jequitinhonha, próximo ao arraial de São Domingos:

*"(...) Os índios Botocudos Ambarés são certamente hua tribu derivada, mas apartada dos Botocudos que habitão os matos do Rio-doce. Eles tem a mesma língua pouco difere da Botocuda, sendo della hum dialecto. Os ornamentos dos botoques no beicho, e nas orelhas, o serem antropofagos, não se lhe conhecer domicilio certo, andarem sempre em pequenas partidas para poderem subsistir; porq. Vivem da caça, e da pesca, não tendo o menor conhecim.to de cultura: tudo isso concorre p<sup>o</sup> se pode dizer com justeza q. são, ou fazem hua Tribu dos Botocudo. (...) Os ornamentos dos botoques no beicho e nas orelhas, serem antropófagos, e não se lhes conhecer domicilio certo, andarem sempre em pequenas partidas para*

*poderem subsistir; porque vivem de caça e de pesca, não tendo o menor conhecimento de agricultura. Tudo isto ocorre para se poder dizer com justeza que são ou fazem uma tribo dos botocudos (...)*. (MOURA, 1897: 28)

Os Botocudos tendo sido reduzidos seus territórios e ativados pela fome, combatem entre si e aos povos indígenas: Macuni, Maxakali, Panhame, Puri e Koropó, desalojando-os ou dizimando-os na sua quase totalidade. Aos sobreviventes restavam a alternativa de buscarem proteção dos portugueses para sua própria sobrevivência, o que nem sempre era vantajoso.

O Padre Antônio José Pinho Salgado, vigário de Água Suja (Berilo), às margens do rio Araçuaí e fora da mata, em carta enviada ao Arcebispo da Bahia, em fevereiro de 1794, relata a existência de índios que saíram da mata, querendo conhecer a fé e o batismo. Eram Macuni, Camaxó, Maxakali, Capoxó, Malali e Panhame, que fugiam dos Botocudos, procurando aproximar dos colonos. O padre estava interessado na catequese dos indígenas, por isso pedira recursos ao bispo. Entendia ele, a cristianização era necessária, pois os indígenas aparecia como grupo pacífico, submisso e rentáveis, diferentes dos ferozes Botocudos. Esses índios poderiam ser civilizados ou capacitados. (TIMMERS, 1969; RIBEIRO, 1997)

Os Maxakali fugindo dos Botocudos, no Aldeamento de Alto dos Bois, refugia-se no aldeamento de Lorena dos Tocoyó. Os índios Maxakali compõem um grupo que fala a língua Maxakali do tronco lingüístico Macro-gê, não podendo ser identificado como um único grupo, mas como uma denominação genérica de vários subgrupos aliados e aldeados conjuntamente (PARAÍSO, 1998). As semelhanças sociais, lingüísticas, políticas, culturais e religiosas, dos Maxakali, Malali, Kutaxó, Makoni, Kopoxó, Panhãme, Kumanoxó, Pataxó e Monoxó mostram que são originados de uma mesma família. (NIMUENDAJÚ, 1982; POPOVICH, 1992). O contato com os brancos teve início no século XVIII, quando noticia o primeiro contato interétnico, com a bandeira de João da Silva Guimarães (PORTO, 1946). Uma das notícias de aldeamentos de grupos Maxakali no Jequitinhonha, sita próximo a Minas Novas, em Alto dos Bois, que Rubinger assim descreve:

*"(...) uma região de pequenas propriedades, historicamente antiga zona de mineração do ouro e diamante, desbravada pelos Bandeirantes no século XVIII, (que) ainda conserva, embora decadente, a indústria extrativa mineral como sua principal atividade econômica (...). Nesta área de grande população, com frente exploradora e aventureira, as diversas tribos que aí viviam passaram por inúmeros processos de descida destribalização, massacres e aldeamentos de cativos. (...), Peçanha foi nos tempos coloniais um descoberto, onde havia um posto militar destinados as correrias freqüentes das tribos Monoxós, Malalis, Maconis, Panhãmes e outras (...)"*. (RUBINGER, 1963: 29)

Sua ocupação foi motivada por atrativos econômicos especiais que ofereciam aos colonizadores uma região de pequenas propriedades, minerações de ouro e diamantes, e reduzida agricultura de subsistência, destinada ao abastecimento da população, de faiscadores e garimpeiros. Esta região sofreu uma intervenção protecionista exercida pela Diretoria-Geral dos Índios, registrando-se um grande surto de penetrações e desapropriações dos territórios indígenas desta região que vinham em busca de ouro, pedras preciosas e de novas terras, ou ainda de mulheres indígenas para praticar violências sexuais (RUBINGER, 1963; JOSÉ, 1958). No Córrego Suruby com o Rio Urupuca (Água Boa). Relata Tetterroo:

*"(...) As primeiras explorações de terrenos desse distrito (de Malacacheta) foram feitas em 1848 por uma bandeira chefiada pelo Sr. Antônio Gomes Leal que no referido ano, ao que parece, com o fim de aldear (ou talvez catequizar) os índios Malalis ou Malacachis de que Malacacheta é corruptela, se internou nas matas destes índios com seus filhos Antônio, Camilo, Cassimiro e Domingos. (...) aldearam uns Índios na sua fazenda S. João; os Pégos, na confluência do córrego SURUBY com o rio Urupuca no atual distrito de Água Boa de Município de Capelinha. (...)"* (TETTEROO, 1922: 90)

Na luta direta ou indiretamente travada, os indígenas empregaram variados recursos à base do disfarce que respondiam com baixa produção e rendimentos e com a danificação dos instrumentos tecnológicos de trabalho e fugas. A intensificação da luta derivada do aumento numérico dos indivíduos estimulava o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos meios de luta. (RUBINGER, 1963; INGIENEROS, 1955). Ottoni narra:

*"(...) Diz-se que alguns comandantes das divisões mostraram predileção pelos soldados indígenas. Não só eram mais conhecedores das matas, como também não sabendo exprimir-se nem conhecendo o valor do dinheiro, eram menos exigentes nas contas do soldo. (...) voluntários, ou recrutados, sentaram praça nas divisões. Tendo alguns desertados sofreram castigos severos, bem como pessoas de suas famílias acusadas de haver acoutado os desertores. A proteção dos cristãos, assim exercida, começou a parecer-lhes mais intolerável do que a guerra com os seus irmãos das florestas. E uma bela manhã o comandante do quartel do Alto dos Bois achou a aldeia completamente abandonada (...)". (OTTONI, 1858: 194)*

No processo de transição a que estão sujeitas as culturas indígenas em contato com brancos, havia uma tendência predominante de encarar de maneira simplista a transformação dos antigos sistemas culturais pela perda ou substituição de objetos, técnicas, crenças ou valores, sem a devida atenção ao processo assimilação e variações das modalidades de contato. Os índios se viram obrigados a simular através dos costumes e da religião a sua sobrevivência física e cultural, disfarçando aceitação e submissão. Não havia nenhum esforço de aproveitamento do conhecimento indígena para atender melhor à relação entre a realidade cultural das frentes de penetração e dominação. (SCHADEN, 1963)

Os Maxakali desceram no sentido do encontro dos rios Jequitinhonha e Araçuaí para Lorena dos Tocoyó, quando são recrutados como "intérpretes ou línguas", e levados para o quartel de São Miguel do Jequitinhonha, pelo comandante da Divisão Militar, Julião Fernandes Leão, para serem utilizados no contato e no combate aos Botocudos, e como canoeiros no transporte de mercadorias e passageiros pelo rio Jequitinhonha, de Araçuaí a Belmonte, fazendo do Salto Grande, porto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

As condições geográficas, as circunstâncias demográficas e as particularidades sociológicas da sociedade pastoril ali instalada facilitaram aos índios a defesa das agressões dos aventureiros e caçadores de índios. A redução do território tem início no século XIX, com a decretação da "Guerra Justa" e com outros fatores: inúmeras bandeiras à procura de ouro e diamantes, caça dos índios para mão-de-obra, exploração de madeiras e ervas, principalmente a extração de poaia; conflitos intra-étnicos e a devastação da mata para a agricultura e pasto. (RIBEIRO, 1996 e 1998; RUBINGER, 1963b e 1980; TAVARES, 1998). Referentes aos Maxakali em Tocoyó, vejamos o ofício:

*"(...) Ilmo. e Exmo. Sr. (Brigadeiro e Diretor Geral dos Indígenas da Província das Minas Gerais) (...) Constatando-me que alguns habitantes do Ribeirão denominado S. Felix tem ido por vezes iludir a V. Excia. que são indigentes, e que por este meio querem gozar das graças e privilégios concedidos aos residentes neste aldeamento, parece-me justo participar a V. Excia. que há mais de 80 annos que os avós de tais índios foram militares no Aldeamento dos Machacalis em Tocoio. e por essa razão estão os tais iluzores excluídos dos privilégios que querem gozar, porque me é de muito incomodo de vigiar sobre tais índios do Ribeirão de S. Felix, porque me acho com a idade de 69 annos, estou encarregado da civilização e aldeamento destes habitantes, sobre os quais devo velar.(...) Deus Guarde a V. Excia. Fazenda da Boa Vista da Colônia do Surubim. 24-VIII-1854. Jerônimo de Freitas Vasconcelos. Diretor dos índios (...)". (TIMMERS, 1969: 85).*

Com a "Guerra Justa", as tribos menores e mais fracas foram obrigadas a se sujeitarem às condições de submissão e pouco desejáveis que a sociedade branca na sua expansão impunha. Saint-Hilaire relata:

*"(...) procuraram asilo, em primeiro lugar, (...) chegaram, mais ou menos, por 1801 às proximidades de Tocoios. (...) Querendo encontrar em Tocoios as mesmas vantagens que em Caravelas, empregaram a*

*astúcia; fingiram sair pela primeira vez das selvas, e se apresentaram, sem dizer uma palavra em português, fazendo sinais para mostrar que se queriam tornar cristãos. Os habitantes de Tocoios foram enganados neste embuste, e escreveram para Vila Rica que uma nação indígena, até então desconhecida, tinha chegado à sua povoação; (...) a administração concedeu socorros para civilizar os recém-vindos; deram-lhes ferramentas e roupas; mandou-se construir para eles uma capela; deu-se-lhes um sacerdote; encarregou-se um diretor de instruí-los (...) Ignorando o que se passava em Tocoios, a junta de Vila Rica, encarregada de tudo o que concerne aos índios, consagrava sempre a civilização dos Machaculis, somas consideráveis; (...) a câmara do Termo de Minas Novas, deu a conhecer o verdadeiro estado das coisas, e enviou-se a Tocoios um oficial que aí encontrou apenas de vinte a trinta indígenas. Fez seu relatório, e aconselhou a administração a nada mais dispendar com os Machaculis, e a distribuí-los entre os colonos da vizinhança. (...)” (SAINT-HILAIRE, 1975: 271-272).*

Para evitar a sua destruição pelos “*temíveis e ferozes*” Botocudos, os Maxakali aliaram-se aos brancos nos combates e contatos intra-étnicos, como “*intérpretes ou línguas*”. Essa aliança foi relevante para a sobrevivência desses índios, como disfarce ou simulação para preservarem através dos símbolos e representações, sua cultura e religião.

Em 1804, quando o Governador de Porto Seguro mandou um explorador rio acima, encontrou-o a 86 léguas da foz do Jequitinhonha. Poucos anos depois, em 1811, quando Julião Fernandes Leão foi estabelecer a Sétima Divisão em São Miguel do Jequitinhonha, foi o doutor José Pereira quem lhe forneceu as instruções necessárias e os recursos materiais e humanos para a expedição, inclusive intérpretes indígenas para que pudesse se entender com o gentio. (RAPM, II, 1897: 31/32; RIBEIRO, 1998)

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, começa-se de forma deliberada e cruel, a repressão aos Botocudos, a expansão da fronteira colonial, a instalação de quartéis, a implantação da política de colonização com incentivos fiscais. Edita-se, a Carta Régia de 13 de maio de 1808, anteriormente citada, ordenando uma guerra ofensiva contra os Botocudos, até que fossem reduzidos aos termos de sujeição e ao estado de vida agricultora ou sedentária. Os indígenas que fossem aprisionados com armas na mão ficariam obrigados a servir de mão-de-obra escrava aos colonos e comandante militar por um período de dez anos.

As expansões da conquista em novos espaços e os projetos de sua ampliação aceleraram a emissão da Carta Régia de 13 de maio de 1808. Em Minas Gerais, a Junta de Conquista e Civilização, além de criar novos quartéis, recrutar e treinar outros destacamentos usa a infraestrutura preexistente, voltada para controlar a produção e a comercialização de ouro e diamantes. Este foi o caso do Posto Militar da “*Guarda de Tocaios*”. Contava essa Junta com recursos abundantes repassados pela Fazenda Real para a realização das investimentos necessários e com economia para a qual a conquista e ocupação de novos territórios e de mão-de-obra eram essenciais para implantação das rotas comerciais. A participação dos índios aldeados no projeto de conquista era considerado importante para garantir o sucesso do empreendimento econômico, com o seu engajamento nos combates ou no apoio logístico, pelo conhecimento da região.

Essa guerra feita pelo governo e colonos contra os índios botocudos era conhecida como “*Guerra Justa*”, que massacrou as nações indígenas envolvidas, deixando-as em quase aniquilamento e extinção total. Os indígenas foram massacrados de forma violenta pelos colonizadores. E que segundo autores, dentre eles: Maria Hilda Paraíso, Eduardo Ribeiro, Geralda Soares, outras batalhas aconteceram, mas que ficaram ocultas pelo terror da violência utilizada, que tinha shows de massacres em cena, que tirava o foco de outro combate que não foi travado com armas, mas com chicotes, enxadas e troncos, e que acontecia nas lavouras e nas casas colonos, a transformação dos indígenas em neo-brasileiros.

No mês de dezembro 1808 foi expedida outra Carta Régia, para complementar a primeira, implementando a política de terras, Esta carta redefine as condições estabelecidas na primeira no que diz respeito ao trabalho indígena, que poderiam ser repartidos entre fazendeiros e

agricultores na montagem de aldeamentos. Ampliam-se os poderes colonizadores, que passam a ter funções tanto civis quanto militares, no cuidado com a guerra e defesa no avanço da fronteira colonial. Dispõe sobre a utilização dos índios aprisionados como mão-de-obra para os colonos, acrescentava que as áreas tomadas dos índios seriam consideradas terras devolutas. Caberia aos comandantes das divisões a demarcação e a distribuição destas terras em regime de sesmarias, determinando, ainda, os prontos aldeamentos aos indígenas que se apresentassem. A catequese seria encarregada a eclesiásticos para que estes cuidassem da educação e civilização.

Os soldados e colonos atraíam os índios com a oferta de presentes tais como: ferramentas, roupas, anzóis, machados, foices e outras quinquilharias e principalmente comida. Entretanto a relação entre os quartéis e Borun era caracterizada pela violência. E a penetração nos territórios indígenas pelos colonizadores não só provocava desarranjos ecológicos, que aliada à diminuição destes territórios para os índios limitava sua área de caça, coleta e pesca, o que refletiu violentamente nos índios, quando aproximaram dos quartéis em busca de alimentos e nos ataques às roças dos colonos.

As tropas das Divisões Militares, além dos oficiais e soldados, transferidos do Regimento de Linha, foram compostas por vadios e degredados e por índios *"mansos, aliados, aldeados"*. Para o vadios e degredados que optavam pela deserção, o engajamento exigia-se o uso da força. A opção pelos soldados-índios decorria do desconhecimento da área a ser conquistada pelos colonos e da falta de recursos para comprar armas, munição e equipamentos. Assim os índios mansos e aliados, surgiam como alternativa para a solução dos poucos recursos, à expansão e à colonização. Conheciam o espaço, os hábitos e técnicas de combate dos opositores e as forma de obter alimentos nas matas, além de usarem armamentos e munições de fácil reposição.

Para atrair os combatentes, utilizavam inúmeras táticas: vantagens de viverem em aldeamentos sob controle de administradores e sob proteção contra os ataques dos inimigos; terras para cultivarem; acesso controlado aos almeçados bens brancos e relações pacíficas com os colonos. A formação do aldeamento não seguia o antigo padrão de estímulo ao preamento. Agora utilizavam a tática da difusão entre os índios que buscavam alianças com os colonos, de idéias aterrorizantes com relação aos costumes de seus inimigos, tais como a prática antropofágica, complementadas pelas táticas psicológicas, acerca das benesses e da superioridade da civilização, da introjeção de valores negativos acerca de suas organizações e proteção contra os ataques dos inimigos. Também eram utilizadas e estimuladas ações de oposição entre as várias tribos indígenas, inviabilizando qualquer forma de aliança entre eles, e acirrando os conflitos. (PARAISO, 1998: 216-217)

Os povos indígenas fizeram reformular os processos econômicos, não no sentido das pressões sofridas ou oferecidos em seu território, mas como uma forma de preservação de sua memória e identidade cultural. O contato interétnico determinou fortes conseqüências sobre a sociedade indígena, como a *"depopulação"*, acarretada pelas epidemias e pela perda do território ocupado pelos colonizadores brancos. Com relação ao contato entre índios e colonos:

*"(...)Um meio eficaz de "expremer" os índios, tornando as terras inabitáveis para eles é aquela já mencionada tática dos intrusos de transformar as matas de lavoura em capinzais. Persuadiram até os índios de que deviam plantar capim-colônia nas suas capoeiras, em vez de deixá-las descansar para novas lavouras, e depois perguntaram clinicamente aos índios, o que eles ainda queriam em terras que só serviam para criadores de gado, como eles, intrusos ! (...)"*. (NIMUENDAJÚ, 1982: 216-217)

Segundo Paraíso, a guerra e a escravidão eram males necessários e inevitáveis para a implantação da civilização em áreas onde predominavam atividades antieconômicas e anacrônicas, porque não estavam baseadas na individualização da propriedade, na exploração das riquezas, na produção agrícola e no estabelecimento de relações comerciais. O comércio era encarado como o grande motor de um conjunto de relações sociais. (1998: 215)

A partir da análise das três Cartas Régia, constatam-se a atribuição aos Comandantes das Divisões Militares: funções civis e militares: promover a guerra aos índios, a segurança dos colonos e o avanço da fronteira, pela distribuição das terras, pelo assentamento dos novos colonos, pela repartição dos índios, pela direção dos aldeamentos e da abertura de estradas; isto é, controlar os recursos e fatores de produção, além do exercício legal da violência. (PARAÍSO, 1998: 223). A política implantada através de tais cartas, apresentava como característica ser crescentemente militarizada, com a intensificação da convocação de civis para combater os índios classificados como Botocudo.

O contato com os índios foi feito à pólvora e à bala, e por isso, cresceu a fama de que o extermínio e a matança, a glória dos soldados como: José Pereira Freire de Moura, o "*fazendeiro-colonizador benfeitor*"; Julião Fernandes, alferes encarregado da Sétima Divisão, o matador, espancador, escravizador; e de Marlière, o pacifista, que esteve no comando da diretoria dos índios entre os anos de 1810 a 1830, e por um aprendizado sobre os habitantes da mata, reparando que os selvagens e brutos não eram, em verdade, os índios, diziam, mas os colonos, pois, "*é mais dificultoso desabusar a um rústico do que a civilizar quantos índios há*". A resistência indígena foi mais de manter a paz, repressora ao tráfico das crianças indígenas e dos abusos dos soldados e colonos.

Entretanto, a política de conquista efetiva a conquista do Jequitinhonha, principalmente a partir de 1809. Constata-se que, diferente do Tenente Brandão, em 1799, e pelo Capitão-mor de Porto Seguro, João da Silva Santos, em 1804, a população indígena do Jequitinhonha era bastante diversificada. Existia na região uma diversidade de povos indígenas buscando refúgio. Os índios que viviam naquele momento, em Lorena dos Tocoyó eram Botocudo, pela semelhança física e cultural com os índios do Rio Doce: falavam a mesma língua, usavam botoques; seriam antropófagos e nômades, viviam em pequenos bandos, alimentavam-se da caça e da pesca e não conheciam a agricultura. (PARAÍSO, 1998: 232; MOURA, 1897)

Moura relata o combate com João da Silva Guimarães na barra do Itinga em 1755 e a resistência dos indígenas ao ataque, apesar de estarem em inferioridade numérica e a decisão do único prisioneiro de suicidar-se pela recusa de alimentos. Afirmo que esses índios desapareceram entre os anos 1770 e 1790, que indica a deslocação para outras regiões do Médio Jequitinhonha e reaparecido novamente para receber presentes. Sendo o mesmo grupo que retornara ou outro, que se deslocara de Tocoyó. (PARAÍSO, 1998: 233).

Em 1798, um grupo indígena roubou animais na fazenda de Manoel Luiz Magalhães, cabo da Guarda de Tocoyó, atraiu três escravos na barra do rio Genipapo, matando-os. José Pereira Freire de Moura, Comandante do Aldeamento de Tocoyó, mantivera contatos com esse grupo indígena, em 1799 e em 1804, nas margens do Jequitinhonha. Levava nessa ocasião, uma tenda, um ferreiro, aço e um índio aldeado como "*Intérprete*", com a intenção de atrair e reduzir os Botocudo. Instalaram a tenda numa ilha do Jequitinhonha, convidou os indígenas para receberem anzóis e machados. Receosos e desconfiados recusaram o contato. Com muita insistência do comandante, convenceram-se e aproximaram-se, aceitando irem a Tocoyó para receber mais presentes. Somente um índio resistiu contra os brancos que mataram sua mulher e filho. Esses indígenas, entre 1804 e 1808, visitaram várias vezes o aldeamento. Em 1809, recusaram a aparecer para uma tropa comandada pelo Cabo Manoel Luiz Magalhães que circulava pelo Jequitinhonha. Poucos continuaram a freqüentar o aldeamento para receberem presentes, sendo que alguns destes indígenas foram instalados na fazenda de José Pereira Freire de Moura, próxima São Domingos

*"(...) Este districto de S. Domingos sempre foi o mais exposto às invasoens dos Botocudos: e ainda q.do se fez gente no Termo das Minas Novas, foi por essa causa prezervado este Districto, sendo logo restituídos q.' daqui se havião prendido, e não obstante eu me tratar de paz com os mesmos Botocudos, he facil q.' se eles perceberem a falta de gente, ajão de fazer alguma invazão atraçoada: e nesse caso eu, e a minha familia seremos os primeiros sacrificados (...)"*

*"(...) Estas duas partidas aqui dormirão no meo terreiro, e na minha caza comerão o q' foi do seo agrado, regeitando comerem hum capado, q' lhes mandei dar, nem outra alguma carne; e com tudo da última partida resolverão se alguns comer da minha cea sem reserva de carne, ervas cangica, e doce, e deste o q' mais lhes agradou foi o mel de assucar, e o bebião adaptando o vazo entre o botoque, e o beijo superior de sorte q' lhes não escapava hua gota. (...)" (MOURA, 1897: 30/33)*

A guerra contra os índios começou em Lorena dos Tocoyó com José Pereira Freire de Moura e terminou com o Frei Serafim de Gorizia, em Itambacuri, que segundo Eduardo Ribeiro, de métodos diferentes, mas de iguais propósitos, com os massacres acontecendo contra os habitantes da mata, que agonizaram juntamente com a floresta.

O Ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, nomeado em 1810, por D. Marcos de Noronha, Governador da Bahia, para acelerar a conquista dos territórios indígenas, promovendo a penetração e a navegação do rio Jequitinhonha, foi encarregado de fundar diversos destacamentos militares ao longo do curso desse rio, para evitar os ataques indígenas, e abrir estradas para comunicação entre Minas e Bahia (ACCIOLI, AMARAL, 1913, V. 3: 54). Em seu relatório, o Ouvidor apresenta sugestões de utilizarem o alistamento de índios mansos e criação de quartéis e destacamentos militares. Acreditando que assim, resolveria o problema da circulação pelo rio Jequitinhonha, envia emissário a Tocoyó, sobre as boas novas de estabelecer uma rota comercial pelo Jequitinhonha. A pretensão do Ouvidor não se concretizou, devido a resistência indígena. (CUNHA, 1931: 56-57)

Em 1811, o Príncipe Regente, D. João, determinou que o alferes Julião Fernandes Leão, se encarregasse de guarnecer o rio Jequitinhonha, instalar os quartéis militares da Sétima Divisão, e abertura da estrada a partir do rio Piauí, tendo por base São Miguel, contando com a apoio dos índios aliados Maxakali, que recebeu do Comandante Moura, do aldeamento de Lorena do Tocoyó. O objetivo era implantar a infra-estrutura necessária à conquista e à colonização do Médio Jequitinhonha, incluindo o combate aos opositores Botocudos e garantia de mão-de-obra gratuita aos colonos que instalavam na região. Temos que ressaltar, que no Alto Jequitinhonha já tinha implantado uma linha de Quartéis para inibir o contrabando de ouro e diamantes. Todos os Quartéis iam do Tijuco até o rio Jequitinhonha. Os prédios eram de pau a pique, com cobertura de palhas, como o de Teixeira, no ribeirão de mesmo nome, próximo a São Domingos. Nos Quartéis do Médio Jequitinhonha estas estruturas foram ampliadas pelos comandantes.

Vários viajantes e documentos relatam sobre José Pereira Freire de Moura, que deixou documentos sobre os índios e pedido de recursos ao governo, quando descreve costumes e acontecimentos de Lorena de Tocoyó, com o intuito de esclarecer o governo sobre o ritmo do aldeamento e o aproveitamento dos indígenas que mantinham sob seu mando, ocupados com a agricultura. No outro documento, relatava ao Conde de Linhares, que encontrara entre os papéis de seu pai, um roteiro antigo dos paulistas, revelando caminho para chegar a uma certa "*Lagoa Dourada*". Moura queria as lavras e os índios.

A partir de 1816, as novas fontes que começaram a aparecer, são os conjuntos das obras dos viajantes estrangeiros, destacando: Wied Neuwied, Saint-Hilaire, Freireyss (1907), Briard (1986), e para eles, os Botocudos eram mais uma espécie "exótica" a ser estudada. Os naturalistas viam a política indigenista militar implantada na região como uma necessidade, uma conquista e de fundamental importância para província e sua casta dominante.

A guerra contra os índios teve três passos principais: 1. conhecer a mata para isso os colonos repartiram toda a mata, com os quartéis inaugurando o sistema e depois os colonos, abrindo estradas, comprimindo o território indígena; 2. ensinar a prática da agricultura. Inicialmente os Quartéis e depois, os colonos passaram a oferecer comida, acompanhada de cachaça, roupas, fumo, acabando por tira dos índios o hábito da coleta e ensinando a agricultura, esta era a maior façanha dos colonos. Os quartéis gastavam mais com ferramentas agrícolas do que com bala e pólvora, e

agricultura sumiu com o índio, fazendo surgir o brasileiro. Civilizar o índio. Esse método utilizado era a perseguição implacável. Os índios passavam por um processo educativo sistemático. Com a catequização, eram batizados, casados e engajados no exército regular como línguas ou interpretes, através do alistamento militar, nos quartéis. Na guerra, o grande combate dos colonos não era apenas para matar os índios fisicamente, mas também matar seus costumes, destribalizando, e fazendo com que os índios adotassem os costumes dos brancos, tornando civilizados ou brasileiros. (RIBEIRO, 1996).

Pohl que visitou o Jequitinhonha em 1820, confirma a existência de várias fazendas e arraiais nas cabeceiras do Jequitinhonha, inclusive em torno da vila de Araçuaí, e que a vida econômica de Minas Novas era intensa, tanto pela produção aurífera, quanto agrícola – milho, feijão, fumo e algodão – e pecuária. Indicando que o objetivo de conquista e civilização ia sendo alcançado. Conseguiu-se a liberação dos territórios indígenas para os colonos e a redução da capacidade defensiva dos indígenas. (POHL, 1976: 327-333)

Os viajantes estrangeiros que visitaram o Jequitinhonha perceberam a febre das pedras e índios. Constataram a ocupação da reduzida mas constante da zona pioneira do Araçuaí; uma atividade complementar, a mexida da seca. A lavoura do algodão, que ocupava o território de Água Suja (Berilo) ao Calhau (Araçuaí), juntamente com a exploração de lavras e preação. A mineração não fora totalmente abandonada, gerava modestas rendas. A conquista do território indígena, o cotidiano. A mão-de-obra indígena apesar de sempre ser clandestina era utilizada nas lavouras.

A Sétima Divisão Militar compreendia o quartel São Miguel, (Jequitinhonha) o quartel de Vigia, (Almenara) o quartel do Bomfim, (Joáima) e o quartel do Salto Grande, (Salto da Divisa). Duas são as versões acerca do alferes Fernandes. Alguns autores afirmam que ele foi bom para com os índios. Outros contradizem piamente esta afirmação. Porém, entre os feitos deste alferes está a abertura de uma estrada marginal ao rio Jequitinhonha, ligando o Quartel São Miguel ao Quartel do Salto Grande, cuja empreitada logo foi abandonada pelos índios que o ajudavam.

Além das constantes guerras fratricidas, todas as misérias possíveis e imagináveis dirigiram-se aos pobres indígenas. Entendamos os indígenas e os negros como mártires da colonização no Brasil. Aos índios, emboscados à noite, massacres, seqüestro e tráfico das suas crianças, prostituição das jovens, roupas infectadas às tribos, escravidão, castigo e morte. Os atos para o genocídio e os incessantes maus-tratos, fizeram com que estes nativos se tornassem demoníacos. Por terem os corpos pintados de preto, prevenindo ataque de mosquitos, vistos pela primeira vez pelos portugueses, denominaram-nos "*demônios negros*". (SAINT-HILAIRE, 1975)

Instigado por colonos interessados em terras e por assessores interessados no controle da navegação no rio Jequitinhonha, insistiam que os índios botocudos bebiam o sangue e comiam a carne dos portugueses. Por conseguinte, em 1808, a corte decretou guerra oficial aos índios até que o último botocudo fosse morto. Quando capturados, restavam-lhes a escravidão ou morte. Entretanto, quando pegavam portugueses decepavam-lhe cabeças e as enfiavam em grandes varas em círculo, como ornamento aos seus ritos.

Antes de instalar o Quartel de São Miguel, o alferes Fernandes arregimentou soldados índios nos aldeamentos de Alto dos Bois (atual Capelinha) e Lorena dos Tocoíós (atual Coronel Murta). Os quartéis da Sétima Divisão Militar eram pequenas e simples construções de enchimento, tingidas com tabatinga, cobertas de palhas e de cascas de grandes árvores da mata em redor. Sua população era formada por alguns soldados, prostitutas, índios destribalizados, índios em processo de aculturação branca, e degredados cumpridores de penas judiciais. Nas proximidades do quartel, casebres circundados por cercas de pau-a-pique para "*prevenir*" assaltos de botocudos. Dentro do cerrado, pés de algodão, poucas árvores frutíferas e pequenas lavouras de subsistência, de feijão, mandioca e milho. Consta que antes de instalar o Quartel de São Miguel, Julião Fernandes instalou um quartel semelhante onde está situada a atual cidade de Itinga, médio Jequitinhonha.

Determinados autores afirmaram que os botocudos eram antropófagos. Entretanto, comeram "carnes à portuguesa" fizeram-no por ódio às inúmeras atrocidades impiedosamente cometidas pelos colonos. Os botocudos que viviam em torno do Quartel de Vigia integravam a confederação Craquimós, cujos territórios chegavam às encostas da Serra do Cipó. Alguns caciques ou "capitães", conforme auto intitulavam, ficaram na história de Almenara. Em Farranchos, atual Guaranilândia, viviam os índios liderados pelo capitão Ariari.

Contudo, indícios apontam que este capitão era Maxakali e não botocudo. Pois, vieram do alto Jequitinhonha, em companhia de Julião Fernandes, preventivamente ao ataque de botocudos e se instalando-se em Farranchos. A atual Guaranilândia, topônimo advindo da palavra indígena guarani, um dos mais antigos aldeamentos do Baixo Jequitinhonha mineiro, foi por muito tempo um dos principais redutos maxakali. Sobre o cacique Ariari, consta que quando os roubos de korucas (crianças indígenas) para venda em outras praças comerciais por 18 mil réis a cabeça, com destino à Europa, passou a ser praticados entre as próprias tribos, homens de Ariari e da tribo do cacique Joáima, estiveram em guerra devido o seqüestro de crianças. Além dos seqüestros por parte dos portugueses e entre os próprios índios de tribos distintas, colonos costumavam levar jovens e crianças indígenas, prometendo devolvê-las e jamais retornavam.

Cacique Tujicarama dominava as imediações do estreito de São Simão, divisa entre Almenara e Jequitinhonha, e o temido cacique Jan-Hoé, Jan-Huê ou João-He, plantador de feijão, dividia domínios territoriais com o cacique Gipaqueiú, cujas terras ao leste tendiam ao atual município de Jacinto. A tribo do memorável Jan-Huê vagava desde Vigia, até o Salto Grande, (cachoeira do Tombo da Fumaça) imediações da atual cidade de Salto da Divisa. Mas, seus extensos territórios compreendiam terras situadas na atual Almenara, terras do atual município de Bandeira, atual Jordânia e atual Salto da Divisa. Costumavam atirar flechas em navegantes do rio Jequitinhonha, e ou, emboscá-los nas imediações da Cachoeira do Tombo da Fumaça, onde, aproveitando-se da inavegabilidade do rio neste trecho, assaltavam embarcações. Veja o que disse acerca de Jan-Hoé, o viajante naturalista, príncipe da antiga Prússia, atual Alemanha, Alexander Wied Neuwied (1989) que esteve no Vale do Jequitinhonha, entre 1817 a 1820: "*Porém, com o passar dos tempos, o Quartel do Salto e os seus seis a oito homens foram suficientes para contê-lo*". Há registro que no ano de 1920, Maria Craquimó e Jesuíno Craquimó, descendentes de Jan-Hoé, cederam glebas para a criação do povoado de Palestina, atual Jordânia. Como tal reminiscência, em Almenara, existe uma comunidade rural por nome Craquimó.

A propósito d'outras tribos nativas do Brasil, a atroz história dos índios do Vale do Jequitinhonha é assemelhada às demais histórias ocorridas contra os povos nativos no mundo. Entretanto, se há de convir que os botocudos, onde quer que passassem espalhavam pavor. Intempestivos, praticamente despovoaram a nascente e próspera capitania de Porto Seguro. Quando de passagens por Ilhéus, punham os seus habitantes em polvorosa. Prosseguindo superficial análise destes comportamentos sociais botocudos, consideremos o seu estágio semiprimitivo e a sua formação histórica e cultural unicamente influenciada pela selva, seu habitat natural. Por conseguinte, eminentemente selvagem. Acrescente-se a isto o fato de não aceitar a invasão das suas terras. Evitemos avaliar comportamentos coloniais de brancos, negros e índios, isoladamente, ou sob restritas concepções atuais. A questão cultural de um povo pode ser determinante a ele. Ainda que historicamente tarde, suplicamos à incompreensibilidade branca entender a cultura e o espírito indígena como adverso ao egocêntrico capitalismo.

Nos primeiros anos do século XX, expulsos das terras, dizimados e fragilizados, os botocudos remanescentes sobreviviam como famintos pedintes. Mesmo assim se constituíam em ameaça a canoeiros, tropeiros e viajantes. Imaginem que os botocudos do Vale do Jequitinhonha foram menos terríveis que os botocudos do Vale do Rio Doce.

Em seguida ao quartel de São Miguel, o alferes Fernandes instalou à margem direita do Jequitinhonha, nas proximidades de um pequeno afluente que ainda hoje mantém o nome de córrego Vigia, o Quartel de Vigia, cuja principal função era vigiar contrabandistas que se negavam à quitação do imposto real de 25% e também pacificar, e ou, guerrear contra os índios. Enquanto que nos quartéis soldados corrompiam-se, o contrabando ocorria entre tropeiros, canoeiros, e viajantes que preferiam arriscar-se em canoas pelo volumoso e imprevisível rio Jequitinhonha, até a Vila de Belmonte, a pagar o referido imposto.

Os quartéis da Sétima Divisão Militar propiciaram fluxo populacional ao baixo Jequitinhonha, que acentou-se após o declínio da mineração. Em função de aumentar o contingente dos quartéis, índios destribalizados foram aldeados para trabalhar como agricultores, remadores e sobretudo como soldados contra os botocudos. Dentre eles destacam-se os índios maxakali, odiados pelos botocudos. A tempo, o povo maxakali, penosamente ainda existe porque, temeroso aos botocudos, se aliaram como submisso aos portugueses. Avessos a alianças e serventias a exploradores, os borun preferiram morrer.

A partir do século XIX a navegação no Jequitinhonha se avolumou. O rio Jequitinhonha era a principal via e a canoa o principal veículo de transporte. Calhau, depois Calhau Velho, atual Araçuaí, e a próspera Belmonte, floresciam como grandes entrepostos comerciais, abrangendo raios de aproximadamente 50 léguas. Não havia tropeiro que não soubesse dos seus caminhos.

Em meados do século XIX, este extenso Vale já estava relativamente habitado. Erguidas aldeias em São Domingos, (Coronel Murta) Calhau, (Araçuaí) Pedra Branca, (Itinga) São Miguel, (Jequitinhonha) ocorreu farta migração de baianos do litoral e do sertão da Bahia.

O sistema de aldeamentos fora um modo de atenuar a ferocidade e a violência do selvagem, com o intuito da civilização e desculturação indígena. Foi um fracasso que ligado a diversos fatores, que dentre os quais, Ribeiro Santos ressalta:

*"(...) a) invencível apego indígena à vida das selvas; b) carência de recursos oficiais para atender às necessidades primárias das aldeias; c) hostilidades dos brancos e proprietários locais contra as áreas dos núcleos; d) transmissão das doenças infecto-contagiosas, como a tuberculose, sífilis, varíola e sarampo entre os aldeados, aumentando o índice de mortalidade; e) hábito do alcoolismo; f) agressões e assassinatos constantes nos conflitos entre os índios e entre brancos e índios. (...) rigidez da autoridade do comandante da divisão, que recorria a palmatória ou a castigos físicos para punir os erros dos índios (...)" (SANTOS, 1970)*

No entanto, até mesmo nos aldeamentos, cuja tarefa dos religiosos era catequizá-los, cristianizá-los e adaptá-los ao mundo cultural dos brancos, esses confrontos eram bastante frequentes. A catequese, estimulada pelo próprio governo imperial era, de fato, o objetivo principal dos missionários: salvar-lhes a alma, levar até eles as benesses da civilização e incorporá-los ao mundo dos brancos foi um forte fator na determinação da sua morte enquanto povo, etnia e nação. Essa não foi a solução mais eficaz entre os próprios remanescentes indígenas, encontram-se duras palavras de reprovação a esse modelo de acolhimento. Como bem analisa Ribeiro, além do extermínio decorrente dos ataques de soldados, colonos, fome e doenças, um outro fator menos visível, foi a incorporação desses índios ao mundo do trabalho dos brancos. Esse combate não foi travado com armas, mas com enxadas, chicotes e troncos e não aconteceu no campo de batalha, mas nas lavouras e nas casas dos colonos, que transformaram muitos índios em lavradores e "brasileiros". (RIBEIRO, 1996: 185).

Em meados do século XIX, criaram as Circunscrições de índios da Província de Minas Gerais, sendo que duas abrangiam todo o Vale do Jequitinhonha: uma na região que compreendia do Alto Jequitinhonha - da Barra do Araçuaí até a Barra do Rubim, e a outra, compreendia do Baixo Jequitinhonha - da Barra do Rubim até o Salto Grande, incluindo a Aldeia dos Giporok. O Diretor declarou não haver índios nesta circunscrição. (TIMMERS, 1969).

A história oficial da conquista do Jequitinhonha é a história da guerra contra os Botocudo, que foram transfigurados, obrigados a aceitar uma cultura nos moldes da européia, a derrubada da mata e o massacre do índio. As razões mais profundas mostraram os povos indígenas operando com flexibilidade os fatores e injunções endógenas e exógenas, dentro da necessidade de sobrevivência. Ambos os sistemas em contato desenvolveram ajustes mútuos que permitiram reconhecer a existência de uma interdependência no meio das relações compartilhadas interétnicas e intra-étnicas, no que diz respeito à subsistência material e à sobrevivência física, juntamente com as condições ecológicas e estruturais favoráveis, pois a frente extrativa-mineral foi mais agressiva que a frente pastoril. (RUBINGER, 1963). O contato interétnico teve um sentido próprio, mais amplo de dominação, de aculturação, de substituição de uma cultura por outra, de uma absorção, ou por uma eliminação dos vencidos, que não chegou a realizar-se. Bruit comenta:

*“(...) mesmo derrotados, submetidos e explorados, os índios desenvolveram, ao mesmo tempo práticas e comportamentos que tornaram o processo da conquista instável e o prestaram em seus objetivos, (...) A nova sociedade nascia desequilibrada, corroída em seus alicerces, e por isso mesmo, afogada da mesma crise (...) mesmo conquistados e colonizados, os índios não perderam sua condição de agentes sociais ativos, capazes de frustrar os valores impostos pelos vencedores; de reivindicá-los historicamente tirando-lhes a condição negativa em que foram colocados pela maior parte dos cronistas (...)”.* (BRUIT, 1992: 79, 80)

A luta do índio para não se deixar alienar, fugindo dos aldeamentos dos “civilizados” fazia com que retornasse para ser marcado e violentado por outra sociedade e outra cultura. Em suma, as características das duas áreas influenciaram o processo emergente dos contatos interétnicos. No Alto Jequitinhonha, os índios foram colocados numa economia extrativa-mineral com grande necessidade de mão-de-obra. No Médio Jequitinhonha, ao contrário, as penetrações se fizeram posteriormente, e em outras condições, através da frente extrativo-vegetal de madeiras e ervas, e da pastoril, que davam uma maior elasticidade ao processo de sobrevivência através da simulação disfarçada de aliança.

Os índios não foram tão pacíficos, obedientes e desenganados, nem aceitaram totalmente a cultura européia, pois não mudaram os seus costumes e camuflaram sua cultura com símbolos e representações próprias, arranhando a sociedade que começava a se configurar. É possível pensar num certo desequilíbrio da sociedade colonial quanto à correspondência entre os sinais de obediência e aceitação. Sobreviveram física e culturalmente, e suas presenças, de algum modo deixaram marcas em toda a sociedade do nordeste mineiro, principalmente no Vale do Jequitinhonha. Um fato do qual não se pode fechar os olhos. O que mais surpreende é descobrir na relação interétnica, um certo jogo de trocas simbólicas que enganaram os conquistadores. De fato, a única intenção dos índios foi esconder suas antigas tradições e crenças, para evitar a morte final da sua cultura e conter a absorção completa da cultura do outro. (BRUIT, 1992b) Bruit acrescenta:

*“(...) a imagem acerca dos índios contém duas vertentes aparentemente contraditórias, mas que se juntam numa concepção surpreendente do processo histórico da conquista. Por um lado, os índios aparecem derrotados e conquistados com relativa facilidade e sua passividade lhes tira a condição de sujeitos ativos e centrais no processo. (...) a idéia da simulação nos apresenta uma maioria que age por vias diferentes das comuns, que resiste silenciosamente a dominação e acaba distorcendo o processo, como um todo (...)”.* (BRUIT, 1992c)

O vigor da militarização da região colocou cara a cara, sinais e traços indefinidos, que lhes pressagiavam um futuro desastroso. A profecia era trágica: sem justiça, sem direito e sem legítimo poder. Os índios eram os atores de uma ação sub-reptícia que também distorcia a sociedade organizada pelos vencedores. (BRUIT, 1992c).

A intensificação da luta pela vida, derivada do aumento numérico dos indivíduos, estimula o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos meios de luta, mediante a mentira, a fraude, a

astúcia e a simulação. Os povos indígenas na luta pela sobrevivência e preservação de sua cultura possuem meios ofensivos e defensivos adaptados às contingências habituais da luta, se adequando aos meios materiais do ambiente em que vivem. O meio de luta por mais detalhado que seja, é somente o visível, não se estendendo jamais aos caracteres internos, nem aqueles que não modificam a aparência exterior. (INGINIEROS, 1955, BRUIT, 1992)

A reelaboração da imagem da região parte da produção da imagem positiva, ou seja, da idéia de uma região colonial, que faz parte de uma totalidade com o sistema colonial, dentro das ligações com outras regiões e com o reino, o que ganha sentido com o comércio. A construção da região está relacionada com a presença do comércio, estabelecido através de uma rede de relações que tendia a crescer, revigorando a capitania, regenerando os *"vadios e vagabundos"*, domando os índios com o *"atrativo da civilização"*, através da introdução do comércio na região *"deserta e selvagem"* promovendo a *"felicidade dos povos"*.

José Pereira Freire de Moura deixou também muitos filhos, dentre os quais um padre, Carlos Pereira Freire de Moura, que foi o primeiro vigário de São Domingos e chegou a ser nomeado bispo de Mariana. A história da fundação da cidade de Araçuaí está diretamente ligada à trajetória desse padre. Ele fundou a Aldeia do Pontal, atual distrito de Itira, na confluência dos dois rios. Com o desenvolvimento do comércio, sendo o rio Jequitinhonha a sua principal via, o Pontal tornou-se o centro de convergência de canoeiros, atraindo significativo número de meretrizes. O Padre era um sujeito de gênio autoritário e exigente, tendo decidido preservar a moral e os bons costumes resolveu expulsar de lá as mulheres de vida fácil. Diz Leopoldo Pereira (1969): *"(...) Lançando os fundamentos de uma futura cidade, portou-se como senhor de alta e baixa justiça, e uma de suas determinações foi que não se consentissem ali meretrizes nem bebidas alcoólicas (...)"*

Expulsas do Pontal, elas foram acolhidas por uma fazendeira de nome Luciana Teixeira, estabelecida na Fazenda Boa Vista, uns 15 quilômetros acima, na foz do ribeirão do Calhau no rio Araçuaí, tornando-se o novo ponto de parada das canoas que subiam o Jequitinhonha. Enquanto Barra do Pontal entrava em decadência, surgia um novo núcleo urbano que se tornaria posteriormente a cidade de Araçuaí.

No Médio Jequitinhonha, o arraial do Calhau (Araçuaí), um grande entreposto de comércio e de todos as regiões vizinhas, num raio de mais de cinquenta léguas, convergiam para ali as suas tropas e as bandeiras de canoas.

O Jequitinhonha, desde o começo do século XIX, tornou-se importante rota comercial entre Minas Novas e Belmonte, no litoral baiano. Araçuaí, por um longo período, foi um entreposto comercial que centralizou a distribuição de produtos em toda a região, exportando produtos agrícolas rumo ao litoral, principalmente o algodão, o toucinho, a carne e a rapadura e importando principalmente o sal, a querosene e os tecidos finos que viriam competir com a tecelagem local.

A cidade de Araçuaí era um grande entreposto de comércio. De todos os municípios vizinhos, num raio de 50 léguas, convergiam para ali as tropas. A mata do Peçanha mandava-lhe o toucinho, a carne de porco e o café; Minas Novas o açúcar; Serro e Ferros, os seus cereais e o café; S. João Batista, o ferro; e todo o Norte de Minas, suas variadas produções: os municípios de Araçuaí e Salinas forneciam o gado e a carne seca. (PEREIRA, 1969: 91)

Esse movimento comercial atinge o auge nos anos 80 do século XIX. A partir daí, entretanto, outros centros de comércio apareceram, novas rotas foram constituídas, novas rotas comerciais foram abertas. A navegação do Jequitinhonha começa a dar sinal de decadência e Araçuaí, sem sua principal via de comércio, entra em decadência, perdendo a primazia de centro comercial da região.

Entretanto, apesar de sua decadência, o comércio de Araçuaí ainda é considerável, com seu mercado em dias das feiras semanais, se transforma numa praça de grande movimento, onde os

produtores vão vender os seus gêneros e comprar os de que carecem. Apesar das dificuldades, esse centro comercial perdurou por muito tempo ainda, como único recurso da região.

Araçuaí, antigo Calhau, foi um centro de certo vulto no comércio de sal e outros pequenos gêneros. Tanto que, no final do século, a Bahia que produzia cacau e fumo, comprava mantimentos do Jequitinhonha, gado e carne seca, e a cidade de Araçuaí era um grande entreposto comercial.

O Vale do Jequitinhonha foi colonizado e povoado de forma dramática, primeiramente por uma frente mineradora que esgotou a primeira fase da mineração em fins do século XVIII. E desde então, estagnou. O Alto teve seu esplendor, até meados do século XIX, com o cultivo de algodão, que criou um movimento de exportação. Depois, o Vale foi esquecido, desapareceu da mídia, perdendo lugar na história, para emergir um século depois, nos anos 70 do século XX, como o Vale da Miséria, famoso por exportar mão-de-obra temporária e não-qualificada para o Sudeste do Brasil. E até hoje, sempre presente nas fontes do aventureiro, nos relatos pioneiros dos desbravadores da mata e na memória de seu povo. A partir de hoje, não mais “vale da esperança”, mas sim *“vale das expectativas, do respeito as diferenças e diversidade culturais e étnicas”*, - Vale do Jequitinhonha.

## CAPITULO QUINTO

### A APROPRIAÇÃO PRIVADA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Os primeiros núcleos de povoamento fixados no Médio Jequitinhonha têm como ponto de partida as grandes penetrações, que se deram a partir do primeiro século da “descoberta” e do devassamento do sertão. A terra era convidativa e o homem português era ambicioso, pequeno para enfrentá-la e penetrar o sertão desconhecido, povoado pelos Botocudos.

As penetrações cortaram em todas as direções, abrindo roteiros e fundando cidades, descendo, atravessando e subindo rios e montanhas que foram o marco inicial de preparação da terra imatura para a formação de uma grande “civilização”, e dentre as muitas entradas, que se realizaram, somente seis atingiram o Vale do Jequitinhonha, ora nas suas cabeceiras, ora cortando o rio de passagem, ora percorrendo-o e fundando os primeiros núcleos de povoamento. Os índios não abriam estradas nem caminhos, aproveitavam os cursos dos rios, córregos, ribeiros, regatos, lagos e lagoas. E, quando afastados destas vias naturais, seguiam pelas matas, sem abrir caminhos, marcavam o itinerário tão somente por meio das árvores maiores e pelos pequenos arbustos que iam obrando aqui e ali como marco de passagem para garantir a volta ou retirada.

Segundo Vianna (1935), foram os baianos os primeiros a ocupar e povoar essa região. A atuação dos baianos nas Gerais era antiga, e, como resultado de suas investidas, a abertura de uma estrada pelo Vale do São Francisco, por onde começou a fazer trânsito e abastecimento de gado e viveres para as Minas, iam do Rio de Contas a Itacambira e Serro Frio, pelo Rio Pardo e Bom Sucesso do Fanado das Minas Novas do Araçuaí.

A região do Médio Jequitinhonha fazia parte, já a muitos anos, do roteiro da migração em Minas Gerais, com total apoio da Coroa e do Império. A partir de 1850, as avançadas baianas levaram a um povoamento emergente o nordeste de Minas. A política de povoamento estava condicionada pelas exigências de mão-de-obra para as grandes lavouras e propriedades agrícolas, tendo em vista a interiorização das fronteiras agrícolas coloniais. A política real foi implantada tendo em vista uma reelaboração da imagem da região e a construção de nova região para os “civilizados”.

Nos fins do século XVIII e início do século XIX, registrou-se um grande surto de penetrações no Jequitinhonha, e Otoni assim relatou:

*“(...) Vinham sequiosos de encontrar ouro e pedras preciosas, fugidos da justiça ou desejosos de dominar novas terras, ou ainda querendo prear mulheres indígenas para com as mesmas praticar as maiores loucuras do sexo (...) assim narrados por Marlière (...)”. (OTONI, 1858: 198)*

A decadência da mineração deslocou o interesse português para a ocupação e povoamento da região. Freitas relatou assim a evolução política da região:

*“(...) foi lenta, dada a invasão indígena e a destruição de todo o centro civilizado que surgia nessa região do grandioso rio, até que, no governo de D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde de Arcos (1810/1818), foi promovida a navegação do Jequitinhonha, fundando ali diversos destacamentos militares, para fazerem face às invasões dos bárbaros, tendo aberto, além disso, diversas estradas para facilitar as comunicações (...)”. (FREITAS, 23 jun 1960: 10)*

O domínio militar na região teve que se transformar em catequese do índio para sobreviver e resistir aos contra-ataques dos índios no “processo civilizatório”. Os territórios indígenas

foram doados aos domesticadores, catequizadores e civilizadores dos índios, e isentados de taxas e impostos. Saint-Hilaire relatou sobre a apropriação privada e distribuição das terras:

*"(...) Nada se equipara à injustiça e à inépcia graças aos quais foi até agora feita a destruição de terras. (...) sobretudo onde não existe nobreza, é, do interesse do estado que haja nas fortunas a menor desigualdade possível. (...) nada haveria mais fácil do que enriquecer certa quantidade de famílias. Era preciso que se distribuisse gratuitamente, e por lotes, esta intensa porção de terras (...) que ainda estava por conceder quando chegou o Rei. Que fez, pelo contrário? Retalhou-se o solo pelo sistema das sesmarias, concessões que só podiam obter depois de muitas formalidades e à propósito das quais eras necessário pagar o título expedido (...)". (SAINT HILAIRE, 1975: 38)*

A ocupação territorial foi feita através da militarização da região, visando a apropriação privada das terras indígenas, que estava condicionada à política real de expansão e interiorização da fronteira colonial, pelas exigências de mão-de-obra e propriedades agrícolas, que, segundo Prado Jr., foram deslocadas pelas levas de colonos da região mineradora, do sertão e litoral baiano para o Médio Jequitinhonha, provocando um intenso povoamento. (PRADO JR, 1967) Depois de ocupada a região, foram distribuídas ou concedidas, sob o regime de sesmarias, as terras expropriadas dos índios, principalmente às margens dos rios e córregos, área de meia légua quadrada, que foram isentadas de impostos por dez anos. Segundo Ribeiro:

*"(...) Após a ocupação militar sucedeu a concessão de terras na margem do rio, a colonos vindos das povoações próximas do Termo de Minas Novas, que recebiam áreas de meia légua quadrada, isentas de impostos por dez anos e Saint-Hilaire. Assim, a área produtora de algodão se estendia desde as proximidades de Minas Novas até em torno do quartel de São Miguel, tendo como centro comercial São Domingos (...)". (RIBEIRO, 1993: 33)*

Os territórios distribuídos, de um lado, fomentaram a colonização e o povoamento, e do outro, viabilizaram o regime, proliferando os conflitos pela posse da terra. Pohl, ao passar pela região, relatou:

*"(...) A fim de incentivar e promover o desbravamento da região, o Governo isentou de impostos para extensa faixa de terra e permitiu a importação de produtos, pelo rio, com liberação de direitos. Cada colono recebeu meia milha quadrada ou meia légua de terra bem a margem do rio, e a autorização de ampliar à vontade a sua propriedade para o interior e cultivá-la. Essas terras tem o nome de sesmarias (...)". (POHL, 1976: 335)*

Os núcleos de povoamento eram erigidos levando em consideração dois pontos específicos: o eclesiástico e o militar, mas com as suas finalidades restritas. (PRADO JR., 1983). No século XIX, foram formando-se núcleos de população às margens do rio e seus afluentes, com a agricultura, a pesca e a caça em abundância, como recursos para a sobrevivência. Os invasores vinham de outras regiões desiludidos do enriquecimento rápido, mas com esperanças animadas pelas antigas tradições. Eles eram os invasores das Minas Novas, da beira-mar e dos sertões baianos. Não era fácil identificar os colonos, alguns eram homens abastados e de muitas posses e bens, que levavam escravos, agregados, familiares, gado, animais e armas. Mas, certamente, a maioria não eram fazendeiros e donos de posses. (RIBEIRO, 1996). Segundo Saint-Hilaire:

*"(...) não são os homens ricos os que se dispõem a deixar seus lares para fundar uma povoação em território desprovido de todos os recursos, e habitado por bárbaros, embora essa região as maiores esperanças quanto ao futuro (...)". (SAINT HILAIRE, 1975: 261)*

Como na região em que estavam localizadas as aldeias apareciam índios "meio civilizados", o governo mantinha um encarregado do aldeamento para os "civilizados", cargo bastante cobiçado. O Estudo Geográfico do Vale Médio do Jequitinhonha orientado por Guimarães, ressalta que:

*"(...) a formação desses núcleos urbanos, nascidos, em geral, sob o impulso da garimpagem e dos aldeamentos indígenas, seguidos pela pecuária e agricultura, atividades pioneiras nessa zona que foram embriões de cidades. A notícia histórica é acompanhada por um estudo sobre os sítios urbanos e completada por considerações relativas ao aspecto geral das cidades que se estabeleceram, todas elas, nos vales principal ou secundários, notando-se o papel saliente do curso d'água como elemento de escolha dos sítios (...)". (GUIMARÃES, 1960: 86)*

Com a resistência indígena frente ao processo de colonização e povoamento, os primeiros "civilizados" ficaram receosos de se fixarem na região, pois, quando viam os índios todos pintados de negro nas margens do rio, pensavam que eram os demônios, então ficavam com medo de penetrar na mata. Depois, com a catequese e os aldeamentos, foram se acostumando com os índios, e passaram a compartilhar o mesmo espaço com eles. Os índios foram aceitando a "civilização", ainda que com alguns focos de resistência em algumas áreas. Os Botocudos foram, em sua maioria, ou exterminados e aniquilados, ou transfigurados em trabalhadores rurais. Já os Maxakali "espertos" sobrevivem até hoje, século XXI, a duras penas.

A política de povoamento estava condicionada às exigências de mão-de-obra para as lavouras e propriedades agrícolas e se realiza quase que exclusivamente graças ao concurso de dois elementos: pelo afluxo espontâneo de colonos mulatos e brancos e pela incorporação pequena dos índios. O povoamento do Baixo Jequitinhonha foi fruto das manobras da classe dominante, que fez guerra aos índios, visando a princípio o extermínio, mas com as repercussões da mesma na Europa, teve um leve abrandamento.

Tanto a colonização quanto o povoamento foram feitos com grandes números de vítimas, principalmente índios. Os índios passaram, com o tempo, a aceitar com menos dificuldade a presença dos "civilizados" e com isso passaram a praticar a agricultura. Mesmo assim, os documentos analisados mostram que, no decorrer do século XIX, aconteceram vários massacres indígenas, sobretudo de aldeias inteiras exterminadas, tudo para promover o povoamento e, no dizer dos "civilizados", para trazer aos índios "à razão da civilização", nos moldes da Europa.

Segundo Pereira, o povoamento da região levaria, certamente, como de fato aconteceu, quase que a extinção indígena. Era a "civilização" que chegava:

*"(...) não estava certamente nos designios da providência que fosse vencedora a raça tapuia naquela região. Côncios de sua inferioridade, foram cedendo pouco a pouco ao invasor audaz e senhor de melhores recursos. (...) Vieram os portugueses, generosos e bons, vieram os mestiços paulistas, ambiciosos e audazes, vieram os mestiços da costa da Bahia, participantes da bondade portuguesa e da crueldade selvagem. (...) os Botocudos colocados em frente dos invasores tinham de ser absorvidos. Raça pouco fecunda; intelectualmente inferior, desarmada dos recursos da civilização, feroz e ao mesmo tempo retraída e tímida, não podia lutar em concorrência com o invasor, forte e côncio de seu valor (...)". (PEREIRA, 1969: 21/22)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO E CONQUISTA EXCLUDENTE

Ao iniciarmos nossa pesquisa, tinha em mente uma hipótese geral sobre a ocupação da região do rio Jequitinhonha centrada na História Econômica, porém fazendo interfaces com outras especialidades, destacando-se a História Social e a História Ambiental. Pretendíamos partir da idéia recorrente, de que a região era um lugar de onde se poderia tirar enorme riqueza.

Abandonando o propósito inicial constatamos a enorme quantidade de fontes para o século XIX, em contraste com a quase inexistência de estudos sobre o período, referente ao Médio Jequitinhonha.

A hipótese se confirmou plenamente, ficando demonstrado que as investidas foram motivadas pelo interesse econômico. A Interface com a História Ambiental estabeleceu o foco de atenção para as conseqüências ambientais da atividade humana. O próprio objeto de pesquisa determinou que a interface deveria ser estabelecida com a História Social. A transformação dos povos indígenas que habitavam a região no principal e mais grave fator que impedia a apropriação provada da terra do Médio Jequitinhonha.

A realização do objetivo econômico do governo exigiu ações de natureza política e social, tais como ocupar o território, contatar e atrair os povos indígenas e promover a colonização. A natureza do nosso enfoque também propiciou diálogo com a História Política, pois foi o Estado quem fez a guerra aos índios Borun e ocupou o território, tanto que, até a Independência do Brasil, o assunto ficou adstrito à Secretaria de Estado de Guerra e Negócios Estrangeiros.

Apesar de falarmos em História Econômica, em História Política, em História cultural, em Antropologia Histórica. A verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem em suas dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que são considerados os compartimentos para enquadrar o presente estudo.

Com estas idéias em mente e pensando na força que tem o imaginário sobre uma sociedade, suas ações e reações, urge conhecer melhor o que era considerado como Sertão para depois, entrar realmente no Sertão do Jequitinhonha e identificar seu cotidiano.

No final do século XVIII, o Sertão do Jequitinhonha era um mistério, uma região proibida aos mineradores e colonos, e habitada por diversas nações indígenas: Borun, Maxakali, Pataxó e outras. Os Borun eram a maior nação da região, e viviam em constantes conflitos com as tribos menores, entre elas, os Maxakali, já conhecidos pelos portugueses no litoral da Bahia.

Minas Gerais vivia um momento ímpar com a crise causada pela decadência da mineração. Para amenizar o sofrimento dos seus habitantes, abriu-se um novo horizonte: a perspectiva da ocupação de novas lavras, índios para prear, terra nova para a agricultura, com isenção de impostos pela Coroa.

No começo do século XIX, a Corte Portuguesa se transferiu para o Brasil, e D. João autorizou a construção de estradas em várias regiões, declarando uma "Guerra Justa", ofensiva e exterminadora, aos índios Borun, dando início à expansão da fronteira agrícola colonial, em

consonância com os interesses particulares para desbravar a mata, e acabar com os esconderijos dos índios, livrando o nordeste mineiro da "ação destruidora" dos "ferozes" índios que habitavam essa região das Minas Gerais.

A política indigenista adotada por D. João questionava os métodos brandos implantados a partir do período pombalino e visava a guerra de extermínio e escravização, para os rebeldes, e destribalização e desculturação para os dóceis. A caça aos índios "bravos e ferozes" criou uma nova relação entre o branco e o índio, colonizador e colonizado, pois algumas tribos menores procuraram contatos, e foram aldeados, como exemplo, os Maxakali, que para garantir a sua sobrevivência, ameaçada pelos confrontos entre invasores e índios, aceitaram o aldeamento, se sujeitando aos invasores, chegando a ajudá-los na "Guerra Justa" contra os Borun.

A Carta Régia que declarou "Guerra Justa", ofensiva e exterminadora levantou um clamor geral no Brasil e fora dele. O Governo foi atacado de impolítico em proceder contra tribos de índios selvagens como se fossem nações "civilizadas"; e foi mais justamente atacado de bárbaro por mandar fazer guerra de extermínio por capricho dos comandantes das divisões, a quem se concedeu uma enormidade de poderes, o que recordava o arbítrio dos antigos bandeirantes paulistas, ou capitães de entradas e sertanistas nos territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A "Guerra Justa" estava justificada pela "braveza e ferocidade" dos Borun, na resistência à ocupação militar, na prática da antropofagia, na rebeldia, na agressividade, na ausência de desenvolvimento e na ineficácia dos métodos "brandos" de contatos.

Assim, se inicia o processo de colonização do Sertão do Jequitinhonha. Uma região de mata atlântica, virgem e inculta, área anteriormente proibida à mineração e à agricultura. Uma área reservada à futura exploração. Essa ocupação só se tornou efetiva e oficial com a chegada do alferes Julião Fernandes, com ordens expressas para instalar e comandar os quartéis da Sétima Divisão Militar do Jequitinhonha. Para isso, foi orientado por alguns princípios básicos, tais como: tratar o problema dos índios pela força das armas, sem determinar o período de duração da "Guerra Justa", em curso desde 1808; garantir o direito da apropriação privada das terras e da mão-de-obra indígena, através da expulsão dos territórios de caça e pesca e do aprisionamento de qualquer índio que fosse encontrado com armas e, ou que resistisse à ocupação; distribuir os territórios conquistados em lotes de sesmarias aos colonos, para desbravar e devastar a mata, esconderijo natural dos índios; e finalmente, marcar a data de início do cativeiro dos índios que seriam utilizados pelos colonizadores, através da ação religiosa e do batismo.

Com a "civilização" batendo à sua porta, as nações indígenas menores, inimigas "fidalgais" dos Borun - "Homens Verdadeiros", davam sinais de quererem se civilizar, deixando a mata, buscando proteção nos quartéis e passando a conviver com colonizadores. Estes utilizaram os Maxakali, ambiciosos, submissos e rentáveis, que poderiam ser civilizados, aldeados, destribalizados e postos a serviço alheio, sem ônus financeiro, e seriam de grande utilidade na lavoura, para ensinar os caminhos dos metais preciosos, e, ainda, para ajudar na guerra contra a nação Borun, que tanto odiavam e temiam, dando suporte à invasão da mata pelos colonizadores.

A colonização do Sertão do Jequitinhonha em Minas Gerais se deu com a apropriação privada do território de caça, pesca e coleta dos Borun, através de uma ocupação, que integrou a força o índios ao mundo "civilizado", dentro do modelo europeu, aldeando, destribalizando e desculturando, ou exterminando, à medida que os soldados e colonos foram invadindo a mata.

A partir de 1808, o governo passou a incentivar o povoamento anistiando dívidas, liberando por dez anos os impostos, estipulando o serviço gratuito dos índios "ferozes" por dez anos ou mais, e distribuindo, em regime de sesmarias, lotes das terras conquistadas dos índios aos colonos que se aventurassem a desbravar a mata. Estes incentivos fiscais e fundiários, somados aos

ganhos com a preação de índios e à formação de lavouras promoveram uma migração em massa para o Baixo Jequitinhonha.

Durante todo o século XIX, a mata foi invadida e devastada, seus habitantes sofreram os mais cruéis estragos, devido ao violento desmatamento e as queimadas que se intensificaram e deixaram uma herança terrível. A mata foi extinta pela força do machado do colono, transformada, primeiramente em área de agricultura, e, depois, em pastagens de criação de gado, gerando, no final do século, a concentração de terra e riqueza.

A preocupação dos colonos com as lavras, pedras e índios aparece com freqüência em documentos, consultas, petições, cartas e relatórios datados desde os fins do século XVIII até meados do século XIX. Mas, mesmo assim, da grande maioria dos estudos sobre o nordeste mineiro, ficaram de fora. Estes assuntos animaram e motivaram muitos aventureiros no século XIX a se embrenharem pelas matas, terras virgens e incultas do Baixo Jequitinhonha, conforme nos mostram os viajantes e memorialistas em seus diários e relatórios.

Assim, começou de vez, a expansão da criação pecuária na região, instalando os embriões dos latifúndios, terras tomadas dos índios e pobres. E, antes do fim do século XIX, a maior parte da população morava na roça, sendo que grande parte dessa tornou-se "agregados" dos fazendeiros.

A apropriação privada dos territórios indígenas foi introduzida na historiografia sob duas óticas: a dos historiadores tradicionais, mais conhecidos e divulgados, que argumentaram, que, para a classe dominante, os índios eram considerados entraves e opositores ao progresso e ao desenvolvimento, devendo ser contornados ou eliminados sem remorsos, para o bem da sociedade colonial; e a dos etnohistoriadores, que assumiram a postura de defesa dos povos indígenas, procurando revelar a outra face do processo de colonização e povoamento, com relação à dominação, à resistência e à subordinação. Como sabemos, os índios foram excluídos das decisões política e da história.

A história dos Borun se confunde com a do Sertão Jequitinhonha e está revestida do caráter de marginalidade. Os índios só aparecem na história quando são colocados como obstáculos a serem enfrentados pelos colonizadores brancos, que invadiram e se apropriaram de seu território. A violência cometida contra eles estava justificada na necessidade de "progresso" e "civilização". O índio era o entrave, e a historiografia não busca explicar a reação indígena frente às provocações e às ações violentas dos dominadores, aos massacres, a espoliação e à apropriação privada de suas terras.

Fugindo do branco e seus associados e de guerras intertribais, os indígenas que se situaram no leste mineiro encontraram ali um ótimo abrigo contra seus opositores. Mas isso, até os anos que precedem o declínio da produção aurífera. A partir da primeira metade do século XVIII, hordas de migrantes rumaram para as até então "áreas proibidas" a fim de usurparem as terras ocupadas pelos índios. O que se observou então, foi um esforço por parte do governo no sentido de se implantar uma lógica de exploração da terra, na qual, o índio deveria servir como mão-de-obra, num sistema de convívio "pacífico", embora forçado, e não como um obstáculo à fixação dos colonos. Aqueles que não se adequaram à lógica do governo, aqueles "irredutíveis" como eram tratados pelas autoridades da época, pagaram com suas vidas.

Como uma área estanque, os Sertões do Jequitinhonha funcionaram contra o descaminho da produção de ouro e, por muito tempo, diversos grupos indígenas ali situados estiveram praticamente livres do contato com os brancos — embora alguns aventureiros já desrespeitassem as determinações da Coroa, se infiltrando nas "áreas proibidas" a fim de obter: minérios e a cobiçada poaia. Mas sem que os indígenas soubessem, já prestavam "serviços" ao Estado.

As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o Sertão Jequitinhonha precisava ser controlado e civilizado, com base em suas próprias concepções do que viria a ser "civilizado", devido às suas riquezas e possibilidades econômicas, mas para isto era imprescindível sua conquista.

Conquistar uma região nunca foi tarefa simples. Desde que o homem pôde ser entendido como membro de uma comunidade, as tensões nas fronteiras de seus territórios de domínio foram permanentes e sempre oscilaram em favor de um grupo ou de outro. Constantemente esteve presente a aventura de partir para terras desconhecidas a fim de conquistá-las e logo a crença na superioridade de um grupo frente aos demais os impulsionava nessa direção. O ideal civilizador capaz de acabar com a barbárie, também foi um elemento presente nos movimentos das sociedades humanas em busca de novas regiões.

Em função destas premissas, torna-se necessário delimitar alguns conceitos. Conquista é, dentre várias definições possíveis, um movimento de povoamento que ocorre quando um grupo mais desenvolvido tecnologicamente inicia um processo de agressão sobre um outro menos aparelhado. Assim, para que tal ocorra efetivamente, é necessário que o agressor, ou o conquistador, detenha um potencial bélico dotado de maior tecnologia ou mais adaptado às novas condições históricas ou mesmo ambientais.

Conquistar tem, portanto, no mínimo duas concepções: uma é o avanço sobre terras controladas por povos com menor tecnologia; a outra concepção que está inserida neste termo é o de que se conquista além das terras, riquezas e homens.

Uma das grandes conseqüências da dominação de uma sociedade por outra é que juntamente com o domínio ocorre, quase sempre, o controle sobre o meio ambiente que era explorado pelo grupo subjogado, em geral áreas ricas e com boas possibilidades de proporcionar benefícios aos seus novos desbravadores.

Como estes "novos controladores" são possuidores de uma tecnologia mais avançada ou mais adaptada às novas necessidades, suas relações com a natureza são de esfera diversa daqueles. Desta maneira, o meio ambiente passa a refletir, em última instância, as concepções de vida do novo grupo que o domina. Um exemplo desta situação é a coivara, também conhecida como queimada. Enquanto os indígenas brasileiros viviam organizados em seus próprios sistemas sociais ela não era um grande problema para a natureza, pois uma área queimada e explorada, alguns anos depois era abandonada, e tinha tempo para se recuperar. Além disso, como a população dos grupos era relativamente pequena, não havia a necessidade de se derrubar e queimar imensas áreas para o plantio. Um outro fator que atenuava os efeitos da queimada sobre o meio ambiente como um todo, era que muitos grupos indígenas ainda não haviam se dedicado às práticas agrícolas, vivendo apenas da caça e da coleta.

Quando os colonos conseguiam expulsar ou controlar os indígenas de determinadas regiões esta situação mudava radicalmente. Ainda que eles fossem considerados inferiores, muitas de suas técnicas foram apropriadas e a queimada foi a que teve maiores conseqüências para o meio ambiente. A partir de então eram necessárias grandes áreas para o mercado externo, seja para o abastecimento interno. As regiões já não possuíam tempo para se recuperar. Áreas cansadas eram abandonadas e novas terras eram buscadas (DRUMMOND, 1997).

Pode-se perceber também que junto à idéia de "conquista" havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, esta era associada principalmente ao ouro e aos diamantes. E para obter estas riquezas nenhum esforço seria demais. Era por elas que todas as forças eram reunidas e tudo era justificado. As expedições enviadas ao sertão exemplificam isto, empreendendo uma implacável guerra aos Botocudos, com o objetivo de localizar novas lavras e transformar aquelas terras em áreas seguras aos mineradores.

O conquistado rapidamente tornou-se o "Outro" (TODOROV, 1999), aquele que não era semelhante a quem estava conquistando. Assim os subjugados foram tratados como inferiores, feios, sujos, desprovidos de cultura, enfim, sem qualquer traço que merecesse algum tipo de aceitação pelos "superiores".

As relações estabelecidas entre os dois grupos que se chocaram foram sempre baseadas no estranhamento. Cada um via o Outro como não-homem devido às suas diferenças. (TODOROV, 1999) Logo a sociedade mais avançada percebeu que os conquistados poderiam ser exterminados física ou culturalmente ou ainda utilizados de maneira mais proveitosa, ou seja, transformando-os em cativos.

As variadas possibilidades nas relações estabelecidas com o "Outro" foram classificadas por Sérgio Rouanet em quatro tipos principais: diferencialismo repressivo, igualitarismo abstrato, diferencialismo crítico, e igualitarismo concreto. O primeiro conceito é o que nos auxilia no momento. Trata-se, segundo o autor, da forma mais primitiva das relações com o "Outro". Ele, o "Outro", é "investido das características de uma estranheza radical" e a comunicação entre ambos torna-se impossível porque o abismo que os separa é identificado como sendo muito grande (ROUANET, 1994).

Esta diferença entre os dois grupos étnicos foi diagnosticada pelos conquistadores como sendo causada por um grande distanciamento civilizacional entre ambos ou ainda pela ausência completa de civilização no "Outro" conquistado. Neste caso, este foi transformado em um bárbaro sem qualquer elemento cultural que o pudesse assemelhar com o conquistador. Daí a dicotomia entre bárbaros e civilizados.

Ser civilizado é um conjunto de maneira que a sociedade encara como sendo a forma superior de se portar, crer e fazer. E civilização é um processo em movimento constante "para a frente". Civilizado era nos séculos XVIII e XIX, um dos muitos termos usados com os quais os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu "padrão" com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores (ELIAS, 1994: 24)

Ao analisar o conceito de civilização utilizando o referencial desenvolvido acima, identificou-se que no século XVIII, ser civilizado era estar ligado ao mundo cristão, ou seja, era ser um filho de Deus, cumpridor de todos os seus deveres não só para com a divindade mas também, por tabela, com seu representante legal na Terra: o rei. Logo, ser civilizado era ser cristão e súdito (OLIVEIRA, 1998).

A idéia de inferioridade e de superioridade é o que marcará as relações entre o conquistador e o conquistado. Entretanto, a crença na existência de raças superiores e inferiores, devendo esta última ser controlada ou extinta em nome de melhorias para a outra, ou em nome da expansão de um mundo entendido como civilizado sobre um bárbaro, parece ser bastante antiga e não foi um atributo exclusivo da sociedade Ocidental Cristã. (AMANTINO, 2001:169)

No século XIX estes mesmos conceitos sobre os índios foram reelaborados e resgatados de épocas anteriores. Para as autoridades mineiras, os Botocudos e os Puri eram nações bravias porque comiam outros homens e viviam em constantes guerras com os demais índios e com a sociedade branca. Logo, precisavam ser controlados através do aldeamento ou exterminados em nome do desenvolvimento da sociedade. Para controlá-los, aldeá-los ou exterminá-los, foram preparadas inúmeras expedições enviadas aos sertões.

Mas nem tudo estava do lado da sociedade colonial e de suas expedições de conquistas. Os índios aparecem em todos os relatos como um sério obstáculo aos seus intentos. O "Outro" é diferente não só nas armas que usa, mas também em suas atitudes. É um antropófago bárbaro, mas pode ser útil ao sistema ao se tornar um cativo.

Além dos índios, um outro fator que segundo as fontes atrapalhava o cotidiano destas expedições, era a natureza percebida como agressiva e selvagem. A dificuldade apresentada pela natureza bravia acabava sendo transformada por estes homens em mais um sinal de sua boa vontade para com Deus e para com seu Rei. A guerra contra a "barbárie" do terreno e de seus habitantes tornava a conquista mais necessária, mais valorizada e, portanto, mais dignificada. Quanto mais problemas a enfrentar, maiores seriam as recompensas espirituais e financeiras.

A partir do Estado, as concepções do território indígena passam a ser eminentemente uma questão jurídica. A discussão passa a ser centrada no direito, na idéia de uso, de posse, de ocupação e de pertencimento. No discurso oficial do século XIX sobre a questão indígena, a visão do espaço é ainda de imensidão, no sentido de que o índio é por excelência "errante" e "nômade". O nomadismo sempre foi visto como característico da barbárie, e oposto ao sedentarismo, condição indispensável para a civilização. A política indigenista oitocentista reflete claramente esta ideologia do espaço reducionista, concentrado.

No século XIX, refletia a idéia recorrente de que a "barbárie" só seria vencida pela colonização. A classificação reflete a própria concepção de "barbárie" que se definia pela oposição à civilização e pela recusa à mudança. Este último aspecto é fundamental numa região cuja representação mais significativa era a esperança do progresso. A partir das atividades extrativistas e do enfrentamento com os índios, redundando em situações de tensão e morte. Nesse processo, o que está sendo gestado e configurado não são apenas os territórios indígenas que começam a ser delineados a partir de situações conflitivas, mas o próprio espaço do Estado em expansão.

A idéia da territorialidade pressupunha basicamente a transformação de índios em lavradores, não necessariamente coletividades, mas famílias, que deveriam receber pequenas porções de terras. "Civilizar" significava necessariamente reduzir espaços e implicava a dissolução das coletividades.

Cunha (1992), analisando a política indigenista no século XX, observou que para se caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Essa mudança decorre do fato de que os índios tornam-se cada vez menos essenciais como mão-de-obra e cada vez mais um problema de terras, de tal forma que o debate passa a girar em torno do extermínio dos bravios ou da sua civilização.

A partir do momento em que o termo "fronteira" é apropriado pelo discurso oficial no aparelho do Estado, passa a designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial. Exprime então um fenômeno global da sociedade e adquire uma dimensão simbólica que ultrapassa o seu aspecto concreto e localizado. Nesse sentido, é preciso apontar uma diferença primordial na percepção do espaço social como paradigma: no discurso do Estado começa a perder a sua referência tradicional de suporte coletivo do conteúdo estático de relações sociais móveis, para ser considerado como produto social no interior do discurso sociológico. Isto é fundamental, porque o Estado não é a expressão de uma realidade espacial preexistente, mas uma criação histórica que implicou novas configurações da realidade espacial, definidas através de fronteiras.(MADI, 1997)

Sendo o próprio Estado em expansão uma representação simbólica e ideológica, os conceitos de territorialidade e fronteira estão relacionados basicamente ao uso e à ocupação da terra e, nesse sentido, a condição de barbárie e nomadismo é o principal indicativo de que os índios não têm nenhum sentido de territorialidade e fronteira, sendo seu espaço o "nebuloso" e o "indefinido" característico do início da colonização.

No século XVIII não só foi possível como necessária a formulação de critérios sobre a territorialidade e a fronteira indígenas, a partir do sistema de representações que não opunha necessariamente a ocupação do espaço ao projeto colonizador, dando lugar à diversidade em virtude

da necessidade do povoamento. É esta a questão básica que muda radicalmente no século XIX, quando o projeto de expansão do Estado e de unidade territorial passa a não permitir a diversidade, em que os povos indígenas, possíveis vassallos que deveriam viver em terras próprias, passam à condição de bárbaros, impossíveis de civilizar porque teimavam em viver em terras próprias.

A história do Sertão do Jequitinhonha no século XIX pode, então, ser caracterizada como a fase da expansão da fronteira colonial, com uma política indigenista marcada pela violência e exclusão dos índios, e justificada por razões político-militares e sentimento de ameaça à integridade física do Reino, como se fosse possível que os grupos indígenas da região pudessem promover movimentos de oposição à ocupação plena do território e fossem capazes de desorganizar o sistema de dominação política instaurado pelo regime colonial. Por razões sócio-econômicas, com a classe dominante buscando novas alternativas para concentração de riquezas e terras a médio prazo, esse processo colonizatório terminou por aldear, destribalizar e quase extinguir em sua totalidade os Borun.

Todas estas dificuldades tinham um local por excelência: o "sertão", ou seja, a "fronteira" que separava a "barbárie da civilização". "Fronteira" é a marca ou linha de demarcação de dois sistemas de poder, que se caracterizava pela falta de estabilidade. A "Fronteira" não é um conceito estático e atemporal. É um exercício soberano do poder sobre um território, com controle militar, econômico, cultural e político-administrativo (OLIVEIRA, 1998)

Ainda que autores com posturas diferentes sobre fronteira divirjam em alguns pontos, parece que é unânime a noção de que o conceito de "Fronteira" pressupõe o de movimento. Como o avanço se deu sobre regiões densamente povoadas por tribos indígenas, várias táticas foram sendo desenvolvidas para obter o seu controle de acordo com a "hierarquia" de quem controlava o território: guerras, extermínios, acordos e conflitos.

A categoria do espaço, pela sua universalidade e anterioridade histórica, provê o fundamento básico da própria sociedade. Nesse caso, a concepção de espaço resulta da representação que define os parâmetros de classificação conforme a idéia que a sociedade faz de si mesma.

A noção de "território" é uma representação coletiva, uma ordenação primeira do espaço. A transformação do espaço em território é um fenômeno de representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem. A noção de "território" sem dúvida é formada através do dado imediato da materialidade, mas esse é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são abstratas.

Conceitualmente, não se dissocia território de "territorialidade", onde territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define (SOJA, 1971: 19) Em essência, esta proposta não é diferente da de Robert David Sack (1986:19), segundo a qual territorialidade pode ser definida como as formas de controle exercidas por um grupo sobre uma determinada área, o território. No seu limite, a territorialidade é a inter-relação entre espaço e sociedade.

A "Fronteira" pode ser definida ao mesmo tempo como construção ideológica, cultural, política, e como o conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações. Mesmo na sua concretude, a fronteira exprime necessariamente uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto localizado do fenômeno.

A concepção de fronteira, sendo um dado cultural, está diretamente relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade. A "Fronteira" é a representação coletiva fundamental

para o estabelecimento da diferença ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade. Formando uma interface identidade/alteridade, a fronteira é resultado, portanto, da imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o outro.

Uma outra característica desta conquista é que, ao mesmo tempo em que novos territórios eram incorporados, iniciava-se imediatamente sua colonização, povoamento e exploração econômica.

Pelo contrário, várias foram às tentativas, avanços e recuos desta fronteira. Foi também um deslocar lento iniciado no século XVI e que continua se estendendo até os dias de hoje. Portanto, houve avanços, recuos, dispersões e estagnações no processo de povoamento e de incorporação de novas áreas.

Em Minas Gerais, a situação durante o século XVIII exemplifica esta realidade. O povoamento do nordeste de Minas Gerais apresentava um problema de difícil solução: por mais que as autoridades tentassem por meios diversos controlar esta região, ela continuou a ser, pelo menos até meados do século XIX, esconderijo de inúmeros quilombos e palco de tribos consideradas como selvagens e bárbaras.

O Sertão do Jequitinhonha era um local fora do controle das autoridades. Por mais que tentassem controlar as terras e os homens pouco ou nada conseguiam. Pode ser visto na documentação com clareza, o caráter oscilatório desta fronteira, ou melhor, dizendo, das fronteiras. Regiões eram conquistadas de índios e entregues ao povoamento. Pouco tempo depois, os povoadores recuavam em virtude de ataques destes mesmos grupos, fazendo com que os limites que separavam a civilização e a barbárie estivessem sempre em movimento.

A conquista dos Rios Araçuaí e Jequitinhonha e as necessárias atuações das Juntas Militares eram definidas por Cartas Regias, onde a obtenção de terras e a apropriação do trabalho indígena foram em síntese, orientações fundamentais. Decretava-se a "*Guerra Justa*", e a questão indígena tornava-se uma questão militar. Erigiam-se quartéis e destacamentos na região, formavam-se aldeamentos indígenas compulsórios próximos aos quartéis e destacamentos. Para os índios "*mansos*" cabiam-lhes os aldeamentos. Já para os índios capturados em "*Guerras Justas*", restavam-lhes o trabalho escravo por tempo determinado. "*As terras tomadas dos índios eram transformadas em sesmarias e distribuídas aos colonos e comandantes das Divisões Militares*". (PARAISO, 1992: 83).

A Carta regia de 13 de maio de 1808 decretava "*guerra Ofensiva contra os Botocudos Antropófagos*". A partir de tal documento, estava reaberta legalmente a escravização indígena. Grupos inteiros de Botocudo foram dizimados ou reduzidos aos aldeamentos compulsórios. Somente em 1831 a fúnebre Carta Regia foi abolida, quando grande parte desse grupo já estava reduzida aos aldeamentos ou aniquilada. Essa eliminação dos Botocudo foi justificada pela visão de que Tais indígenas "*(...) eram incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação (...)*". Soma-se ainda, a necessidade de se levar a "*paz*" à região. Clima extremamente necessário para que o desenvolvimento e progresso fossem alcançados. (PARAISO, 1992: 83).

Para as autoridades, o povoamento desta região identificada como Sertão, estava atrelado à sua "*limpeza*". Para tornar-la uma região habitável, ou seja, livre dos que se consideravam como malfeitores, foram implementadas medidas militares com o objetivo de civilizar a área e, se possível fosse, combater o contrabando e extravio de ouro e diamantes, e apropriação das terras para a agricultura e pecuária. O objetivo das medidas militares era, portanto, tornar aquela região habitável e produtiva. A ocupação do Sertão do Jequitinhonha ligava-se diretamente a um processo de expansão das fronteiras coloniais e formação do território mineiro. Era necessário tomar estas terras dos índios que ali habitavam e para isso havia duas possibilidades: aldeá-los ou exterminá-los caso colocassem empecilhos a esta tarefa.

As imagens criadas não são, vias de regra, muito lisonjeiras. Normalmente o índio era mostrado como um entrave ao avanço da sociedade e da civilidade. Os mansos eram considerados aliados, mas os que não aceitavam o domínio sobre suas vidas ou territórios eram intitulados inimigos, e como tal eram tratados. A "*Guerra Justa*" era o mecanismo de castigo e de exemplo aos demais, pois além de provocar muitas mortes, fazia também com que um bom contingente de índios fosse distribuído entre a população como cativos.

Se uma das imagens construídas sobre o Sertão do Jequitinhonha era a de que se tratava de um lugar bom, com capacidade para a pecuária e, principalmente, possuidor de ouro e diamantes, havia também a associação desta imagem à existência de perigos que impossibilitavam seu povoamento. Os índios eram vistos por todas as partes e provocavam na população um pânico generalizado.

As diferentes imagens criadas sobre o Sertão ou Mata do Jequitinhonha revestiram-se não apenas de significados geográficos mostrados sempre como áreas distantes do litoral e no interior das Minas Gerais, como também carregaram consigo representações com sentidos mais sutis, que de uma forma ou de outra acabaram por personificar esta região.

A principal imagem criada para o Sertão ou Mata do Jequitinhonha foi, via de regra, a de uma área rebelde que precisava ser controlada e domesticada. Era assim também que os habitantes de Minas Gerais no século XIX viam a região.

Contudo, adaptando-se às circunstâncias, as imagens vão sofrendo alterações. Os indígenas selvagens e antropófagos também fazem parte das imagens que se criaram a respeito dos moradores do Sertão do Jequitinhonha.

Entretanto, são identificados como perigosos ao sistema porque negam ser controlados e, em muitos casos, tornam-se uma ameaça real à segurança da população. Assim, pode-se concluir que o Sertão do Jequitinhonha, ao mesmo tempo em que era uma região atrativa aos interesses coloniais, apresentava problemas de difícil solução para a época, ou seja, a presença e, conseqüentemente, a necessidade de controlar os indígenas nada propensos a colaborar com a metrópole, ou mesmo com as elites coloniais. O controle sobre os povos indígenas passava necessariamente pelo estabelecimento de um corpo de idéias negativas a respeito dos mesmos, justificando assim, seu aniquilamento.

Os índios do Sertão do Jequitinhonha foram, em sua maioria, encarados como inimigos e acusados de dificultarem o povoamento e desenvolvimento da região. Daí, segundo as autoridades, a necessidade de enviar algumas expedições para atacar suas aldeias e conseguir sua pacificação e aceitação dos ensinamentos de Deus, mesmo que à força.

As justificativas ideológicas para as expedições se pautavam na importância de colonizar e povoar o sertão a fim de desenvolvê-lo. Para isso, tornava-se necessário eliminar de uma forma ou de outra, a presença marcante dos grupos considerados hostis. Os índios mais "teimosos" em não aceitarem os contatos deveriam ser exterminados em nome de uma ocupação mais efetiva.

Estes índios não pacíficos poderiam também, segundo uma legislação que mudava constantemente, ser escravizados, desde que fossem respeitadas algumas condições. As principais eram provar que os índios em questão eram bravios, não aceitavam a catequização, atacavam os colonos e eram antropófagos. A estes deveria ser decretada a Guerra Justa.

A Guerra Justa seria assim, o mecanismo mais utilizado para a obtenção desta mão-de-obra. Esta era, segundo Farage (1991: 45), um conceito teológico e jurídico enraizado no direito de guerra medieval. As principais justificativas para a guerra seria a propagação da fé aos povos bárbaros, sua falta de moralidade, suas práticas canibais e os casos de ataques à sociedade estabelecida.

Novamente utilizando a longa duração, pode-se ver que estas são as mesmas justificativas apresentadas por Sepúlveda em 1550, quando da discussão sobre a possibilidade de escravização dos índios da América. Suas idéias baseavam-se na inferioridade destes e na superioridade dos europeus. Logo, seguindo as idéias de Aristóteles, poderiam ser escravizados. Seus pressupostos eram os seguintes: que era legítimo sujeitar pela força das armas homens cuja condição natural é tal que deveriam obedecer aos outros, se recusarem essa obediência e não restar nenhum outro recurso; que era legítimo salvar de graves perigos os inumeráveis mortais inocentes que esses povos indígenas, selvagens e bárbaros, imolavam todos os anos, apaziguando seus deuses com corações humanos e finalizando, que a guerra contra os infiéis é justificada, pois abre caminho para a difusão da religião cristã e facilita o trabalho dos missionários. (AMANTINO, 2001)

Em Minas Gerais, o uso de armas de contra os índios estava autorizado caso estes atacassem ou interferissem na colonização. Por meio de Cartas Régias, a Coroa declarava Guerra contra os povos indígenas à pólvora e bala, atendendo as devassas e representações que se lhe mandaram sobre as mortes, roubos e insultos que tem feito estes povos indígenas que infestavam essa região das Minas Gerais, e que os mesmo que fossem aprisionados e repartidos pelas pessoas que participaram da Guerra.

Nos documentos localizados sobre os indígenas de Minas Gerais que eram acusados de antropofagia, não foi identificada nenhuma informação sobre o motivo pelo qual supostamente comeriam carne humana, além do fato de serem associados às feras e apreciadores desta. Ou seja, o aspecto cultural destas sociedades não foi em nenhum momento levado em consideração por aqueles que tiveram contatos com eles.

A natureza não se confunde com a animalidade. O "*homem selvagem*" não é o simples hóspede do sertão, mas o seu senhor, porque exerce o seu domínio sobre o mundo selvagem. Muitas vezes ele é o "*guia*" que exhibe a sua capacidade e a sua autoridade sobre o meio, provando a sua humanidade. O sertão contrapõe-se à sociedade organizada, mas não é a sua negação.

Ao que parece, em larga medida, esta representação manteve-se nos séculos XVIII e XIX. O "*bárbaro*" é o povo de "*natureza má*", no sentido de que se recusa a aceitar a conquista e a catequese, e esta dicotomia seria amplamente utilizada para estabelecer a política oficial com relação a diferentes povos.

A recusa à catequese seria o fator primordial para qualificar a natureza dos povos indígenas, reconhecido o fato da existência das associações políticas entre povos não cristãos. Essa mentalidade explica a admissão da chamada "*Guerra Justa*" na colonização lusitana. Em termos culturais, a "*Guerra Justa*" iria preencher o que Dias (1982:210) chamou de "*vácuo doutrinário*", com o direito de evangelização: a humanidade e a legitimidade da presença ultramarina dos portugueses não sofriam abalo na sua consciência de cristãos porque as justificativas morais, de religião e de civilização se alinhavam com os objetivos econômicos e políticos que impeliram a ação colonizadora. A própria Igreja admitia a servidão, mas delimitava o lícito e o ilícito em escravidão, e aí residia a "*originalidade da ética colonial*": só se reconheciam duas fontes legais de servidão a "*Guerra Justa*" e o contrato de compra e venda. (MADI, 1997)

Ainda utilizando os pensadores do século XVI e identificando as continuidades nas ideologias sobre os índios, vejamos Las Casas, para quem controlar e pacificar os índios segundo a lei de Deus, era vantajoso para a Coroa. (TODOROV, 1999) Esta alegação de ordem econômica está sempre presente na documentação mineira enviada aos governadores ou mesmo ao Rei, que os habitantes civilizados da região tem sido acometido dos mais horríveis e funestos estragos causados pelas investidas ferozes dos povos indígenas selvagens e bárbaros, por cujo motivo os mesmos habitantes fugindo a morte tem lastimosamente desamparado duas posses que constam de terras minerais e de culturas, causando prejuízo próprio, como do bem público, dos dízimos e reais quintos.

A partir destes exemplos de como Sepúlveda e Las Casas pensavam a questão indígena e de como a legislação e os mineiros durante o século XIX agiram com os índios, pode-se perceber a manutenção de um corpo de idéias a eles referentes, sem que sofressem alterações substanciais num período de tempo longo, e em espaços físicos bastante distintos.

Isto nos leva a pensar a questão da longa duração como "*locus*" privilegiado para a percepção das manutenções mentais. Por isso, neste texto, a longa duração está sendo utilizada em vários momentos ao lado de enfoques que privilegiam a análise detida nos detalhes das expedições e a história regional vista pelo Sertão Mineiro.

Na representação européia do território e da fronteira indígenas no período colonial há um aspecto absolutamente básico, que deriva da ressonância da visão de mundo: o fato de que os espaços descobertos pelos colonizadores obrigaram o europeu, em primeiro lugar, a repensar todas as suas concepções geopolíticas. No imaginário do colonizador, o índio era o habitante de um espaço indefinível, incompreensível, flutuante e, sobretudo, nebuloso. O projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus.

Finazzi-Agrò (1996), chamou a atenção para o fato de que os portugueses não puderam escapar desta perspectiva de um mundo selvático e selvagem imposta pela tradição, e dotando a floresta de uma "*dimensão eremitica*", sede do homem "*inclassificável*", vivendo num espaço em que a característica principal era a inexistência de fronteiras demarcadas, foram incapazes de formular qualquer identificação territorial nativa diante do espaço misterioso que ficou sendo chamado "*sertão*" ou, mais remotamente, "*mata*". A definição do "*sertão*" vai ser a própria indefinição abrindo a consciência européia para um espaço múltiplo e polimorfo.

Na análise de Sena (1986), o sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e são muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fim do tempo, o que não está nunca onde está.

Escapando, portanto, a um código estrutural nos moldes europeus, a representação dos sertões e de seus habitantes iria se caracterizar pela ausência, seja de limites, seja de fronteiras ou de outras formas de atribuição de plausibilidade à dimensão geográfica, o que, por um lado, abalaria o próprio conceito europeu de fronteira; por outro, iria se prestar de forma exemplar aos objetivos da colonização.

A incapacidade de formulações de identificações territoriais nativas por parte do colonizador não implicou, por outro lado, necessariamente, a ausência do reconhecimento de espaços nativos da alteridade colonizada, concebidos sempre à luz dos modelos europeus.

Solano (1988: 31) chamou a atenção para o fato de que a "*Guerra Justa*" só pode ser compreendida a partir da mentalidade medieval que norteou a conquista: um triplo exercício de obtenção de terras, expansão do cristianismo e de promoções sociais e econômicas. Sob este ponto de vista, a conquista foi uma cruzada, uma guerra santa, cujo espírito proselitista, expansionista e militarista se trasladou à América. A cruzada é substituída pela evangelização como um direito e um dever dos cristãos. Trata-se, em essência, da conciliação do "*ethos*" conquistador com o cristianismo.

Todos esses fatores configuram a atitude coletiva do colonizador com relação à fronteira e à territorialidade indígenas durante o século XIX. Diante de um espaço indefinido e indefinível, que abrigava uma humanidade igualmente sem parâmetros, a ação colonizadora partiu da sua negação para empreender o expansionismo. Os primeiros momentos do expansionismo, contudo, já esbarram na presença física do índio que, na sua concretude, opõe-se às fronteiras idealizadas e à mobilidade constante decorrente do enfrentamento com os colonos e os militares.

Como se pode perceber, as justificativas para a "Guerra Justa" e a conseqüente possibilidade de aprisionamento dos indígenas, permaneceram no tempo e em espaços geográficos diferentes. Ainda que a legislação portuguesa tenha em diversos momentos, tentado impedir esta escravização, na realidade, pouco conseguiu efetivamente.

Havia um ponto positivo para a elite mineira no que se refere aos constantes ataques que os indígenas faziam à sociedade. O "barbarismo" destas tribos legitimava a Guerra Justa, o extermínio e mesmo a escravidão. Eram inferiores e teriam sido feitos por Deus para servirem aos superiores ou não atrapalharem.

Os colonos viam as "Guerra Justa" como uma opção para adquirirem mão-de-obra e, conseguirem assim, desenvolver suas atividades econômicas. Para os religiosos, o barbarismo justificava a necessidade da catequese e transformava o religioso em um mártir a serviço de Deus. Era preciso transformar "*bestas humanas e feras*" em cristãos. (RAMINELLI, 1996).

Há uma grande diferença entre o que é pensado e o que é feito. O índio que precisava e merecia ser aldeado era aquele considerado manso, ou seja, o que aceitava pacificamente ser explorado economicamente pelos colonos da região. Os que não aceitavam, sofreram processos de extermínio:

Por tudo isto, fica evidente que a questão da "Guerra Justa" contra os indígenas durante o século XIX, no Sertão do Jequitinhonha precisa ser revista e pesquisada com maior profundidade. Mesmo que ela não tenha sido, neste momento, de caráter estrutural como a africana, ela existiu e foi essencial aos projetos de colonização e povoamento.

O Sertão Nordeste de Minas Gerais era uma região habitada e controlada por diferentes grupos: indígenas, escravos e mestiços, que quase sempre travavam sérios conflitos pela posse da terra. Mas havia também um espaço de convivência entre eles. Não só etnias diferentes disputavam entre si estas áreas. A disputa podia ser vista também entre os diversos grupos indígenas, utilizando-se claramente de um sistema de alianças com outros indígenas ou mesmo com os colonos.

Assim, os conflitos internos no Sertão do Jequitinhonha entre os diversos grupos propiciaram alianças variadas e forjaram inimigos. As relações entre estes grupos podem ser percebidas em vários sentidos: tanto a cultura branca ou mestiça interveio na cultura indígena, como esta nas primeiras e estas alterações não foram recebidas de forma passiva. Cada um dos grupos procurou adaptar às suas condições culturais o que estava sendo introduzido. É necessário salientar que neste momento já havia quase 400 anos de contatos entre os diferentes grupos, e que, portanto, muito da cultura de cada um já estava presente no cotidiano do outro.

A situação já conflituada na região ficou ainda mais insustentável quando um outro elemento entrou em cena com mais freqüência e interesse pela área: a sociedade colonial, através de suas frentes de colonização. Grupos de colonos, soldados, padres, pequenos fazendeiros, comerciantes, vadios e mineradores perceberam as potencialidades da região e também começaram a participar da disputa pelo seu controle. A instabilidade ficou patente no desencadeamento de guerras travadas contra os indígenas que viviam no sertão. Para os colonos, estes eram empecilhos a seus intentos de enriquecimento; para as autoridades, eram dificultadores do projeto civilizador que estava sendo colocado em prática em quase toda a colônia, objetivando o povoamento e desenvolvimento de determinadas regiões.

A transformação dos índios em vassalos seria interessante para a Corte também porque os novos vassalos poderiam manifestar os preciosos tesouros que oculta a terra em sua entranhas. O índio como "*guardião da fronteira*" é, sem dúvida, a mais significativa representação do índio na mentalidade setecentista. Foi uma representação engendrada dentro do expansionismo, construída a partir de elementos que refletiam os ideais de conquista, povoamento e defesa, caracterizando um

estado permanente de guerra. Ao lado da "Guerra Justa", são elementos de raízes medievais norteando a conduta do conquistador.

Em larga medida, o século XVIII foi marcado pela promessa de civilização em que os índios eram, por si mesmos, garantias de povoamento. A crônica oitocentista não se seduz pela visão romântica dos povos indígenas nem pela visão romântica da natureza, mas se deixa tomar pelo descompasso entre o real e as novas idéias de desenvolvimento. Estas idéias envolviam também concepções sobre o índio e as suas relações com o território. A representação baseada na "natureza" dos povos é substituída pelas idéias raciais, inspiradas na concepção de que os indígenas eram avesso ao progresso.

No século XIX não são os vassallos do rei que buscam ouro. A fronteira permanece um ideal de liberdade e riqueza, mas as explorações econômicas baseadas no extrativismo (poaia) definiriam o enfrentamento baseado na ocupação e no uso das riquezas naturais. As sociedades indígenas, da possibilidade de grandes aliadas em potencial (os novos vassallos) no projeto de edificação da fronteira colonial, passam a ser implacavelmente julgadas como obstáculo ao progresso.

Para que este projeto pudesse ser levado a efeito, era necessário manter os índios mansos sob controle, exterminar os incivilizáveis, forçar ao trabalho e à produção, e destruir as aldeias.

Assim, o povoamento poderia ser feito tranqüilamente, ou quase. Este projeto civilizador intensificou várias frentes de expansão, ou seja, fenômenos dinâmicos, onde a população colonial promovia um avanço sobre a área que até então estava sob o controle de grupos indígenas.

Ao se identificar o cenário onde todas estas relações se deram, pode-se entender um pouco mais sobre a mentalidade que impulsionava o homem da fronteira, ou os homens que eram enviados para lá como recompensa ou castigo. Homens que, quando poderosos, eram associados à heróis povoadores, mas quando considerados vadios, e, portanto, indesejáveis, eram para lá enviados compulsoriamente a fim de povoar o lugar.

Pode-se perceber, portanto, que os indígenas em Minas Gerais foram vítimas de políticas que objetivavam transformá-los em uma reserva de mão-de-obra - quando pacíficos - ou exterminados em nome do sossego público e da segurança do povoamento da região, com base em um corpo de idéias que justificava a Guerra Justa. Desta forma, o povoamento, a criação de aldeamentos e as políticas de extermínio de alguns grupos faziam parte de um mesmo contexto, qual seja, a do alargamento e manutenção do Império Colonial.

A apropriação das terras proibidas dos sertões da Jequitinhonha é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. Ao penetrar nas áreas vedadas, cultivar arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além de criar gado vacum, "povos" foram "furtivamente" introduzindo-se naquelas paragens. Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo refluxo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola e pecuária local, e a procura por terras.

A sistemática supressão dos povos indígenas não pode ser entendida apenas pelos efeitos degradantes da aguardente, do choque microbiano, do cativo e do brutal extermínio de suas populações. A questão agrária foi um fator teve grande importância para a eliminação desses povos. Inúmeros processos foram utilizados pelos brancos a fim de tomarem posse da terra que pertencia, por direito, aos indígenas do Jequitinhonha.

Por tudo o que foi visto, pode-se afirmar que durante o século XIX houve um projeto civilizador voltado para a capitania de Minas Gerais. Este projeto foi, em linhas gerais, absorvidos pelas elites coloniais. Uma das principais idéias era a crença de que a sociedade branca vista como a

"civilizada", deveria incorporar outras áreas à fronteira colonial, preferencialmente rica e com possibilidades de produzir, mas que estavam sob o controle de bárbaros, ou seja, daqueles que não compartilhavam dos mesmos sistemas culturais e de valores. Para isso, era necessário eliminar de uma forma ou de outra, estes elementos.

Este projeto civilizador foi executado em regiões que poderiam propiciar algum tipo de retorno financeiro não só às próprias expedições que partiam para o seu controle, como também às elites locais e à metrópole. Desta maneira, o Botocudo passou a significar Índio bárbaro, incivilizado e que não aceitava a civilidade ofertada. Assim sendo, estes índios poderiam ser escravizados e exterminados, e o foram.

Todavia, o projeto civilizador proposto e levado a cabo em Minas Gerais durante o século XIX não foi de maneira alguma específico para a região. Muito pelo contrário, o que se percebe em diversas documentações é um projeto maior que visava em última análise colonizar - através do conhecimento das áreas e de seu povoamento - não só para garantir a produção de riquezas, mas também para manter a posse sobre as terras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELHA DO ITACOLOMI. Vocabulário das Tribos Botocudos, apelidados Krakmun, Pajaurun e Naknanuk, habitantes do Rio Doce e Jequitinhonha. Ouro Preto. N.º 29 de abril à 27 de maio de 1825.
- ABREU, José Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700. Tese de livre-docência. Campinas: Unicamp, 1994.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. O desbravamento das Selvas do Rio Doce (Memórias). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959. (UNICAMP)
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello e. Diversidade Morfológica entre os Índios Botocudos, do Leste Brasileiro (Século XIX) e o Homem de Lagoa Santa. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, Antropologia, n. 23, 20/junho/1963. (Nova Série).
- AMADO, Janaina. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares e AMADO, Janaina (org). Passando dos limites. Goiânia: d. Da UFG, 1995.
- AMANTINO, Márcia Sueli O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001.
- AMORIM, Maria Stella F. de. Os Maxakali e os Brancos. In: RUBINGER. M. Maxakali: Resistência ou Morte. Belo Horizonte. Interlivros. 1980.
- AMORIM, Paulo Marcos de. Acamponesamento e Proletarização das Populações Indígenas do Nordeste Mineiro. Boletim do Museu do Índio/FUNAI: Antropologia, Rio de Janeiro, n. 2, 01-19 1975.
- ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, Mary del (org.). Revisão do paraíso. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 115-138.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas. Salvador: Progresso, 1945.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de. Masakari : vocabulário Maxakali de curt Nimuendaju. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. , n. 31, p. 5-31
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, Monsenhor. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. v. 8, t. 2, p. 136.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial, Códice 326. Fls. 21 a 27.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Provincial, Códice 59.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. Existem realmente Índios no Brasil? Rio de Janeiro: Em Perspectiva. 1994, p. 77-85.
- AULETE, Caldas. Sertão. In Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964, v. 5, p. 3.720;
- AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. Boletins Paulistas de Geografia, 33: 26 1959.
- BARBOSA, 1981b, RIHGMG, XVIII, 1981. p.151
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. ( Coleção Reconquista do Brasil. 2ª Série. Vol. 181)
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas. Belo Horizonte: Comunicação, 1979,
- BARROS, Souza. O Nordeste (Visão econômica e outros aspectos da região). Coleção Mauá, Serviço de documentação, 1957.
- BENEVIDES, José Maria Correia. Diretoria Geral dos Índios – Relatório apresentado ao Manuel Teixeira de Souza em 23/10/1869. Ouro Preto. N.º 11. 16/05/1870. [APM]
- BLUTEAU, Raphael. Sertão. In Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. Esta publicação já se encontra em sua totalidade gravada em CD-Rom e o trabalho é de responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BOLETIM ECCLESIASTICO DA DIOCESE DE ARASSYAHY. Frei Sabino Staphorst, ofm (Dir.) Arasshuay. Maio/1917. Ano III, n. 18, 401-422 (Referência do Mapa).
- BORGES DE BARROS, Francisco. (1919) Confederação dos índios Gren. Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia Salvador, v. 4 - 5, p. 173 -235, 1919.
- BORGES DE BARROS, Francisco. (1923) Os indígenas da Bahia e os seus patrimônios territoriais. Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia, Salvador, v. 11, p. 189 - 216, 1923.
- BORGES DE BARROS, Francisco. Os Limites da Bahia a e os seus Patrimônios Territoriais. APEB. Salvador, v. 2, p. 09-10, 1917
- BORGES DE BARROS, Francisco.(1918) Penetração das Terras Baianas. Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia Salvador, v. 3. p.185 - 211, 1918.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- BRANDÃO, José da Silva. Observações sobre os Índios estabelecidos em Lorena dos Tocoiós pelo Tenente José da Silva Brandão por ordens do Imo. e Exmo. Sr. Bernardo José de Lorena, Governador e Cap. General da Capitania de Minas Gerais aos 21 de fevereiro de 1799. RAPM, Belo Horizonte : s.ed., v. 18, p. 431-5, 1912.
- BRANDÃO, José da Silva. Os Índios de Lorena dos Tocoyós. RAPM. Ouro Preto. Imprensa Oficial. p. 765-768.
- BRANDÃO, José da Silva. Documentos Diversos: Os Índios de Lorena dos Tocoyós. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 765-768 p.
- BRIARD, A F. Viagem à província do Espírito Santo. Vitória, Aracruz S/A e Fundação Jônice Tristão, 1986.
- BRUIT, Hector Herman. América no Pensamento Político de Bartolomé de Las Casas. In.: Revista Tempo Brasil. Rio de Janeiro. Nº 110. jul/set. 1992c. p. 71-82.
- BRUIT, Héctor Herman. Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos. Campinas. Unicamp/Illuminuras. 1995. 211 p.
- BRUIT, Hector Herman. O Visível e o Invisível na Conquista Hispânica da América. In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). América em Tempo de Conquista. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 1992b. p. 77-101.
- CALDAS, José Antônio. N. S. do Bom Sucesso dos Fanados – Vila de N. S. Bom Sucesso de Minas Novas do Arassuahy. In.: Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759. Edição Fac-Similar. Salvador. Tipografia Beneditina. 1951. 27, 99, 155-156, 221, 232 e 463 p. (Primeiramente publicada na RIHGBA. Nº 57. 1931. 18, 56, 83-84, 116, 123 e 259 p. [APM])
- CAMBRAIA, Ricardo Bastos e MENDES, Fábio Costa. A Colonização dos Sertões do Leste Mineiro: Políticas de ocupação territorial num regime escravista. (1780/1836). Belo Horizonte, Revista do Departamento de História, FAFICH/UFMG, p. 137-150, Jun. 1988.
- CAMOS, Pe. Francisco da Silva. Catechese e civilização dos Indígenas de Minas Gerais. In.: RAPM. Ano II. 1897. 685-733 p.
- CANO, Wilson. Economia do Ouro em Minas Gerais (Século XVIII). Campinas, 1976. p. 107-108.
- CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais. Rio de Janeiro. UFRJ. 1997 [Tese Doutorado]
- CARRARA, Ângelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. LPH: Revista de História, Mariana: UFOP; ANPUH-MG, n. 6, pp. 40-48, 1996;
- CARRATO, José Ferreira. Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais (Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista). São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo. 1968.
- CARVALHO, Daniel de. A formação histórica das Minas Gerais. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação. 1956. 63p. (Cadernos de Cultura - Vol. 99).
- CARVALHO, Delgado de. Opúsculos de Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Escola de Intendência do Exército. Imprensa Oficial do Rio de Janeiro. 1929.
- CASAL, Ayres de. Corografia Brasília. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.
- CASCUDO Luis Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro. Edições de Ouro. Vol. 2. 1969
- CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. Os sertões de Leste: achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- CASTRO, Felipe J. da Cunha. Relatório de Viagem de Inspeção à 1ª, 5ª, 6ª e 7ª Divisão do Rio Doce, realizada pelo Comandante Interino do Quartel Geral das Divisões, dirigido ao Presidente da Província das Minas Gerais, em 09/11/1832. In.: RAPM. Ano XVII. 1913. 85 p. [APM]
- CASTRO, Felipe J. da Cunha. Relatório do Comandante Interino ao Presidente da Província das Minas Gerais. Ouro Preto. 28/02/1833. (\*APM – Códice 59 Seção Provincial). [APM]
- CASTRO, Felipe Joaquim da Cunha. Expedição ao Rio Doce. Belo Horizonte. Revista do Arquivo Público Mineiro. A no XVII. 1912.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. e OLIVEIRA, Zuleika Raposo de. Repertório da Legislação Indianista do Brasil numa análise quantitativa. (1808-1889). In.: Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH. 1247-1256 p. [PUC/FAFICH/APM]
- CATHOUD, Arnaldo. Os Bacuêns de Imburana e a Destruição das Matas do Norte do Jequitinhonha. In.: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro. Vol. XII. N.º 3-4. Setembro/Dezembro. 1936. 129-133 p. [APM/IHGMMG]
- CELSONO, Afonso. Vultos e Factos. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, Oficinas da Livraria Moderna. 1896. p. 227-240, 293-318.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES. A luta dos índios pela terra: Contribuição à história indígena de Minas Gerais. Contagem, 1987. 120p.
- CÉSAR JUNIOR, Demosthenes. Minas Novas de ontem e de hoje - Tipos & Fatos. Belo Horizonte, Abril/1975.
- CÉSAR, Guilhermino (Org.). Minas Gerais: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1970. Ed. Comemorativa dois anos e meio da Capitania de Minas Gerais, p. 01-10, p. 11-25, p. 27-41.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. Teófilo Otoni: Ministro do Povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. 1982. p.146-253.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 239, 60, 192.

- Comendador Manoel Pinto de Souza Dantas, Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Bahia, em 1866.
- COSTA FILHO, Miguel - A Cana-de-açúcar em Minas Gerais - Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- COSTA, Honório Hermerto Correia da. O Município de Arassuaí. In.: AFONSO, José. Seleta de Prosadores Mineiros. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1914. 229-230 p. [PUC]
- COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997.
- COUTO, José Vieira. Descrição dos Sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florentes (1801). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 25, 1862. P.430
- COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais, seu Território, Clima e Produções Metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- CUNHA, José Marcelino da. Correspondência. In.: ACCIOLI, J., AMARAL, B. Memórias históricas e políticas da Bahia. Salvador. Imprensa Oficial. 1931.
- CUNHA, Manuela Carneira da. Os direitos do índios: ensaios e documentos. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987.
- CUNHA, Manuela Carneiro da História dos índios no Brasil, São Paulo, FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992
- CUNHA, Manuela Carneiro da. De amigos formais e pessoa: de companheiros, espelhos e identidade. In.: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro. Nº 32. 1979.
- D'ORBIGNY, Alcide. Viagem Pitoresca através do Brasil. Trad.: David Jardim. Apresentação: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1976. 109-164 p. [Localização: Cx 6]. [ Cap. VI: Da Bahia à Região das Minas; Cap. VII: Distrito Diamantino; Cap. VIII: Minas Gerais].
- DERBY, Orville Adalbert. O itinerário da expedição Espinhosa em 1553. Memória lida em sessão do Instituto Histórico de 31 de agosto de 1909, por Orville A. Derby. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In.: RIHGB. Rio de Janeiro. Tomo LXXII. Parte II. 1910. 21-36 p. [APM/IHGGMG].
- DIAS, Fernando Correia - A Imagem de Minas - Ensaios de Sociologia Regional - Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.
- DIAS, Maria Odila Silva. Sertões do Rio das Velhas. In.: FURTADO, Júnia Ferreira. Erário Mineral de Luis Gomes Ferreira. Belo Horizonte / Rio de Janeiro. Fundação João Pinheiro / Fundação Osvaldo Cruz. 2002
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole. 1822. Dimensões. Org. MOTA, Carlos G.. São Paulo: Perspectiva. 1972. (Debates de História).
- DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS DE MINAS GERAIS. Situação e Aldeamento dos Índios da Província de Minas Gerais em 1 de maio de 1823. Parecer apresentado por Ordem do Excelentíssimo Governador Provisório da Província. In.: Arquivo da Casa dos Contos. Arquivo Público Mineiro. Museu do Índio. (Filme 190. Fotograma 0012-0021). [APM]
- D'ORBIGNY, Alcide - Viagem Pitoresca Através do Brasil - Belo Horizonte, Itatiaia, 1976 [1836]
- DORELLA, Marcelo Leite. Alguns aspectos da colonização da região de Araçuaí, Minas Novas e Peçanha. In.: Revista da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. FJP/Sistema Estadual de Planejamento, Vol. 15. Nº 7/8. Setembro/Dezembro 1985. 99 -101 p. [Coletânea 23].
- DORNAS FILHO, João. Aspectos da Economia Colonial. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. 267p.
- DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. In. UFMG. 1º Seminário Estudos Mineiros. Belo Horizonte. 1957. 90-127 p. [Biblioteca Luiz Bessa]
- DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental. Niterói: EDUFF, 1997.
- DUARTE, J. O fogo e o boi. Belo Horizonte: Comunicação, 1976.
- DUARTE, J. Vultos sem História. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1972.
- DUARTE, J. A Tragédia de Sergipe e outras narrativas: A Baiana ou Mineira?. Belo Horizonte: Lemi, 1980.
- DURÇO, Jonathar Gerry de Oliveira. Pokrane: Da saga dos botocudos ao nascimento de um arraial. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1989.
- EHRENREICH, Paul. Da Divisão e Distribuição das Tribos do Brasil. Trad. de João Capistrano de Abreu. Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, ano I, 1892.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. p. 24
- EMMERICH, C., MONSERRAT, R. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: notas bibliográficas. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n. 3, 1980.
- ENGRACIA, Júlio. Addenda às Ephemerides Mineiras. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano IX. 1904. 89-174 p.
- ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwig von. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. IV. 1899. 737-762 p.
- ESCHWEGE, W. L. Von. Pluto Brasiliense: O contrabando - A decadência das lavras. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. Volume II. p. 155-160.
- ESTUDO GEOGRÁFICO VALE MÉDIO JEQUITINHONHA, Orientação de Alisson P. Guimarães. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1960. p.320
- FARAGE, Nádia. As muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991, p 45

- FAVRE, Henri. A civilização Inca. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1990. p. 26
- FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1977. 313-328 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERREIRA, Francisco Ignácio. Dicionário Geográfico das Minas do Brasil (Concatenação de notícias, informações e descrições sobre as minas extraídas de documentos oficiais, memórias, história, revistas, dicionário, cartas geográficas, roteiros, viagens, explorações de rio, rotas de estradas de ferro e outros. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1885. [IHGMG/APM]
- FERREIRA, Godofredo - Os Bandeirantes Modernos - O Desbravamento e a Colonização das Mattas do Valle do Rio Mucury e a Fundação da Cidade de Theóphilo Ottoni em Minas Gerais - Teófilo Otoni, 1934. [981.51 – F383 b – 1934 – T. Otoni] [APM/PUC/Biblioteca Luiz Bessa].
- FIGUEIREDO, Cândido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 vol. Lisboa, Ed. Tavares Cardoso e irmão. 1899
- FINAZZI-AGRÓ, E. Os limites do discurso colonial. O índio como fronteira nos séculos XVI e XVII, in VANGELISTA, C (org.) Fronteiras, etnias, culturas. América Latina, siglos XVI-XX, Abya-Yala, Quito. 1996
- FRANCO, Afrânio de Mello. Guido Thomas Marlière - Apóstolo das Selvas Mineiras. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.
- FREIRE, Felisberto. História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador. IHGBA. Vol. I. Edição Fac-similar. 1998.
- FREIREYSS, G. W. Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo. Editora Itatiaia/Edusp. 1982. 138 p. [Reconquista do Brasil].
- FREITAS, Afonso A. de. distribuição geographica das tribos indígenas na época do descobrimento. In.: RIHGSP. Vol. XIX. 1914. 103-128 p. [APM/IHGMG]
- FREITAS, Mário Martins de. Bacia do Jequitinhonha: Estudo histórico, econômico, social e político dos Municípios da Bacia. In. MINAS GERAIS: Diário do Executivo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1960/1961. 15mai, 14p; 18mai, 11/12p; 29mai, 15/16p; 09jun, 17/18p; 11jun, 13/14p; 12jun, 15/16p; 16jun, 21/22p; 19jun, 15/16p; 23jun, 09/10p; 26jun, 15/16p; 02jul, 11/12p; 08jul, 15/16p; 10jul, - 11/12p; 16jul, - 09/10p; 23jul, 14p; 29jul, 19/20p; 26ago, 15/16p; 25ago, 11/p; 30set, 08p; 02out, 17/18/19p; 09ou, 10/11p; 15out, 13p; 20out, 13p; 30out, 12p; 15nov, - 09p; 31jan, 11/12/13p; 01fev, 09/10p; 02fev, 04/05/06p.
- FREITAS, Victor F. de. Villa de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Arassuahy. In.: RIHGSP. Vol. VIII. 1961. 229-231 p.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, — 47a ed. rev. — São Paulo: Global, 2003.
- FREYREISS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.
- FREYREISS, George Wilhen. Viagem a várias tribos de selvagens na Capitania de Minas Gerais; permanência entre elas, descrição de seus usos e costumes. Tradução de Alberto Lofgren. In.: RIHGSP. Vol. VI. 1900-1901. 236-252 p. [APM/IHGMG]
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. A População Indígena de Minas Gerais. Panorama Histórico e Situação Atual.. Belo Horizonte. FJP/FAPEMIG. 1992.
- GAGLIARDI, José Mauro. O Índigena e a República. São Paulo. Editora Hucitec. 1989. [PUC/APM/FAFICH]
- GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979. 300 p.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte:Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
- GARDNER, George. Viagens ao Brasil, 1836-1841. Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Nacional, 1943. p. 381-392 (Brasiliana, v. 223).
- GEBARA, José Jorge; BACCARIN, José Giacomo e BORBA, Maria Madalena Zocoller - Relatório de Pesquisa : O Mercado de Mão-de-obra Volante na Cana-de-açúcar e a Migração Sazonal - Jaboticabal, 1986.
- GERBER, Henrique. Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro. Typographia de Georges Leuzinger. 1863. 85 p. [APM].
- GOULART, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Rio de Janeiro. Editora Conquista. 1961. 268 p. [Localização: Cx 7].
- GOZA, Franklin W. e RIOS-NETO, Eduardo L.L.G. - "O Contraste de Experiências Migratórias em Quatro Municípios do Vale do Jequitinhonha" in Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Olinda, 1988.
- GUIMARÃES, Pedro Bernardo. Os Índios. In.: AFFONSO, José (Org.). Selecta de Prosadores Mineiros. Belo Horizonte. IOMG. 1914. 109-110 p.
- HALFELD, H. G. F., e TSCHUDI, J. J. von. A Província Brasileira de Minas Gerais. Trad.: Myriam Ávila. Ensaio Crítico, Notas e Revisão da Tradução: Roberto Borges Martins. Belo Horizonte. FJP/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1998. 176 p.
- HARTT, Charles Frederik. Geologia e Geografia Física do Brasil. Capítulo II. Província de Minas Gerais. As bacias do Mucuri e Jequitinhonha. Ed. 1870. Série Brasiliana. 200 – 1941. 153-201 p. [APM]

- HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil colonial. In BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina colonial. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, pp. 426-469;
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil na historiografia, in.: COSTA, Marcos (org.). Para uma Nova História. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira: a época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, t. 1, pp. 259-310;
- IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 44-50.
- INGINIEROS, José. A Simulação na Luta pela Vida. Bahia: Salvador. Livraria Progresso Editora. 1955. 206 p.
- JARDIM BRANDAO, José G. - O Vale do Jequitinhonha e sua Riqueza Mineral - Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.
- JARDIM, Maria Nelly Lages. O Vale e a Vida: História do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.
- JOMARD, M. Notícias sobre os Botocudos. In.: RIHGB. Rio de Janeiro. Tomo IX. 2ª edição. 1869. 107-113 p. [APM/IHGMG]. (Acompanhada de um vocabulário (Marcos Porte) de seu idioma e algumas observações)
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 01 de Junho de 1893. p. 1. Col. 1. [Hemeroteca Estadual]
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 03 de Junho de 1893. p. 2. Col. 1.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 05 de Junho de 1893. p. 2. Col. 1-2. [Hemeroteca Estadual]
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 08 de Agosto de 1893. p. 4. Col. 4. [Hemeroteca Estadual]
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 23 de maio de 1910. p. 2. Col. 2-5.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Ataque ao aldeamento de Itambacuri. 30 de fevereiro de 1910. p. 3. Col. 4.
- JOSÉ, Oiliam. Historiografia Mineira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. 290p.
- JOSÉ, Oiliam. Índigenas de Minas Gerais - Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1965.
- JOSÉ, Oiliam. Marlière, O Civilizador - Esboço Biográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.
- JOSÉ, Oiliam. Povoamento e Colonização. In.: CÉSAR. Minas: Terra e Povo. S/d. 27-41 p. [Coletânea 23].
- LA IIF, Miran de Barros. As Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 171
- LAVRE, Caetano Lopes de. Districtos do Arassuahy e Fanado – sujeitos ao governo da Bahia. In.: RAPM. Ouro Preto. Imprensa Oficial. Anno III. 1898. 777 p. [Coletânea 25].
- LEITE, Mário. Paulistas e Baianos, Plantadores de Cidades. São Paulo: EDART, 1961. 292p.
- LENHARO, Alcir. As Tropas de Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformações e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Xerox)
- LIDORO, José Pereira. Ofício ao Diretor Geral dos Índios. In. RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Vol. XI. 1906.
- LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999 . p. 743
- MACHADO, Pedro Moreira. Estudos Geográficos e Geológicos do Médio Jequitinhonha. Belo Horizonte. UFMG. 1977. 05-82 p. [Localização: Cx 7].
- MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. O vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII. Dissertação apresentada ao Departamento de História da PUC-RIO. Rio de Janeiro, PUC, 1995.
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 3. ed. ampl. Rio de Janeiro: EPASA, 1944, pp. 267-372;
- MAIA, Eduardo Santos. Impressões de Viagem de Belmonte a Araçuaí. Taubaté: Cedipus, 1936. 160p.
- MAIA, Eduardo Santos. O Banditismo na Bahia - Contos da minha terra. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e de Minas Gerais, 1928. 258p.
- MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia. São Paulo. Vol. 40. Nº 2. 1997
- MARCATTO, Sônia de Almeida. A Repressão contra os botocudos em Minas Gerais. Boletim do Museu do Índio: Etno-História, Rio de Janeiro, n. 1, Maio/1979, 58p.
- MARCATTO, Sônia de Almeida. Informe sobre os Índios Maxakali, Minas Gerais. Comunicação para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Março 1980. Mimeo.
- MARLIERE, Guido Thomás. Ofícios. Belo Horizonte. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.
- MARLIERE, Guido Thomás. Ofícios. Belo Horizonte. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, 1907.
- MARLIÈRE, Guido Thomas. Ofícios. Belo Horizonte. Revista do Arquivo Público Mineiro, XII, 1907.
- MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Revista de História. Ouro Preto: UFOP/LPH/Departamento de História, n. 4, p. 107-119, 1993/1994.

- MARTIUS, Carl F. P. von. O Estado do Direito entre os Autoctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo. Editora Itatiaia/Edusp. 1982. 107 p. [Localização: Cx.3]. [Reconquista do Brasil].
- MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais - 1837. Organizado por Tarquínio J. B. de Oliveira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Volume I e II.
- MAWE, John. Viagens ao Interior do Brasil. Trad. Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. p. 13-14, 143-188.
- MELLO, Caetano José. Documentos Diversos: III – Exploração no Arassuahy. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano III. 1898. 270-273 p. (IHGMG)
- MELLO, Pedro Maria Xavier Athayde e. Sobre os Botocudos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, p. 740-748, 1898. (Xerox/Apostila).
- MELLO, Pedro Maria Xavier de Athayde. Diversos registros da correspondência do Governador... Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XI, 1906, p. 300-301, 312-314.
- MELO FRANCO, Afrânio de. Guido Thomaz Marlière – o Apóstolo das Selvas Mineiras. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1914. [APM/IHGMG]
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Economia Mineira no Século XIX. In.: Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais. 3 a 12 de Abril de 1956. 129-142 p.
- MENESES, Luís da Cunha. Comissão confiada ao Alferes Joaquim da Silva Xavier. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano II. 1897. 347 p.
- MERCADANTE, Paulo. Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MONTEIRO, John Manoel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John. Manuel.(Org.). Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros. Acervos das Capitais. São Paulo. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP. 1994.
- MORAES, Leonardo Pires de. O índio na história de Minas Gerais. O século XVIII. Belo Horizonte: UFMG. (Monografia de Iniciação Científica/CNPq). [APM]
- MOREIRA NETO, C. A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX. Rio Claro, Datilografado.
- MORETZSOHN, Luiz. um pedido de concessão para estabelecimento de Colônia em Mucury. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano. VIII. 1903. 647-650 p. (Documentos Históricos).
- MOTTA, Felício Celestino de. Relatório do Diretor dos Índios do Alto Jequitinhonha ao Diretor Geral Manoel Joaquim de Lemos. 08/10/1863. (Coleção Anexo Renault – III). 1863. [APM].
- MOURA, José Pereira Freire. Botocudos e Aymorés: Notícia e observações sobre os índios Botocudos que frequentam as margens do Rio Jequitinhonha, e se chamam Ambarés, ou Aymorés. Revista do Arquivo público Mineiro, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano II, p. 28-31, 1897.
- MOURA, José Pereira Freire. Exploração no Jequitinhonha. Revista do Arquivo público Mineiro, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano II, p. 31-34, 1897.
- MOURA, Margarida Maria. Os Deserdados da Terra: A Lógica Costumeira e Judicial dos Processos de Expulsão e Invasão das Terras Camponesas no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. São Paulo: USP, 1983. (Doutorado).
- NASCIMENTO, Neli Ferreira do. A Luta pela Sobrevivência de uma Sociedade Tribal do Nordeste Mineiro. São Paulo. 1984. (Dat.).
- NIMUENDAJÚ, Curt. Textos Indígenas: Índios Maxakali (1939). Intr.: Carlos de Araújo Moreira Neto. Pref./Coord.: Paulo Suess. São Paulo. Editora Loyola. 1982. p. 209-218.
- Normas de Catequese e Civilização: II – 685.
- O COMMERCIO. Arassuahy Semanário. Nº 530, de 07 de novembro de 1909. (Jornal)
- OLIVEIRA, Ataliba Mendes de - Aspectos Sócio-Econômicos do Vale do Médio Jequitinhonha - Belo Horizonte, 1963.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Documentos sobre a colonização dos Botocudos do Rio Doce. Ofício ao Ministro do Império sobre o plano de colonização dos Botocudos que andaram errantes no território entre o Rio Doce e o São Matheus. (1841). In.: RIHGB. Rio de Janeiro. Tomo VIII. 235-239 p. [APM/IHGMG].
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: Manguinhos: História, ciências e saúde. Vol. 5 suplemento. Julho 1998.
- OLIVEIRA, Ricardo. Sertão e nação: Euclides da Cunha e a construção da Brasilidade sertaneja. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 1998.
- OTONI, José Eloi. Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XXX, 1908. p. 307-313.
- OTONI, Reinaldo. A Bandeira de João da Silva. O mestre de campo. O todos os santos e os selvagens do Mucuri. In.: RIHGMG. 1897. Vol. II. 141-177 p. (IHGMG)
- OTONI. Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucury (Carta dirigida ao Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo). Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, XXI p. 191-238, 1858.
- OTTONI, Carlos Benedicto. O Sertão de Minas. In.: AFFONSO, José (Org.). Selecta de Prosadores Mineiros. Belo Horizonte. IOMG. 1914. 19-21 p. [Coletânea 5]. [PUC].

- OTTONI, José Elói. Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1908. P.307-313
- PALAZZOLO, Frei Jacinto de. Ofm. Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos de Ir e Vir e Caminho sem Volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador. UFBA. 1982. (Mimeo.).
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O Tempo da Dor e do Trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. São Paulo. USP/FFLCH Departamento de História. Programa de pós-graduação em História Social. Abril 1998. [Tese de Doutorado].
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os botocudos e sua trajetória. In: Carneiro da Cunha, M. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo: A busca do passado. Salvador: UFBA, agosto 1986.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Relatório Antropológico sobre os Índio Maxakali. Salvador. Ministério da Justiça. FUNAI. Maio. 1992.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando a política Indigenista para os Botocudos no Século XIX. São Paulo: 1990. (Datilografado).
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX. São Paulo. 1980. 56 p. [Localização: Cx 6].
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando a política indigenista para os Botocudos. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Costumes dos Borun. Salvador: UFBA, 1981. (Datilografado).
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Capuchinhos e os Índios no Sul da Bahia: Uma análise Preliminar de sua Atuação. Revista do Museu Paulista, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1986. Nova Série, Vol. XXXI. (Separata).
- PECHINCHA, Mônica T. S. Índios Maxakali: Histórico da Ocupação Territorial. Brasília. FUNAI. 6/11/1990. (Dat.).
- PEDERNEIRAS, Inocêncio Veloso. Comissão de exploração do Mucury e Jequitinhonha, interesses materiais das Comarcas do Sul da Bahia, de Caravellas e Porto Seguro. Relatório... Bahia. Typ. de João Alves Portela. 1851. 51 p. (Mapa)
- PEDERNEIRAS, Inocêncio Veloso. Mapa geral das Comarcas de Caravellas e Porto Seguro, compreendendo a porção do território da Província de Minas Gerais. Banhado pelos Rios Mucury e Jequitinhonha, até onde chega sua navegação. 1861 e 1873. (Mapa).
- PEREIRA, Leopoldo. O Município de Araçuaí. Belo Horizonte: Imprensa oficial de Minas Gerais, 1969.
- PIMENTA, Demerval. Isolamento das Minas Gerais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Vol. XIV, 1970.
- PIMENTA, Dermeval José. Aspectos do Povoamento do Leste Mineiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Vol. XIV, p. 369-392, 1970.
- PIMENTA, Dermeval José. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- PIMENTA, Dermeval José. Evolução do Sistema Viário da Capitania e Província de Minas Gerais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1970. Volume XIV.
- PIRES, Simeão Ribeiro. Raízes de Minas. Montes Claros. Edição do Autor. 1979.
- POEL, Francisco van der, O.F.M. - O Rosário dos Homens Pretos - Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981
- POEL, Francisco Van Der. ofm. Bibliografia do Jequitinhonha e Outras Coisas de Lá. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.
- POEL, Frei Francisco Van Der & MARQUES, Lira. Rio Acima, Rio Abaixo. [Show]. Belo Horizonte. Jequitibar. 14 Dezembro 1991. 01 p. [Coletânea 24]. [Mimeo].
- POHL, Johann Emanuel. Viagem no Interior do Brasil. Tradução: Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- PORTELLA, Joaquim Pires Machado. Relatório do Presidente da Província das Minas Gerais ao Vice Francisco Leite da Costa Belém. Ouro Preto. 20/04/1872. (\*APM).
- PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002.
- QUADROS, J. e ARINOS, A. História do Povo Brasileiro. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967.
- RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro, Zahar. 1996.
- RENAULT, Pierre Victor. Notas sobre os botocudos e vocabulários Belo Horizonte. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Estudo crítico. In ROCHA, José Joaquim da. op. cit., p. 53.

- RESENDE, Maria Leônia de. *Gentios brasileiros: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Campinas, SP: [s.n.], 2003, p.76. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano X, 1905.
- RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XI, 1906.
- RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XI, 1907.
- RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XII, 1907.
- RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XVII, 1912.
- RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, 1898.
- RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano IV, 1896.
- RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano IV, 1899.
- RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano IV, 1899.
- RAPM, Ouro preto. Imprensa Oficial, ano II, 1897.
- RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, ano XXX, 1979.
- RIHGMG, Belo Horizonte, volume XIV, 1970.
- RIHGMG, Belo Horizonte, volume XVIII, 1981. Vilas de Ouro de Minas. Edição Especial comemorativa dos 250 anos da Vila de Minas Novas.
- RIHGMG, Belo Horizonte, volume XVIII. 1981. Vilas de Ouro de Minas. Edição Especial Comemorativa dos 250 anos da Vila de Minas Novas.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1970.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *O cavaleiro e as selvas - As aventuras de Teófilo Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX*. Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1998.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Triste Jequitinhonha*. Lavras. Novembro. 1997.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Campesinato: Resistência e Mudança - O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 255p. (Tese de Mestrado).
- RIBEIRO, Wagner. *Noção de Cultura Mineira*. São Paulo. Editora F.T.D.S/A. 1966. 295 p.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *As Estradas da Vida. História da Terra, da Fazenda e do Trabalho no Mucuri e Jequitinhonha*. Minas Gerais. Campinas. Unicamp. IFCH/DEHIS. 1997. [Tese de Doutorado].
- RIHGB. *Apontamento sobre a vida do Índio Pokrane e sobre o francês Guido T. Marliere*. Rio de Janeiro. Tomo XVIII. 410-417 p.
- RIHGB. *Carta Régia sobre matas e arvoredos que estão à borda da costa ou rios navegáveis do Brasil (13 de março de 1797)*. Rio de Janeiro. Tomo VI. 1865. 489 p.; 2ª Edição. 497 p.
- RIHGB. *Descrições dos Sertões de Minas*. Rio de Janeiro. Tomo XXV. p. 430.
- RIHGB. *Notícias de Antigüidades Indígenas Existentes em Minas Gerais*. Rio de Janeiro. Tomo LVI. [APM/IHGMG].
- RIHGBA. *Exploração do Mucuri e Jequitinhonha: Inocêncio Perdeneiras - RIHGBa, Ano XIII, 1901. N.º 27. (APM)*
- RIHGBA. *Exploração do Mucuri e Jequitinhonha: Inocêncio Perdeneiras. Ano XIII, 1901. N.º 27. (APM)*
- RIHGBA. *IV Parte: Documentos relativos a Comarca de Porto Seguro. – Anais da Biblioteca Nacional. Salvador. N.º 84. 1968/71. 197-216 p. (IHGMG)*
- RIHGBA. *Viagem do Hermenigildo Barbosa: RIHGBa. 1846. 437 p. (APM)*
- RIHGMG, XVIII, 1981. p.151
- ROCHA POMBO. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 83;
- RODRIGUES, Abdias. *Síndrome do Ufanismo*. Rio de Janeiro: Aurora. 1995.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Identidades e diferenças: uma tipologia*. In: *Revista Sociedade e Estado*. Vol. IX, n. 1-2, jan/dez 1994.
- RUBINGER, Marcos Magalhães. AMORIM, Maria Stella de, e MARCATTO, Sônia de Almeida. *Índios Maxakali: Resistência ou Morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980. 199p.
- RUBINGER, Marcos Magalhães. *O Desaparecimento das Tribos Indígenas em MG e a Sobrevivência dos Índios Maxakali*. In.: *Revista do Museu Paulista. Nova Série*. São Paulo. Vol. XIV. 1963. 233-276 p. (IHGMG)
- RUBINGER, Marcos Magalhães. *Projeto de Pesquisa Maxakali. Grupo Indígena do Nordeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1963.
- SÁ VEDRA, Basílio Teixeira. *Informação da Capitania de Minas Geraes*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano II, p. 672-683, 1897.
- SACK, R.D. *Human Territoriality ¾ its Theory and History*, Cambridge, Cambridge Univ. Press. 1986
- SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1975.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brazil*. Pariz. Casa de J. P. Aillaud, Editor. Tomo I. 1845.

- SANTIAGO, Luis & SOUZA, Maria das Graças de. Pedra Azul: Cinco Visões de uma Cidade. Pedra Azul: Setor de Cultura, Jornal Boca das Caatingas, 1996.
- SANTIAGO, Luis. O Vale dos Boqueirões. História do Vale do Jequitinhonha. Almenara: Edições Boca das Caatingas, 1999. V. 1.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo: Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos Séculos XVIII e XIX. São Paulo. Cia Editora Nacional 1956. 447 p.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção. 4ª edição. São Paulo. EDUSP. 2004
- SANTOS, Pericles Ribeiro dos. Pioneiros de Águas Formosas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- SANTOS, Rafael Souza. Herança Machacali: influência indígena na formação social do Norte de Minas. In.: RIHGMG. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Vol. VIII. 1961. 293-299 p.
- SEKI, Lucy. Apontamentos para a bibliografia da língua botocudo-borum. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. , n. 18, p. 115-142
- SENA, C.S. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica, anteprojeto elaborado para o exame de Doutorado em Antropologia Social, Depto. De Antropologia, UnB, 1986. exemplar mimeo.
- SENN, Nelson de. A Terra Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Tomos I e II, 1926.
- SENN, Nelson de. Anuário de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano V, 1913.
- SENN, Nelson de. Anuário de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano II, 1909.
- SENN, Nelson de. Cronologia Mineira. Anais Históricas e Corográficas de Minas Gerais, Belo Horizonte, vol. III, p.. 770-775, 779-780, 1909.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL (SECRETARIA DA AGRICULTURA). Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial,. 1927. (Mapa).
- SILVA DIAS, M.O. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense. 1982
- SILVA, Antonio Moraes. Grande Dicionário da Língua Portuguesa. 10ª edição revista, corrigida e muito mais aumentada e actualizada. Por Augusto Moreno, Cardoso Junior e José Pedro Machado, Lisboa/ Portugal: editora Confluência, 1945.
- SILVA, Antonio Moraes. Sertão. In Dicionario da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Tipografia Fluminense, 1922, p. 693.
- SILVA, Carlos José. Documentos Diversos: Sobre os Botocudos. In.: RAPM. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano III. 1898. 743-748 p. (IHGMG)
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira, AMARAL, B. Memórias históricas e políticas da Bahia. 1937. v. 6. p. 64.
- SILVA, Maria Nizza da. (Coord). Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994.
- SOARES, Geralda Chaves. Os Borun do Watu - Os Índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1992. 198 p.
- SOJA, E. J. The Political Organization of Space, Annals of Association of American Geographers, LX. 1971
- SOL, Otelino Ferreira. Salto da Divisa e Outras Considerações. Belo Horizonte: UFMG/Imprensa Universitária. Edição do Autor. 1981
- SOL, Otelino Ferreira. Salto da Divisa e Outras Considerações. Belo Horizonte, Imprensa Universitária-UFMG, Edição do Autor, 1981.
- SOLANO, F.El conquistador español: señas de identidad, in SOLANO, F. de (Org.), Proceso histórico al conquistador, Madri, Alianza. 1988
- SOUZA, Gabriel S. de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, 1971. p. 79-80.
- SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, pp. 199-202;
- SOUZA, Laura de Mello e. Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII. 1998, pp. 15-16 (mimeo).
- SOUZA, Rafael de Freitas e. A Revolta dos Purús: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata mineira no primeiro quartel do século XIX, Revista de ciências Humanas, v., nº 1, p. 53-64, jul. 2003.
- SPIX, J. B. e MARTIUS, C. F. P. Von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- STAPORHST, Frei Sabino, ofm. Vinte e Cinco Anos no Brasil - 1899/1924. Tradução Frei Helano Van Koppen, ofm. Belo Horizonte: Imprimatur, 1985.
- STEWART, Julian H. (Org.) Handbook of South American Indians. Washington, D.C. Smithsonian Institution Press. Vol. 5. 1949.
- STOCKLER, Francisco Borja Garção. Catechese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. In.: RAPM. Ouro Preto. Imprensa Oficial. Anno II. 1897. 685-733 p. [Coletânea 29].
- SUZANNET, Conde. O Brasil em 1845 (Semelhanças e diferenças após um século). Trad.: Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1957.
- TAVARES, César Moreno Conceição. A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha em Minas Gerais, no século XIX: a guerra contra os índios. Belo Horizonte. PUC MG. 1998.
- TETTEROO, Frei Samuel. o.f.m. O Município de Theophilo Ottoni. Notas Históricas e Chorographicas. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1922. 99 p.
- TETTEROO, Frei Samuel. Ofm. Memória Histórica e Geográfica do Município de Jequitinhonha. Teófilo Otoni, Tipografia São Francisco, 1919. 101p.

- TIMMERS, Frei Olavo. Ofm. O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers. Manual. Teófilo Otoni. 1969. 532 p.
- TODOROV, T. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TSCHUDI, Johan In Reisen durch Südamerika, 5 vols, Leipzig: F.ª Brockhaus, 1866-1869. Vol II, cap. 4. 01-96 p. [Localização: Cx.2]. (Tradução)
- TURNER, C.J. La frontera en la historia americana. Madri: Castela, 1960 e HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1975.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Média de Minas Gerais. 1843-1927. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de . Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais. Estudo Crítico por Carla Maria Junho Anastasia. Transcrição e Pesquisa Histórica: Carla Maria Junho Anastasia e Marcelo Cândido da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras (1664-1897). Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 3 volumes. 1998. (Coleção Mineiriana).
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. Brasília. UnB. 1990.
- VEYNE, Paul. O inventário da diferença. Lisboa. Gradiva. 1989
- VIANA, Hélio. A História da Viação Brasileira. São Paulo, 1949.
- VIANA, Urbino. Bandeiras e Sertanistas Bahianos. São Paulo: Nacional, 1935.
- WIED, Maximilian. Viagem ao Brasil. Trad. Edgar Sussekind e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.